

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JUAN ESTEBAN URIBE CARDONA

**RESISTÊNCIA CAMPONESA PELA DIGNIDADE E AUTONOMIA: O caso da
Associação Agropecuária de Caramanta no Sudoeste de Antioquia – Colômbia**

Porto Alegre

2015

JUAN ESTEBAN URIBE CARDONA

**RESISTÊNCIA CAMPONESA PELA DIGNIDADE E AUTONOMIA: O caso da
Associação Agropecuária de Caramanta no Sudoeste de Antioquia – Colômbia**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento rural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Soglio

**Porto Alegre
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Uribe Cardona, Juan Esteban

Resistência camponesa pela dignidade e autonomia:
o caso da Associação Agropecuária de Caramanta no
Sudoeste de Antioquia - Colômbia / Juan Esteban Uribe
Cardona. -- 2015.

160 f.

Orientador: Fábio Kessler Dal Soglio.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Resistências camponesas. 2. Agroecologia. 3.
Desenvolvimento rural. 4. Perspectiva orientada pelo
ator. I. Dal Soglio, Fábio Kessler, orient. II.
Título.

JUAN ESTEBAN URIBE CARDONA

**RESISTÊNCIA CAMPONESA PELA DIGNIDADE E AUTONOMIA: O caso da
Associação Agropecuária de Caramanta no Sudoeste de Antioquia – Colômbia**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento rural.

Aprovado em Porto Alegre, 26 de Março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Soglio – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Rumi Regina Kubo
UFRGS

Prof. Dr. Decio Souza Cotrim
EMATER/RS

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto
ESCOOP

Dedicatória

*...para as mãos
camponesas que nos
alimentam e plantam a
semente da esperança por um
mundo melhor...*

AGRADECIMENTOS

A minha querida família, aos meus pais e minha irmã, que me deram tudo e me amam incondicionalmente. Aos agricultores camponeses do sudoeste de Antioquia, especialmente as famílias da Associação Agropecuária de Caramanta (ASAP), que compartilharam com gentileza e carinho sua experiência de luta, eles são a força que me motivam a trabalhar no mundo rural.

À Valeria, minha querida companheira, agradeço pelo amor e por tantas ajudas, pela solidariedade e pela paciência.

Ao Prof. Fábio K. Dal Soglio por sua orientação, sua gentileza e sensibilidade, agradeço pela confiança que sempre teve em mim e por toda sua ajuda que fizeram possível a realização deste trabalho.

Agradeço à Maria V. por todo o carinho, motivação e apoio que facilitaram este processo.

A meus amigos: Natalia, Jose, Juan Diego, Viviane, León Dario, Santiago, Guido, Andrés e tantos outros que se cruzaram neste caminho... grande abraço e muito AXÉ para vocês.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, que ofereceram sempre as melhores condições durante este tempo.

Por fim, agradeço a todos aos colegas do mestrado por compartilhar seus aprendizados, por enriquecer com suas ideias e aventuras esta experiência.

Muito Obrigado!

RESUMO

As comunidades camponesas na Colômbia persistem através das múltiplas e heterogêneas formas de resistência e luta contra a invisibilidade e exclusão do modelo de desenvolvimento do país. No sudoeste do Estado de Antioquia, junto ao conflito armado e concentração da terra, somou-se nos últimos anos o interesse de grandes investidores para a intensificação da extração mineira, os grandes projetos hidrelétricos e o estabelecimento de monocultivos de exportação. Frente a este panorama, as organizações sociais e camponesas da região estão construindo alternativas civis de empoderamento local para assegurar a permanência no território e a continuidade de seus modos de vida. É o caso da Associação Agropecuária do Município de Caramanta (ASAP), que trabalha em favor do fortalecimento da organização comunitária e dos modos locais de fazer agricultura, como principais estratégias adotadas pelas famílias da associação para materializar sua resistência e configurar suas formas de existência, sua dignidade e autonomia. Para este estudo foi utilizado como referencial teórico e metodológico a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) que busca a participação dos atores como protagonistas na construção do conhecimento e processos de desenvolvimento, privilegiando as percepções e iniciativas locais. Trata-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa apoiada no trabalho etnográfico. Das análises foi possível identificar que as famílias da ASAP desenvolvem práticas em torno de agriculturas de baixos custos, manejo da agrobiodiversidade, fortalecimento do autoconsumo, o trabalho em rede e reconhecimento do saber local, como elementos fundamentais para sua resistência e desenvolvimento local. Neste sentido concluiu-se que a luta camponesa se materializa através de ações cotidianas que envolvem tanto conhecimentos como decisões, interesses e práticas que buscam o bem estar das comunidades e proteção dos meios de subsistência. Portanto, estas experiências constituem valiosos aportes para avançar em direção a formas de organização cooperativas, processos de agroecologia, e à construção de políticas públicas a favor dos camponeses desde a perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. Mas para isto ser possível, é necessário o reconhecimento do campesinato como sujeito importante no desenvolvimento do país, através de mecanismos de proteção e apoio para estas comunidades por parte do Estado e da sociedade em geral.

Palavras-chaves: Agricultura camponesa. POA. Desenvolvimento rural sustentável.

RESÚMEN

Las comunidades campesinas en Colombia persisten a través de las múltiples y heterogéneas formas de resistencia y lucha contra la invisibilidad y exclusión del modelo de desarrollo del país. En el suroeste del departamento de Antioquia, junto al conflicto armado y concentración de la tierra, se sumó en los últimos años los intereses de grandes inversiones para la intensificación del modelo de extracción neoliberal a través de la minería, los grandes proyectos hidroeléctricos y los establecimientos de monocultivos de exportación. Frente a este panorama, las organizaciones sociales y campesinas de la región están construyendo alternativas civiles de empoderamiento local para asegurar la permanencia en el territorio y la continuidad de sus modos de vida. Es el caso de la Asociación Agropecuaria del Municipio de Caramanta (ASAP), que trabaja por el fortalecimiento de la organización comunitaria y de los modos locales de hacer agricultura, como principales estrategias adoptadas por las familias de la asociación para materializar su resistencia y configurar sus formas de existencia, su dignidad y autonomía. Para éste estudio fue utilizado como referencial teórico y metodológico la Perspectiva Orientada por los Actores (POA), que busca la participación de los sujetos como protagonistas en la construcción de conocimientos y procesos de desarrollo, privilegiando las percepciones e iniciativas locales. Se trata de una investigación esencialmente cualitativa apoyada en el trabajo etnográfico. De los análisis fue posible identificar que las familias de la ASAP desarrollan prácticas en torno de agriculturas de bajos costos, manejo de la agrobiodiversidad, fortalecimiento del autoconsumo, trabajo en red y reconocimiento del saber local, como elementos fundamentales para su resistencia y desarrollo local. En éste sentido se concluye que la lucha campesina se materializa a través de acciones cotidianas que involucran tanto conocimientos como decisiones, intereses y prácticas que buscan el bien estar de las comunidades locales y la protección de los medios de subsistencia. Por lo tanto, estas experiencias constituyen valiosos aportes para avanzar en dirección a formas de organización cooperativa, procesos de agroecología y la construcción de políticas públicas desde la perspectiva de desarrollo rural sustentable. Pero para esto ser posible, es necesario el reconocimiento de campesinado como sujeto importante en el desarrollo del país, a través de mecanismos de protección y apoyo por parte del Estado y la sociedad en general.

Palabras clave: Agricultura campesina. POA. Desarrollo rural sustentable.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais características dos modos camponês e empresarial de fazer agricultura.....	28
Figura 2 - Formas interrelacionadas da resistência camponesa	35
Figura 3 - Mapa regiões naturais da Colômbia.....	40
Figura 4 - Tipos básicos de produção agrícola na Colômbia.....	51
Figura 5 - Mapa do Estado (Departamento) de Antioquia; localização das sub-regiões do Estado	54
Figura 6 - Entrada ao centro urbano do Município de Caramanta (ANT.), rua com arquitetura típica da colonização antioquenha	56
Figura 7 - Viajando para o município de Caramanta	63
Figura 8 - Localização Município de Caramanta, Estado de Antioquia Colômbia, 2015	70
Figura 9 - Centro urbano do Município de Caramanta	71
Figura 10 - A paisagem montanhosa do município de Caramanta.....	72
Figura 11 - Algumas expressões em contra do extrativismo	75
Figura 12 - Organograma da ASAP.....	76
Figura 13 - Encontro regional de organizações indígenas e camponesas realizado em novembro 17 ao 20 de 2014 em Caramanta.....	81
Figura 14 - Dona Amanda preparando os alimentos do almoço.....	83
Figura 15 - Mapa da finca a Estrela da família Patiño – Franco.....	85
Figura 16 - Sistema de terraços para as hortas caseiras	86
Figura 17 - O componente animal	87
Figura 18 - As irmãs Ospinas recebendo em sua casa a uma gira de mulheres camponesas.....	89
Figura 19 - Propriedade da família Ospina.....	91
Figura 20 - Horta domestica diversificada	92
Figura 21 - O componente animal na unidade produtiva das Ospinas	93

Figura 22 - Sistema agroflorestal de café associado com espécies florestais, leguminosas e alimentícias	94
Figura 23 - Sementes crioulas de feijão que possuem as Ospina.....	95
Figura 24 - Preparação caseira de unguento de urtiga para a artrite	96
Figura 25 - Ivan em um dos tanques de peixes, ao fundo alguns terraços com coberturas mortas	99
Figura 26 - Os alimentos sempre a disposição.....	100
Figura 27 - Seleção manual de abacate.....	101
Figura 28 - Sistema de agrofloresta com café, floresta, espécies frutíferas e banana da terra.....	102
Figura 29 - Biodigestor: sistema alternativo de produção de biogás para o uso doméstico.....	103
Figura 30 - Caminhada ao monte Cristo Rei em Tamesis com o grupo de estudantes de CIER.....	108
Figura 31 - Promotores camponeses da ASAP	109
Figura 32 - Modelo dos agroecossistemas das famílias da ASAP, interações entre componentes e fluxo de entradas e saídas	119
Figura 33 - Engrenagem das resistências camponesa, a agroecologia e o desenvolvimento local	121
Figura 34 - Flor com os elementos da resistência camponesa do terceiro tipo da ASAP.....	124
Figura 35 - Espécies vegetais mais freqüentes nas propriedades visitadas	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Práticas de manejo e conservação de solos nas unidades produtivas das famílias da ASAP	112
Tabela 2 - Práticas de produção e uso de insumos orgânicos produzidos dentro da propriedade	113
Tabela 3 - Práticas de manejo de cultivos	114
Tabela 4 - Aportes do autoconsumo para a dieta familiar	127

LISTA DE SIGLAS

ASAP	Associação Agropecuária de Caramanta
CIER	Corporación para la Investigación e o Ecodesarrollo Regional
COA	Cinturón Occidental Ambiental
DANE	Departamento de Administración Nacional de Estadística
ICPHE	Instituto de Ciencia Política Hernan Echavarria
MADS	Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible.
MAELA	Movimiento Agroecologico de América Latina y el Caribe
ONG	Organização Não-Governamental
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Perspectiva Orientada pelos Atores
UFA	Unidade Familiar Agrícola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	OS CAMPONESES COMO SUJEITOS SOCIAIS	22
2.2	A CONDIÇÃO CAMPONESA E O MODO CAMPONÊS DE FAZER AGRICULTURA	24
2.3	A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR E O ESTUDO DAS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS	29
2.3.1	<i>Agência.....</i>	33
2.4	AS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS	34
2.4.1	<i>Resistências do terceiro tipo, Agroecologia e desenvolvimento local.....</i>	36
3	O CENÁRIO RURAL NA COLÔMBIA: OITO DÉCADAS DE INVISIBILIDADE DO CAMPESINATO.....	40
3.1	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A FORÇA DOS GAMONAIIS CONTRA DOS CAMPONESES.....	42
3.2	TENDÊNCIAS NO CAMPO COLOMBIANO: O FUTURO ESCURO DO EXTRATIVISMO NEOLIBERAL.....	44
3.3	A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NA COLÔMBIA: UMA HISTORIA DE LUTA E RESISTÊNCIA	47
3.3.1	<i>Importância e necessidade da agricultura camponesa na Colômbia.....</i>	50
3.4	O CONTEXTO DO SUDOESTE DE ANTIOQUIA E A IDEIA DO DESENVOLVIMENTO	53
4	METODOLOGIA.....	59
4.1	INSERÇÃO EM CAMPO: O REENCONTRO COM CARAMANTA.....	62
4.1.1	<i>A reunião e a seleção dos participantes</i>	63
4.2	A COLETA DOS DADOS.....	64
4.2.1	<i>A entrevista semiestruturada</i>	65
4.2.2	<i>Observação participante</i>	66
4.3	VISUALIZAÇÃO DOS DADOS E A SISTEMATIZAÇÃO	67
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	69
5.1	LOCALIZAÇÃO: CARAMANTA MUNICÍPIO ENTRE MONTANHAS E NUUVENS.....	69
5.2	A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA, AS FAMÍLIAS E AS UNIDADES PRODUTIVAS COMO FORMA DA RESISTÊNCIA.....	75

5.2.1	<i>Don Alfonso e a senhora Amanda: cultivando a esperança.</i>	82
5.2.2	<i>Mulheres camponesas coração da resistência</i>	88
5.2.3	<i>Uma mudança de vida e o reencontro com a autonomia</i>	97
5.2.4	<i>Os jovens herdeiros da semente... defensores do território.</i>	104
5.2.5	<i>Promotores agroecológicos: tecendo a resistência de camponês a camponês.</i>	108
5.3	PRÁTICAS QUE FAZEM A DIFERENÇA: A RESISTÊNCIA CAMPONESA SE MATERIALIZA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.	115
5.3.1	<i>O autoconsumo: prática central na agricultura camponesa.</i>	125
5.3.2	<i>Agroecologia camponesa: uma agricultura baseada nos recursos locais.</i>	127
5.3.3	<i>Manejo da Agrobiodiversidade</i>	130
5.3.4	<i>A arte do saber-fazer (artesanal) e o conhecimento local.</i>	135
5.3.5	<i>O trabalho em redes</i>	136
5.4	PROPOSTAS E PERSPECTIVAS DA LUTA CAMPONESA	138
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	146
	APÊNDICE A - TERMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E INFORMADO	156
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	157
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NAS VISITAS ÀS FAMILIAS E SUAS PARCELAS	160

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da convicção de que as agriculturas camponesas são um elemento fundamental para o desenvolvimento rural na atualidade, pois ela representa a multiplicidade e diversidade dos modos de organização e produção locais. Estes contribuem de maneira significativa à sobrevivência da sociedade como um todo. Este tipo de agricultura é a principal provedora de alimentos no mundo, possibilita a geração de emprego e o manejo de recursos estratégicos para a vida. Além disso, permite a produção e reprodução das identidades culturais, dos conhecimentos das comunidades e da luta por autonomia como componentes para alcançar o bem estar coletivo entendido como desenvolvimento (ALTIERI; TOLEDO, 2011; PLOEG, 2010; MACHIN SOSA *et al*, 2010).

A luta e resistência camponesas podem evidenciar-se em muitas de suas ações, não só através da denúncia ou manifestação, também se observam nas decisões sobre o manejo dos sistemas de produção e suas formas de fazer agricultura, por exemplo, através do uso de práticas como a diversificação vs. o monocultivo, a busca de autonomia vs. a dependência, o fortalecimento dos mercados locais vs. a agroexportação, a conservação vs. destruir. Desta maneira as resistências realizadas por estas comunidades rurais são importantes mecanismos através dos quais se constroem ideias sobre o bem estar e os projetos de vida camponesa nos quais se articulam práticas sociais e técnicas para a configuração de espaços vitais e de alternativas locais.

Ao retornar à Colômbia, após terminar as disciplinas do mestrado em Desenvolvimento Rural PGDR, comecei o trabalho de me aproximar a uma experiência com a qual pudesse pesquisar as formas e práticas de resistência das comunidades camponesas neste país. Particularmente um caso detivera meu interesse, tratava-se da sub-região centro-andina, na qual os camponeses mobilizam-se pela defesa do território e dignidade de vida das comunidades locais. Em especial, lutam contra a mineração e o agronegócio através de formas de construção do desenvolvimento endógeno.

Tive a oportunidade de conhecer este caso no ano 2009, quando fui convidado como estudante de agronomia para participar em um encontro regional de economias camponesas, realizado no município de Marmato (Cal.), com o propósito

de discutir estratégias de defesa e proteção das formas locais de vida, que estavam sendo ameaçadas pelo modelo econômico imperante no país. Desde então, tenho acompanhando alguns processos que adiantam as organizações sociais desta região, em torno à soberania alimentar, a agroecologia, a defesa do território e a educação rural, como principais formas para garantir sua existência.

Uma das organizações camponesas que fazem parte de este processo é a Associação Agropecuária de Caramanta (ASAP), a qual desde há mais de quinze anos trabalham pelo desenvolvimento camponês. Mas para isto ser possível, eles reivindicam e lutam pelo reconhecimento como sujeitos sociais e por certas condições como a terra e o acesso aos recursos, a conservação da natureza, o reconhecimento do saber local, as economias locais, a participação, etc.

Tudo isto motivou a realização deste trabalho, como uma forma de evidenciar os processos e experiências que estas comunidades rurais, que desde o fazer cotidiano de cultivar a terra, constroem formas mais sustentáveis de reprodução física e simbólica, mesmo em contextos socioeconômicos pouco favoráveis e de exclusão.

Neste sentido, o presente trabalho pretende dissertar sobre as formas camponesas de produção, não no sentido estereotipado do camponês, como uma imagem autárquica e resistente às mudanças, mas sim como formas de vida que continuam sendo fundamentais dentro das estruturas socioeconômicas. Reconhecendo assim suas formas de organização social e sua capacidade de adaptação decorrente de estratégias que permitem resistência, persistência e desenvolvimento (VELEZ, 2015).

Assim, é importante valorizar e reconhecer os processos locais constituídos a partir das necessidades e perspectiva das próprias comunidades. Estas, por sua vez, reclamam seu direito legítimo de manter seus modos de vida e garantir a dignidade e a autonomia. Tudo isto é evidenciado, por meio dos movimentos sociais, manifestações, declarações e petições construídas pelos camponeses, mas especialmente, pela persistência das formas de produção camponesas que depois de tanto tempo de subestimação e abandono ainda continuam sendo importantes em contextos como o colombiano. Portanto, as resistências camponesas se tornam uma temática relevante e de interesse no campo das pesquisas sobre o desenvolvimento rural e da agroecologia (SEVILLA-GUZMAN; MOLINA, 2005).

Neste trabalho, as formas camponesas de agricultura e seus atores principais (os camponeses), são entendidos a partir do relacionamento diferenciado e íntimo com a terra, sociedade, produção dos alimentos, com os recursos para a subsistência e com suas particularidades culturais e contextuais. A agricultura camponesa como forma de resistência ocorre em cenários hostis, limitados e pressionados, onde os camponeses persistem através de inúmeras respostas e práticas que se materializam no cotidiano das famílias e comunidades, em seus territórios e nas unidades produtivas (PLOEG, 2008).

Porém, as pressões sobre as formas camponesas percorrem os séculos, inclusive antes do capitalismo. Mas é a partir das concessões desenvolvimentistas que se previa o fim dos camponeses e dos seus modos de vida, sendo estes cada vez mais direcionados ao esquecimento generalizado e rejeição da sociedade moderna. Na Colômbia, por exemplo, a marginalização dos camponeses é constatada nas políticas do Estado que desde a década de trinta têm buscado acabar com a produção e organização camponesa. Especialmente, com o pretexto de modernizar e alcançar as metas de um desenvolvimento econômico baseado na industrialização do campo e no uso de novas tecnologias importadas de outros países. Porém, esse desejo de dar fim aos camponeses colombianos não foi percebido somente nas políticas agrícolas, mas também no não reconhecimento do camponês como sujeito da sociedade e da história do país.

A consolidação do capitalismo como principal modelo socioeconômico transformou estruturas e estilos agrícolas favorecendo a concentração dos recursos, exploração da mão de obra e a especialização dos modos produtivos para responder às demandas dos mercados. Nos países da América Latina, este processo significou o agravamento dos conflitos sociais e ambientais, gerando disputas entre as lógicas camponesas, que defendiam suas formas de produção e as capitalistas que estavam se apropriando dos territórios (CASERES *et al*, 2010; PLOEG 2010; ROSSET 2000; FORERO; 1991).

Estes conflitos terminaram muitas vezes com enfrentamentos, inclusive armados, nos quais milhares de famílias rurais foram deslocados para as cidades, deixando os campos livres para o estabelecimento de formas de exploração capitalistas e de especulação da terra. No caso da Colômbia, a espoliação sobre o campesinato tem sido executada através das armas e do abuso aos diferentes atores do conflito. Mas também pelo pouco respaldo de um Estado que defende os

interesses particulares e busca se enriquecer através da venda do país aos empresários e investidores estrangeiros (VALDERRAMA; MONDRAGON, 1998).

Com os campos livres dos camponeses e com o controle dos meios de produção executado por poucos, a próxima etapa foi o estabelecimento de um modelo de modernização agrícola com o objetivo de acumulação de capital. Nos anos 1960, a estratégia utilizada pelos diferentes governos da América Latina, foi à adoção da Revolução Verde e implementação de sistemas produtivos que demandavam produtores diferentes do produtor camponês. Desde então, busca-se um personagem que se acomode às condições de mercado e que tenha a capacidade financeira para investir e ser competitivo, ou seja, um empresário.

Tanto nas escolas de agricultura e instituições agrícolas, quanto na extensão rural, foram implantadas políticas intervencionistas carregadas de ideias de adaptação às modernas formas de agricultura. Desta forma o campo passaria a ser entendido e gerido como uma empresa manejada de acordo com os princípios industriais (PLOEG, 2010; BARTRA, 2008; ROSSET, 2000; PIÑEIRO, 1989).

Não obstante, as evidências demonstram que estes processos de modernização da agricultura, baseados na extração natural, mecanização de processos, uso de sementes melhorada, insumos derivados do petróleo, decomposição social dos territórios e mercantilização dos alimentos, não têm alcançado os resultados esperados. Além disso, são formas pouco sustentáveis, pois seguem degradando e poluindo solos, água e ar, diminuindo a diversidade biológica e, portanto, ameaça a vida no planeta Terra (PETERSEN *et al* 2009; MARTINEZ–ALIER, 2005; GUZMAN *et al*, 2001).

Esta problemática leva a pensar sobre a necessidade de mudanças nos paradigmas e na reestruturar os sistemas agroprodutivos padronizados e monopolizados pelas grandes indústrias, por outros modelos baseados na sustentabilidade ambiental e social.

Neste sentido, as formas de resistências camponesas e os mecanismos de persistência do camponês, oferecem valiosos ensinamentos para as agriculturas do presente e futuro (ALTIERI; TOLEDO, 2011; PLOEG, 2010; PETERSEN *et al*, 2009; GLIESSMAM, 1998). Segundo Ploeg (2008), as resistências camponesas podem ser entendidas como práticas heterogêneas com as quais os camponeses desenham e manejam seus sistemas produtivos e ainda, são maneiras harmônicas de adaptação

ao ambiente com as quais os camponeses garantem sobrevivência e confrontam os modelos hegemônicos de ordenamento e exclusão.

Assim, são importantes os estudos que contribuem para dar visibilidade aos processos locais, a autonomia, o território e o alimento, como propostas alternativas que permitem a construção do conhecimento coletivo e a qualidade de vida das pessoas. Cada vez mais as correntes do pensamento científico nas áreas das ciências humanas e naturais estão reconhecendo a importância das agriculturas camponesas e entendendo-as como possibilidade no enfrentamento aos desafios atuais da agricultura e sustentabilidade.

A Agroecologia, por exemplo, em seu caráter holístico e interdisciplinar, baseia parte de seu conteúdo teórico e metodológico nos marcos sociais do campesinato (SEVILLA-GUZMAN; MOLINA, 2005). Por sua vez, aborda o raciocínio ecológico camponês como importante fonte de conhecimento para avançar na reconfiguração de agroecossistemas mais sustentáveis (TOLEDO; BARRERA-BASSOL, 2008; ALTIERI, 2004; TOLEDO, 1995). A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) (LONG, 1988; PLOEG, 1990), baseada nos estudos micro sociais, reivindica a importância do local e reconhece a capacidade das pessoas e dos coletivos na atuação de suas ideias de desenvolvimento. Abrindo assim, possibilidades interessantes para analisar processos rurais conduzidos pelas comunidades locais, como poderiam ser os camponeses colombianos, caracterizados por sua heterogeneidade, por sua persistência perante contextos de luta pela sobrevivência e imposição de limites.

Os camponeses colombianos são comunidades diversas de colonos, indígenas e afrodescendentes, que possuem em comum a subsistência mediante o trabalho e interação íntima com a terra, através de seus saberes, suas diferentes formas organizações sociais e da articulação parcial com mercados para intercâmbio de produtos. Porém, existe uma grande diferença entre estes grupos, enquanto os indígenas e afrodescendentes são legitimamente reconhecidos como donos de terras, pela Constituição Nacional de 1991, os colonos não. Desta maneira, os colonos tornam-se ainda mais vulneráveis às intervenções capitalistas que atuam no país e que se intensificaram nas duas últimas décadas com a entrada do neoliberalismo.

Desde a década de 90, com o neoliberalismo como estratégia principal de desenvolvimento nacional e com os tratados de comércio livre, houve o aumento dos

processos de extração de recursos naturais. Esse aumento se deu mediante a exploração minero-energética e o plantio de monoculturas para exportação, gerando ainda mais pressões para a decomposição das formas de produção e territórios camponeses (VELEZ, 2015). Não obstante, os camponeses colombianos continuam produzindo a maior parte dos alimentos consumidos no país, além de lutar pela manutenção dos recursos, das identidades regionais, da continuidade de seus modos de vida e da autonomia como expressões locais de desenvolvimento (GARAY *et al*, 2010; FORERO, 2003).

1.1 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

O processo de globalização neoliberal gera transformações que incidem em todos os aspectos da vida. As formas de poder, de conhecimentos, as tecnologias e a exploração recursos naturais são aspectos que atualmente operam a partir de ideias como o progresso técnico e o crescimento econômico. Estas ideias são próprias das teorias desenvolvimentistas que carregam os elementos chaves para a transformação da sociedade moderna apoiando-se na tecnociência e nos mercados para gerar acumulação de capital.

Segundo Escobar (2010), é suficiente olhar para as dimensões biofísicas, econômicas e culturais da maior parte do chamado “terceiro mundo”, incluído a América Latina, Ásia e África, para identificar os crescentes índices de violência, pobreza e deterioração ambiental, produto da aplicação de modelos que apenas visam o desenvolvimento moderno. Estas tentativas, não têm apresentado sucesso e evidenciam a existência de vazios pertinentes às relações entre o local e o global, contribuindo para o aprofundamento da descontextualização e invisibilidade dos fenômenos e construções sociais em suas particularidades.

No atual modelo de produção capitalista não são levadas em conta a reprodução social, inovação e gestão, nem os laços afetivos e comunitários em que se desenvolvem processos produtivos locais. Ao contrário, este modelo de produção é baseado em formas padronizadas de extrativismo e no controle dos recursos, comprometendo os elementos indispensáveis à vida e necessários ao desenvolvimento de atividades agrícolas e dos modos de vida camponeses.

De acordo com Martinez-Alier (2005) e Leff (2005), isto gera conflitos próprios dos cenários marcados por relações assimétricas de poder, onde poucos são os que impõem determinadas avaliações, significados e formas de apropriação da natureza, passando, na maioria das vezes, por acima dos interesses coletivos e locais.

As práticas dos camponeses são temas explorados em diferentes estudos, contudo, grande parte das análises busca explicar como estes iriam acabar sendo absorvidos ou desarticulados pelo avanço capitalista (BERSTEIN, 2006; ABRAMOVAY, 1992; MARX; 1976). O campesinato tem sido considerado pouco importante e compreendido como um modo de vida antigo e obsoleto, pré-capitalista. Principalmente, é considerado como um modo de vida e produção improdutivo na era moderna de globalização econômica e da informática. O processo de modernização e o neoliberalismo condenaram comunidades rurais ao desaparecimento, por tratá-las “ineficientes e pouco rentáveis” (ESCOBAR, 2010; SEVILLA; MOLINA, 2005, RUBIO, 2002).

Todavia, hoje existem em todos os continentes povos que mantêm uma relação direta com a terra, dedicados à produção de alimentos e preservação dos recursos e o bem estar, através da luta cotidiana para garantir seus meios de vida (PLOEG, 2010). Alguns exemplos são os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no Brasil, os Zapatistas na América Central, as Zonas de Reservas Camponesas na Colômbia, La Via Campesina Internacional, além dos milhões de agricultores camponeses que resistem pela dignidade e autonomia, acreditando que outro mundo melhor é possível (MANÇAO, 2014; BIODIVERSIDAD, 2008).

Segundo Ploeg (2008) as formas camponesas de resistência ao neoliberalismo podem ser discutidas a partir da condição camponesa centrada na luta pela autonomia e o progresso, como uma forma de construção e reprodução dos meios de vida rural em um contexto hostil. Enfatizar a autonomia e resistência na constituição dos camponeses como atores sociais contribui para o reconhecimento de milhões de famílias rurais no mundo. Pesquisar e valorizar os conhecimentos e necessidades das comunidades camponesas e suas organizações sociais possibilita o surgimento de soluções frente a atual crise socioambiental. A resistência camponesa constitui um potente e importante dispositivo na luta pela autonomia e configura em propostas de “modernidades alternativas” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Assim sendo, é importante tomar novas posturas sobre o mundo rural e indagar as relações existentes entre modos de vida locais e modos de produção, sobre a cultura e as percepções locais, as estratégias que as populações rurais utilizam para garantir a sobrevivência. Ou seja, questionar as práticas camponesas como elementos importantes à construção dos processos de desenvolvimento local. Pois são esses agricultores que decidem as práticas, materializam-nas com base em diferentes lógicas, experiências, interesses e perspectivas que, segundo Ploeg (2008), determinam a condição camponesa.

Os camponeses são necessários à soberania e segurança alimentar, para a manutenção dos territórios e das identidades locais. Diferentes estudos descrevem a capacidade das formas de produção camponesa no combate ao desemprego, escassez de alimentos, pobreza e preservar a biodiversidade (ALTIERI; TOLEDO, 2011; PLOEG, 2010; ROSSET, 2000; ALTIERI, 1989). As resistências camponesas se materializam através de diversas estratégias utilizadas para garantir sua existência diante das relações de exploração e dominação. Em muitas situações, essas estratégias se caracterizam pela adaptação ou acomodação às situações de dominação, contestação e manifestação aberta. Outras vezes também se materializam no trabalho na unidade produtiva, além da própria expressão das formas individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, cotidianas ou esporádicas (MENEZES; MALAGODI, 2011; PLOEG, 2010).

A agricultura camponesa constitui uma forma de resistência frente aos atuais modelos excludentes de desenvolvimento neoliberal. Os camponeses, em sua luta pela autonomia e distanciamento dos grandes monopólios econômicos e técnicos, configuram estratégias e formas de aproveitamento dos recursos locais e os conhecimentos biofísicos, para garantir sua reprodução física e simbólica, mesmo em contextos limitados. É por isso que, frente ao processo neoliberal que destrói territórios e comunidades rurais em todo o mundo, tornam-se importantes os processos locais construídos de acordo com as culturas locais, com a soberania alimentar, com a proteção dos recursos vitais, com a preservação da justiça e bem estar social.

Tendo em vista o exposto até o momento, é demonstrada a necessidade de analisar as práticas das comunidades camponesas no contexto colombiano e seus mecanismos de persistência, partindo das seguintes questões:

- a) como os camponeses colombianos do município de Caramanta mantêm a reprodução das suas formas de vida apesar das intervenções externas de cunho neoliberais protagonizadas pelo Estado e pelas multinacionais?
- b) quais são os mecanismos e práticas utilizadas por estes camponeses para organizar os sistemas produtivos e de trabalho de modo que permitam a continuidade de sua forma de vida e de fazer agricultura conforme seus objetivos?

Assim, este trabalho tem como objetivo geral a compreensão das práticas e estratégias desenvolvidas pelas famílias de associação camponesa do município de Camaranta que garantem a reprodução e continuidade das suas formas de vida.

Os objetivos específicos são;

- a) identificar os atores envolvidos na organização camponesa do município de Caramanta;
- b) descrever a organização das unidades produtivas familiares pertencentes à associação;
- c) analisar as práticas desenvolvidas pelos camponeses que expressam formas de resistência por meio de algumas categorias que permitam entender o protagonismo dos atores sociais na construção de mecanismos para reprodução da unidade camponesa.

A estrutura do presente trabalho é composta de seis capítulos, incluindo a introdução que traz a temática da globalização neoliberal e das resistências camponesas. O segundo capítulo aborda o referencial teórico salientando alguns conceitos sobre o campesinato como ator social, a condição camponesa, Perspectiva Orientada pelos Atores e a resistências camponesas. O capítulo três faz uma contextualização sobre a questão camponesa na Colômbia. Já o capítulo quatro tem como objetivo descrever a metodologia e os caminhos percorridos na pesquisa. No quinto capítulo são apresentados os resultados e a discussão dos mesmos, para finalmente propor categorias e mecanismos que configuram as forma de resistência das famílias da ASAP. Por fim, no capítulo seis são colocadas algumas considerações finais e conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico utilizado para desenvolver esta pesquisa, perpassando por abordagens em torno ao campesinato como sujeito social; a condição camponesa de Ploeg e o modo camponês de fazer agricultura; a Perspectiva Orientada pelo Ator; as resistências camponesas; a agroecologia e o desenvolvimento local.

2.1 OS CAMPONESES COMO SUJEITOS SOCIAIS

Durante séculos se discutiu, desde diferentes disciplinas e perspectivas teóricas, a questão do camponês. Porém, mesmo com inúmeros estudos sobre este tema, é notória a existência de vazios que impossibilitam a compreensão da importância do campesinato no processo histórico e sua atualidade. Estas lacunas derivam da negação do camponês como um ator social e do discurso ideológico que julga necessário acabar com o campesinato para consolidação do capitalismo, dos processos de acumulação do capital e da modernização dos modelos produtivos.

Uma definição única do camponês ou campesinato é complexa dada a sua heterogeneidade. A dificuldade é grande devido às diferentes reivindicações, diversidades de paisagens e territórios e aos diferentes grupos culturais que estão envolvidos neste conceito. No entanto, existem na bibliografia interessantes autores que fazem importantes contribuições para sua melhor compreensão. Alexander Chayanov (1976), por exemplo, explica como os camponeses focam na satisfação das demandas e necessidades familiares a partir da otimização do trabalho e do uso eficiente dos recursos disponíveis. Esta descrição do modo de produção camponês contrasta com modo de produção capitalista baseado na maximização do lucro. Neste sentido, o autor já citado defende a ideia que dentro do capitalismo podem coexistir formas não capitalistas de produção e classifica as unidades econômicas produtivas em dois tipos, as camponesas e as capitalistas.

Eric Wolf (1971), partindo de um olhar mais antropológico, adverte que a diferença entre a propriedade camponesa e os modos capitalistas vai além dos aspectos econômicos produtivos. As diferenças também englobam o simbolismo do

lar, a relação da experiência humana e a natureza. Essas são expressas nas crenças, cerimônias e na pluralidade das atividades dos camponeses, que compõem os repertórios culturais diferentes e permitem a produção e reprodução dos seus modos de vida.

Para Shanin (1983), os camponeses são sujeitos históricos que vivem seu tempo e que viveram em todos os tempos como nas sociedades escravistas, feudais, capitalistas, socialistas. Em especial, os camponeses são sujeitos que lutam por si mesmos, contra o sistema que busca apenas a destruição deles, reagindo para se reproduzir com dignidade. O autor ainda chama a atenção para o incômodo que esta classe social desperta nos sistemas hegemônicos, pois é uma classe que não aceita ser cooptada. Segundo o mesmo autor, isso constitui um importante referencial para o desenvolvimento de um pensamento que mantenha a questão do campesinato como ponto central na luta contra o capitalismo.

Partindo da importância atual e histórica dos camponeses como sujeitos sociais, o mexicano Toledo (1995) propõe analisar os *graus de campesinidade* a partir de variáveis como o uso tecnológico, nível de autonomia, integração ao mercado e processos sociais, entre outros, para entender os modos de vida das comunidades rurais e assim poder reconhecer os saberes e formas de produção camponesas como expressões locais de desenvolvimento.

Por sua vez, Ploeg (2008), catedrático holandês da Universidade Wageningen, define em seus estudos sociológicos rurais a *condição camponesa* como uma realidade que se expressa no contexto atual e na qual o camponês é reconhecido como agente central do desenvolvimento agrícola, a partir do qual se pode explicar o *modo camponês de fazer agricultura*. Em sua análise, este autor identifica características como a luta pela autonomia, a coprodução e autogestão de uma base de recursos, que determinam a condição camponesa e as formas como os camponeses reproduzem seus modos de vida, que geralmente são construídos em ambientes pouco favoráveis (PLOEG, 2009).

Para entender o campesinato, é importante também levar em conta as contribuições feitas a partir das bases e dos movimentos sociais como La Via Campesina. Na declaração sobre os Direitos Camponeses chamam camponês,

[...] a toda pessoa que tem uma relação direta e especial com a terra e a natureza, através da produção de alimentos, outros produtos agrícolas e não agrícolas. Ser camponês significa um determinado modo de viver, produzir e

relacionar-se com a natureza e a sociedade, abarcando os mais variados grupos sociais presentes no mundo rural e que são portadores de identidades culturais próprias, incluindo aos grupos indígenas, afros e aos sem terra “¹. (VIA CAMPESINA, 2009, tradução nossa).

De acordo com Guzman *et al* (2001), a importância da agricultura camponesa baseia-se na ampla gama de conhecimento e saberes sobre os solos, clima, vegetação, animais e ecossistemas, produto da coevolução de homem e natureza ao longo de milhares de anos. Esses saberes são importantes ao enfrentamento da crise da agricultura atual. Além disso, as agriculturas camponesas são as únicas que podem garantir a soberania alimentar dos povos, fornecendo a oferta de emprego, permitindo a conservação dos recursos naturais e mantendo as identidades culturais nas diferentes regiões do mundo (RUBIO, 2011; ROSSET, 2002).

O presente trabalho fundamenta-se nestes paradigmas e referências teóricas que reivindicam a importância do camponês como sujeito histórico e político capaz de incidir nas suas próprias realidades e processos vividos. Para isso, neste trabalho, os atores investigados serão compreendidos conforme as características expressas por Ploeg (2008) sobre a condição camponesa.

2.2 A CONDIÇÃO CAMPONESA E O MODO CAMPONÊS DE FAZER AGRICULTURA.

Como intuito de explorar uma definição mais envolvente do campesinato, este trabalho retoma as contribuições de Ploeg, que propõe a “*condição camponesa*” como uma forma de posicionar os camponeses como agentes no contexto atual e, a partir disso, entender os modos camponeses de fazer agricultura (PLOEG, 2008). O autor anteriormente citado salienta a heterogeneidade como eixo central de análise, enquanto o camponês é compreendido como ator social com diversas formas de se constituir, chamando atenção à análise das particularidades contextuais, acervos culturais, os processos históricos e das relações que se estabelecem entre homem e natureza através do processo produtivo. A condição camponesa é relacionada às seguintes características que seguem

¹Documento aprovado pela Comissão Coordenadora Internacional da Via Camponesa em Seul em março do 2009.

1- a luta constante pela autonomia que se realiza em 2- um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição se concretiza na 3- criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada que permite 4- formas de coprodução entre o homem e a natureza viva 5- que interagem com o mercado, 6- permitem a sobrevivência e as perspectiva de futuro e 7- se realimentam na base de recursos e a fornecem contribuído a melhorar os processo de co-produção e fomentando a autonomia, 8- assim diminuem a dependência. Além, a sobrevivência e base de recursos são 9- fornecidas a traves de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem 10- padrões de cooperação que fornecem e regulam essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

A partir de tais características o autor argumenta que é possível fazer melhores comparações das comunidades rurais atuais do modo camponês de fazer agricultura, o qual consiste em formas múltiplas e diferenciadas, que são coerentemente configuradas para possibilitar o processo agrícola de produção. E conseqüentemente, entender os mecanismos com que os camponeses garantem sua reprodução física e simbólica. Alguns dos conceitos chaves que estruturam a condição camponesa são a coprodução, base de recursos e autonomia, que serão descritos a seguir.

A coprodução faz referência à interação e transformação constante entre homem e natureza viva, que se dá através do processo de produção agrícola.

A agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura caça e a pesca, e também a transformação posterior dos produtos obtidos em outros produtos mais elaborados (por exemplo, a transformação de excrementos e palha em estrume, de leite em queijo e de carne em presunto), bem como fenômenos rurais como o turismo rural, são expressões da coprodução. Na coprodução, a interação entre homem e natureza viva é decisiva, ela distingue o rural do urbano (PLOEG, 1997b p.9) (PLOEG, 2008, p. 40-41).

Estes processos de coprodução permitem a produção e reprodução dos recursos necessários para garantir a vida camponesa. Porém, é fundamental entender que estes não são capitais para investimento como geralmente acontece na produção empresarial, mas trata-se da interação mútua entre a unidade familiar camponesa e a natureza em um processo de transformação e coevolução, gerado formas endógenas de desenvolvimento nas que a artesanidade e os conhecimentos locais se tornam centrais. Essa coevolução orienta a uma produção mais efetiva, melhorando os recursos sociais e naturais em um processo constante de criação e recriação de níveis mais elevados de coprodução, que podem ser vistos

como a pedra angular para as agriculturas sustentáveis e a Agroecologia (ALTIERI, 1999; 1989).

A base de recursos inclui tanto recursos sociais, que são as redes, conhecimentos, vizinhanças, relações de reciprocidade, como recursos naturais, terra, gado, cultivos, irrigação. Estes recursos constituem o pilar material e simbólico do modo de vida camponês e é produto da coprodução. As bases de recursos juntamente com a coprodução constituem um processo de trabalho específico “*onde em primeiro lugar, ele é o lócus, onde o homem e a natureza se encontram, e onde ciclos diferentes são interligados conjuntamente em um todo coerente*” (PLOEG, 2008, p. 42).

Neste processo de trabalho são desenvolvidos os saberes e as novas formas de produzir, além disso, permitem liberdade e respeito nas trocas econômicas, autonomia relativa e o desenvolvimento autocontrolado da base de recursos que fortalecem a persistência e melhoram a qualidade de vida. Um aspecto fundamental para os camponeses é alcançar a autonomia, mantê-la e fortalecê-la, para o qual requer fortalecer a base de recursos disponíveis e gerar novos recursos mediante a coprodução (PLOEG, 2010).

O fortalecimento dos recursos pode ser exemplificado pela a criação de solo antrópico a partir da incorporação de matéria orgânica, esta matéria pode ser as mesmas ervas daninhas nascidas no sítio. Também a rotação de cultivos e o descanso do solo são práticas que ajudam a melhorar a produtividade deste recurso e a autonomia. Um segundo exemplo é a reciclagem de nutrientes e o manejo da fitossanidade nos cultivos a partir da diversidade mantida pelos camponeses em suas propriedades. Outros exemplos são as redes sociais extensas onde circula o material genético, ou as ações coletivas na defesa do direito da água ou a alimentação saudável (VELEZ, 2015).

A autonomia camponesa se relaciona com a sociedade em geral, especialmente com o mercado, no qual é buscado o máximo de flexibilidade, mobilidades e capacidade de escapar ao controle. Ploeg (2010) argumenta que a luta camponesa pela autonomia implica dois tipos de relações, uma que permite não estar excessivamente submetido às relações de exploração e dependência e outra que permite o alinhamento entre a exploração agrícola com os interesses e perspectiva dos produtores. A busca e construção da autonomia são concretizadas nas relações entre a unidade produtiva e o contexto. A criação de espaços de

manobra que permitem alternativas de resistência e adaptação são produtos da autonomia.

Na busca por autonomia, os camponeses procuram fortalecer a base de recursos não somente da produção, mas também com a criação de redes entre agricultores ou outros aliados que possam cooperar na luta contínua frente a ameaças. Outra estratégia para a autonomia é a combinação de atividades não agrícolas realizadas fora da propriedade agrícola familiar ou pluriatividades (SCHNEIDER, 2004) que suplementam as rendas ou fundos para fazer investimentos ou cobrir outras necessidades, assim o crédito e empréstimos não são necessários ao camponês.

Conforme Ploeg (2008), a partir da condição camponesa é possível entender o “modo camponês de fazer agricultura”, que se caracteriza por: 1- a produção e maximização do valor agregado usando os recursos autocriados e autogestionados; 2- com uma base de recursos limitada é necessário obter o máximo de produção e sem afetar a qualidade; 3- a produção camponesa é por geral intensiva, baseada no trabalho e onde a mão de obra será relativamente abundante; 4- o processo de trabalho representa uma unidade orgânica, entre recursos sociais e materiais; 5- os níveis de intensidade e desenvolvimento dependem da quantidade e qualidade do trabalho; 6- a relação com o mercado é no sentido de haver um ciclo autônomo da unidade de produção, sendo que apenas uma parte da produção seja mercantilizada e a outra parte serve para a reprodução da família e da unidade de produção (PLOEG, 2008).

No modo camponês de fazer agricultura, o espaço produtivo, propriedade rural ou parcela, é também o lugar de descanso de ócio, é lugar da vida cotidiana e da família. Assim, o espaço produtivo adquire dimensões estéticas e em muitos casos éticas. O desenho e manejo da propriedade é motivo de orgulho para os próprios camponeses e para os estranhos por sua estética, mas também por ser única e refletir a identidade da família. O desenho e manejo obedecem não só a critérios de produtividade e eficiência, mas também considera a manutenção, conservação e o melhoramento dos recursos disponíveis (VELEZ, 2015).

A forma camponesa fazer agricultura é contrastante com outras formas de produção baseadas na obtenção e mobilização do capital. De acordo Ploeg (2008), a agricultura atual se pode classificar em três estilos: camponesa, empresarial e capitalista. A agricultura camponesa se baseia no uso sustentável do capital

ecológico. Entre algumas características salientam: 1- a multifuncionalidade; 2- o uso de mão de obras fundamentalmente familiar ou comunitária; 3- muitas vezes a terra ou outros meios de produção são de propriedade da família; 4- a produção é orientada tanto para a reprodução da família e como para mercado; 5- há uma tendência por distanciar suas práticas agrícolas dos mercados de insumos; e 6- uma intensificação fundada no trabalho (PLOEG, 2008).

A agricultura empresarial é baseada fundamentalmente no capital financeiro e industrial, os créditos, insumos industriais e tecnologias. Sendo que a sua expansão é realizada com o aumento em escala. A produção é altamente especializada, orientada ao mercado e depende totalmente dos insumos de mercado (PLOEG, 2008).

A agricultura capitalista é em grande escala e segue os princípios do modelo agroexportador. Engloba uma ampla rede de empresas agrícolas de grande mobilidade, que controlam segmento da produção agrícola e de alimentos, e utilizam mão de obre assalariada. A produção agrícola é orientada à maximização do lucro e é vista como uma função desta (PLOEG, 2008).

A partir desta classificação é possível identificar duas lógicas de desenvolvimento ou modelos de estruturação entre grupos agrários e sociedade Figura 1.

Figura 1 - Principais características dos modos camponês e empresarial de fazer agricultura.

MODO CAMPONÊS	MODO EMPRESARIAL
Baseado na internalização da natureza	Desconectado da natureza
A coprodução e a coevolução são centrais	“artificialização da agricultura”
Distanciamento dos mercados de insumos (grau de mercantilização reduzido)	Elevada dependência de mercados (grau de mercantilização elevado)
Centralidade da pericia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades	Centralidade no empreendedorismo e das tecnologias mecânicas
Intensificação continua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento em escala é a trajetória de desenvolvimento dominante; intensidade é adquirida e é uma função da tecnologia
Multifuncional	Especializada
Continuidade entre o passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Aumento da riqueza social	Contenção e redistribuição da riqueza social

Fonte: (PLOEG, 2008, p. 134).

O modo camponês é baseado na construção e reprodução de circuitos curtos descentralizados, que ligam a produção e consumo com a agricultura e sociedade regional. Já o modo empresarial é centralizado, controlado pelo capital e pelas grandes empresas de processamento e comercialização, que operam em escala mundial e são consideradas *impérios agroalimentares* (PLOEG, 2008).

Sendo assim, o modo camponês de agricultura se contrapõe ao modelo empresarial-moderno, representado pelos estilos de agricultura empresariais e capitalistas que buscam a destruição do camponês e a substituição pelo modelo agroindustrial sem levar em conta as consequências ecológicas, sociais e culturais. Para a análise deste trabalho, as agriculturas camponesas constituem a resistência a uma lógica de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico e no progresso técnico, sendo assim são uma alternativa de enfrentamento à crise ambiental atual.

2.3 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR E O ESTUDO DAS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

Este trabalho aborda as contribuições de Long (2007; 2001) e Ploeg (1990; 2008) sob a Perspectiva Orientada aos Atores (POA), como principal referência teórica e metodológica para estudar as resistências dos camponeses frente a um contexto hostil, como no caso do campo colombiano. Estes autores partem das críticas às teorias estruturalistas de modernização, nas quais as pessoas estão subjugadas às forças dominantes de grupos, empresas e instituições que têm o poder e determinam os caminhos do desenvolvimento. Por outro lado, a POA se propõe a analisar as práticas sociais dos sujeitos e o que eles fazem. Para POA a análise micro social é essencial à compreensão de como as pessoas empreendem processos de desenvolvimento e como, em condições estruturais similares, as pessoas conseguem responder de formas diferentes.

Este enfoque não busca ser uma teoria genérica baseada em princípios universais, mas sim uma perspectiva teórica e metodológica para entender os processos de mudança pelos quais as formas sociais surgem, são transformadas e retrabalhadas no cotidiano das pessoas. Ainda, dando o espaço para explorar e

compreender a multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas dos indivíduos ou coletivos situados em seus próprios ambientes (LONG, 1988).

Esta perspectiva combina um marco teórico da sociologia² e referenciais da antropologia³, através de pesquisas empíricas, principalmente de caráter etnográfico. Trata-se de uma perspectiva construída a partir das bases, de baixo para cima, que parte da convicção de que para compreender as mudanças sociais é necessária uma proposta dinâmica centrada na interação e determinação mútua entre fatores e relações internas e externas. Principalmente onde se reconheça o papel central desempenhado pela ação e a consciência humana (LONG, 2001).

Um dos aportes mais relevantes da perspectiva orientada ao ator é o fato de trazer conceitos como *agência*⁴, *poder* e *conhecimentos*. Estes conceitos são fundamentados nas experiências cotidianas, outorgando-lhe importância e figuração aos sujeitos locais, ao cultural e à compreensão das realidades das pessoas, sejam camponeses, fazendeiros, governantes, pesquisadores, empresários. A agência se refere à capacidade que os diferentes atores têm para processar experiências sociais e exercer influências dentro de determinados cenários. Por sua vez, o *conhecimento* e o *poder* surgem dos processos de interação social e redes, que em essência são o produto de um conjunto de encontros e fusões de interesses e horizontes, que geram ações particulares para transformar (agência) um estado preexistente de eventos ou situações (LONG, 2007).

Dos três conceitos apresentados surgem as noções de *atores sociais*, *mundos vividos*, *arenas de confrontos*, *repertórios culturais*, *interfaces*, entre outros. Ao se referir ao *ator social* enfatiza-se o papel central das pessoas e coletivo na configuração de seus *mundos vividos* ou realidades construídas. Estes *mundos vividos* incluem ações, interações e significados, que se identificam com espaços sócio-geográficos específicos e com histórias de vida. As *arenas* são os espaços onde ocorrem as disputas pelos recursos, pelas reivindicações de identidade, valores e significados. São compostas e caracterizadas pelo acúmulo de diferentes componentes culturais ou *repertórios culturais*, que se relacionam com os diferentes estilos de vida, percepções sociais e racionalidades. Por último, a importância da

²Construtivismo social e estudos do tipo fenomenológicos

³A cultura como construção herança da Escola de Manchester e o interacionismo simbólico como a prática para coleta de informação.

⁴Conceito relacionado com o *Agency* desenvolvido pelo sociólogo inglês Giddens (1984; 1997).

noção de *interface* entendida como ponto crítico no qual se encontram e se justapõem os *mundos de vida*, os *campos sociais* e os *diferentes níveis de organização sociais*, dos quais emergem descontinuidades produto de discrepâncias entre interesses, conhecimento e poder (LONG, 2007).

Este conjunto de conceitos e noções permite analisar e compreender a heterogeneidade de respostas e estratégias desenvolvidas pelos diferentes atores (LONG; 2007). O reconhecimento dos indivíduos e coletivos como agentes do próprio destino, oferece possibilidades na construção e gestão de alternativas para as problemáticas enfrentadas cotidianamente, ao mesmo tempo em que se deslumbram noções e formas diferenciadas e heterogêneas de gerar e entender o desenvolvimento (GUIVANT, 1997).

Portanto, é possível considerar a POA como uma construção metodológica e conceitual que permite analisar diversos atores sociais, assim como com as formas e estratégias que permitem sua reprodução física e simbólica, mesmo em contextos pouco favoráveis⁵. Sobre o estudo dos camponeses, salientam-se os aportes conceituais e analíticos como a *condição camponesa* apresentada por Ploeg (2008) e descrita anteriormente neste texto, nela se reconhece o camponês como protagonista central nos processos de construção do desenvolvimento endógeno.

Os aspectos metodológicos desta perspectiva transitam entre as abordagens qualitativas, chamando a atenção para um processo de construcionismo social do conhecimento. A partir deste, a diversidade material e simbólica pode ser reconhecida como elemento importante a qualquer análise micro social sobre o desenvolvimento. Os aspectos qualitativos implicam a necessidade de estar em campo, no envolvimento com o objeto de pesquisa e na centralidade do objeto de pesquisa na análise, como chamou Long de uma sócio-antropologia ou “*sociologia do desenvolvimento revitalizada*” (LONG; 2007 p.33), que resgata muitos elementos da pesquisa etnográfica.

Algumas pautas ou pedras angulares para orientar as pesquisas se encontram em Long (2007) se referem a,

⁵Dadas as condições históricas de invisibilidade e marginalização próprias do processo de desativação do campesinato, nos processos de industrialização agrícola. Além das barreiras físicas, econômicas e políticas.

1- o ponto de partida são as questões e eventos críticos definidos pelos atores; 2- considerar a heterogeneidade objetivando uma compreensão das interpretações e respostas diferenciadas, mesmo em ambientes aparentemente homogêneos; 3- identificar os atores relevantes para cada arena específica; 4- documentar as práticas dos atores situados em seus contextos sociais; 5- focar nos processos organizacionais mais relevantes a respeito das arenas particulares; 6- seguir o conjunto crítico de relações, valores e/ou interesse que se geram e negociam; 7- explorar as interfaces que mostram os pontos de contradição ou descontinuidades entre os mundos de vida dos diferentes atores; 8- salientar processo de construção de poder/conhecimento, outorgando especial interesse à reconfiguração de marcos de autoridade e controle; 9- analisar questões de escala e complexidade sobre as práticas organizativas; 10- identificar analiticamente as orientações discursivas e práticas das formas sociais e conectividades que vão emergindo (LONG, 2007 p.108)

Tendo em vista o que já foi dito, a POA é fundamentada no estudo das vidas cotidianas dos atores, tendo como foco de análise as percepções sociais, disposições culturais, valores e classificações, em relação às múltiplas experiências e práticas sociais que conformam redes de agência, conhecimento e poder. Com isto, pretende-se uma visão mais ampla e ligada à cultura e o agir como assuntos centrais dos repertórios culturais, heterogeneidade⁶ e hibridismo⁷ presentes nos processos de desenvolvimento rural.

Os aportes desta perspectiva são significativos aos estudos do desenvolvimento rural, já que ao analisar os mundos vividos pelos atores, destacam-se tanto suas relações sociais como as relações com a natureza, paisagens, terra, alimentos, ambientes construídos e territórios. Também, permitem destacar as formas como os camponeses de todo mundo persistem e lutam pela autonomia através de estratégias de resistência (PLOEG *et al*, 2000).

A POA representa uma interessante possibilidade para a análise das resistências camponesas (PLOEG, 2008; LONG, 2001). Esta perspectiva, ao centrar o interesse nos atores sociais e nas múltiplas repostas que estes podem ter perante circunstâncias estruturais similares, abre as possibilidades de estudar e entender como, diante de um ambiente hostil e limitado, os camponeses atuam e resistem (PLOEG, 2008).

Em síntese, para tal abordagem a luta pela autonomia e resistência são características importantes na constituição dos camponeses como atores sociais.

⁶Indica a coexistência de múltiplas formas sociais dentro de mesmo contexto ou cenário, o qual oferece alternativas diferentes a problemas similares. (LONG, 2007 p. 111)

⁷Refere-se a produtos mistos que resultam de combinar ingredientes e repertórios culturais diferentes. (LONG, 2007 p. 112)

Para Ploeg (2008) e Long (2007), a condição camponesa persiste e se redesenha devido à capacidade de agência, na qual estão imersas uma multiplicidade de formas de resistência que precisam de uma concepção metodológica e conceitual como a POA que permita estudar e compreender estas estratégias e práticas sociais.

2.3.1 Agência

A *agência* é um dos conceitos fundamentais na Perspectiva Orientada pelo Ator. Este conceito foi desenvolvido por Giddens (1984) e retomado por Long e Ploeg para seus trabalhos. Segundo o autor, a agência diz respeito ao que o ator individual exerça:

[...] a capacidade de processar experiência social e delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras formas de restrições (físicas, normativas ou políticas-econômicas) existentes, os atores sociais são “detectores do conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas (GIDDENS, 1984, p. 1-6).

O autor considera agência a partir da existência de estruturas da sociedade, que são constantemente construídas por meio das relações sociais. A estrutura é entendida como uma expressão espacial, temporal e virtual que interfere na vida cotidiana e na distribuição de condições e recursos para os seres. A agência se expressa na dualidade entre ter liberdade e limitações para realizar ações na vida social (GIDDENS, 1984).

O conceito de *agência* se refere à capacidade, saber e fazer, de um ator individual ou coletivo para processar experiências sociais dentro de determinados cenários, no qual através de diferentes práticas sociais se influi nas ações e interpretações tanto próprias e dos outros envolvidos (LONG, 2007). Neste sentido, a Perspectiva Orientada pelos Atores parte do pressuposto de que os diferentes atores, sejam camponeses ou outras categorias de agricultores, definem e operacionalizam seus objetivos e práticas agrícolas de acordo com critérios, interesse e expectativas próprias, que muitas vezes são respostas a outros projetos formulados fora de agências estatais ou do agronegócio (PLOEG, 2009).

2.4 AS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

As formas de resistências têm sido conceituadas principalmente como um fenômeno que se apresenta do lado de fora, referindo-se a um tipo específico de resistência entendido como lutas abertas, que ocorrem fora das rotinas e espaços de trabalho e estão associadas principalmente a atos de protestos, greves, manifestações, bloqueios (PLOEG, 2009). No entanto, existem outros tipos de resistências que operam em cenários e formas diferentes.

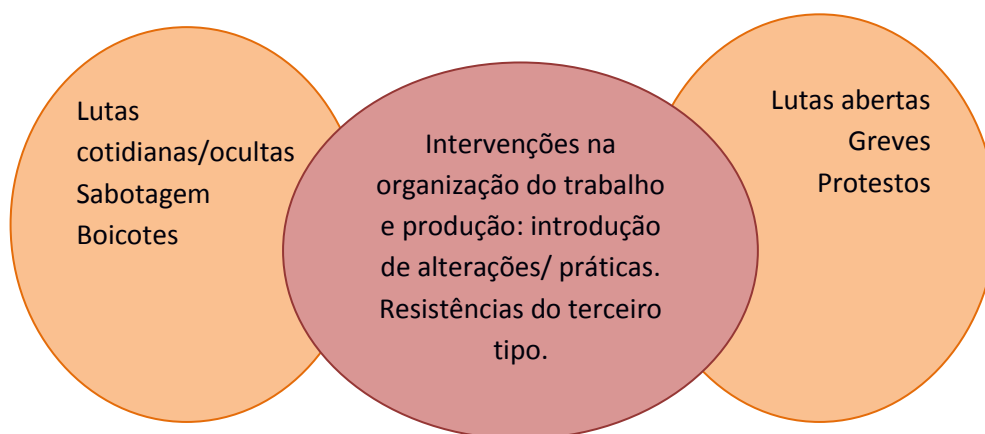
James Scott (1990) identifica, a partir de estudos com camponeses na Malásia, formas de resistências que ele chama de cotidianas e camufladas, já que se dão por meio das lutas que ocorrem pelas beiradas, ou seja, através de atos cotidianos dissimulados, ocultos e desobediência, boicotes, furtos, mentiras, etc. Scott (1990) faz importantes contribuições ao entendimento de como estas resistências operam, ao considerar que a racionalidade camponesa pode relacionar-se com três elementos-chaves: 1- a lógica de uma economia moral baseada nos princípios de segurança em primeiro lugar e procurar o risco mínimo; 2- noção de uma rede de reciprocidade (família, amigos, vizinhos, instituições); 3- a noção de subsistência como reivindicação, com os quais se pode entender que os processos e formas de organização camponesa se expressam na maioria das vezes através de práticas de resistência cotidiana frente às formas de exploração. Neste sentido essas práticas não devem ser pensadas só como reações ou oposições, também como diversas estratégias que certos grupos sociais utilizam para garantir sua dignidade e uma autonomia relativa (MENEZES; MALAGODI, 2011).

Além das resistências abertas (protestos, greves, manifestações públicas) e das resistências cotidianas e camufladas (boicote, sabotagem, engano), também existe outro tipo de resistência que ocorre dentro do espaço produtivo, ou seja, que opera alterando as estruturas e interações entre a organização do fazer cotidiano e o processo de produção. Assim, visando melhorá-los e alinhá-los aos interesses e expectativas dos envolvidos, que podem ser considerados elemento fundamental na construção de formas de desenvolvimento rural autóctone. Esta forma de resistência, que acontece no interior da unidade produtiva, tem relação com uma ampla gama de práticas heterogêneas e interligadas que, além de expressões, são formas com as quais se materializam as resistências. Mas também são os meios pelos quais o campesinato se constitui de forma diferente aos modelos padronizados

de agricultura. Estes tipos de resistências são denominados como resistências de terceiro tipo (PLOEG 2009).

Deste modo, têm-se três formas de resistências camponesas (Figura 2), que não estão isoladas uma do outra, mas sim apresentam articulação e relevância conforme os contextos, tempos e situações nas quais se encontram as pessoas ou comunidades.

Figura 2 - Formas interrelacionadas da resistência camponesa.



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado Ploeg, 2009, p.26.

Este trabalho pretende salientar as forma de resistências camponesas que ocorrem através da intervenção direta na organização do processo produtivo e do trabalho (terceiro tipo). Pois estas estão imersas e são em grande parte as que permitem a continuidade e desenvolvimento do modo camponês de fazer agricultura. Estudar estas formas de resistência sugere a participação das populações como atores centrais e com capacidades de agir sobre seu próprio destino. Também implicam em entrar no mundo do fazer cotidiano e conhecer quais são as alterações e práticas que os camponeses desenham e manejam os sistemas produtivos com objetivo de adaptarem-se de forma sustentável. Em especial, com o claro objetivo de garantir a continuidade de seu modo de vida e confrontar os modelos hegemônicos de ordenamento e exclusão

A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrupe bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como

as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré (PLOEG, 2008, p. 289)

De acordo com o exposto, o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura representam formas de resistência ante os sistemas hegemônicos que controlam a agricultura⁸. As resistências se apresentam nas múltiplas formas e respostas com as quais os camponeses enfrentam e se contrapõem às limitações e restrições generalizadas. Logo, são elementos interessantes a partir das quais se configuram alternativas diferenciadas de modos de vida.

2.4.1 Resistências do terceiro tipo, Agroecologia e desenvolvimento local.

As formas de resistências do terceiro tipo, que têm relação direta com os processos produção e trabalho, são um elemento chave para a construção de processo de desenvolvimento local e consolidação de propostas como a Agroecologia. Também, se constituem como um dos principais dispositivos dos camponeses para defender os territórios, a soberania alimentar, a dignidade e de forma geral, sua luta pela autonomia. Segundo Ploeg (2009), as formas de resistência camponesa, que se materializam dentro do sistema de produção agrícola, são as principais forças na produção de alimentos e superação da fome mundial e crise ambiental. O autor salienta que a agricultura camponesa é superior aos outros modos de produção agrícola do ponto de vista produtivo e ainda pode contribuir para o avanço de uma agricultura sustentável.

Uma característica importante dessas novas formas de resistência, especialmente relevante para a sustentabilidade, é que elas conduzem à busca e à construção de soluções locais para problemas globais. Evitam

⁸Ao que Ploeg (2008) denomina como os *Impérios Agroalimentares*

roteiros prontos. Isso resulta em um rico repertório: a heterogeneidade das muitas respostas torna-se, assim, também uma força propulsora que induz novos processos de aprendizagem (PLOEG, 2009, p.27).

Em todo o mundo é possível encontrar processos de resistência camponesa que se sustentam em sua própria esperança, a organização e trabalho. É o caso de milhares de experiências camponesas que tem optado pela agricultura ecológica como opção para não depender dos mercados de insumos da agricultura moderna, proteger os recursos naturais e produzir alimentos saudáveis. Por exemplo, na América Latina uma das estratégias dos pequenos agricultores tem sido recuperar muitas das práticas e saberes das agriculturas tradicionais sobre o manejo de solos, a biodiversidade, formas de organização juntamente com a geração de inovações. Configurando assim um processo de transformação que contribui para uma melhor qualidade de vida destas comunidades (ALTIERI; TOLEDO, 2011).

Neste sentido, os camponeses vêm desenvolvendo formas locais e heterogêneas de resistência orientadas a: 1- aumentar a produção, baseados na quantidade e qualidade de seu próprio trabalho (familiar); 2- diminuir custos monetários a partir do aproveitamento dos recursos locais, enraizando o processo produtivo ainda mais no capital ecológico disponível; 3- procurar na medida do possível a conformação e participação em redes que permitam a gestão de recursos escassos, maior segurança e facilitem o acesso a mercados diferenciados; 4- procurar cintos de segurança (pluriatividade, multifuncionalidade, diversificação) que permitam proteger sua base de recursos e continuar produzindo mesmo em condições de extrema dificuldade (PLOEG, 2009).

Estas quatro formas operam articuladamente e representam mais que uma estratégia de defesa da agricultura camponesa, pois são vistas também como forma de aumentar os níveis de valor agregado das unidades produtivas e, portanto, incidir em melhorar as condições de vida camponesa.

Por sua vez, a Agroecologia pretende ser um caminho para a transformação dos paradigmas atuais da industrialização e modernização da agricultura. Principalmente baseando-se na agricultura local e de produção nacional de alimentos por camponeses e famílias rurais e urbanas a partir de seus conhecimentos e recursos locais. Aos camponeses, isso representa ter acesso e controle sobre terras, sementes, água, financiamento e mercados locais, ao mesmo

tempo em que sejam construídas políticas públicas para o desenvolvimento camponês (ALTIERI; TOLEDO, 2011).

É essencial levar em conta que a agricultura camponesa de base ecológica supõe também a mobilização de uma maior diversidade social, oportunizando a abertura de espaço para um maior protagonismo dos atores sociais locais na busca e geração de alternativas técnicas e organizacionais com base nas necessidades, capacidades, potencialidades e limitações (COSTABEBER, 2001). Neste sentido, muitos movimentos sociais têm assumido a agroecologia como pilar fundamental em suas lutas pela autonomia e soberania, incorporando além metas políticas e de desenvolvimento a este campo do conhecimento (ALMEIDA, 2004; JOB SCHIMITT; TYGEL, 2009).

Assim, a relação das resistências camponesas do terceiro tipo com a agroecologia e desenvolvimento local, está na complementaridade mútua. Por exemplo, os camponeses procuram um estilo de agricultura de baixos custos baseada nos recursos locais (ecológicos e sociais) para evitar a dependência aos mercados e garantir a reprodução do modo de vida. Neste sentido, a agroecologia promove os saberes e as inovações locais para avançar em direção a uma agricultura independente de insumos externos, baseada no uso sustentável dos recursos disponíveis nas unidades de produção, visando processo de desenvolvimento alternativo.

A Agroecologia pode ser entendida como resistência por pretender ser uma estratégia para fomentar processos de soberania e autonomia alimentar, o uso sustentável dos recursos, a permeância dos conhecimentos e identidades locais, como elementos fundamentais para potencializar as agriculturas camponesas e avançar em processos locais de desenvolvimento.

A resistência não é mais uma forma de reação, mas sim de produção e ação [...]. Resistência não é mais aquela dos trabalhadores da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inventividade [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. É a capacidade de desenvolver novas potencialidades constitutivas que vão além das formas prevalecentes de dominação (NEGRI, 2006 apud PLOEG, 2009, p. 27)

É importante observar que a agricultura camponesa é uma forma de resistência não apenas por adaptar formas produtivas baseadas na agricultura ecológica, mas também por desenvolver-se a partir de experiências simples e

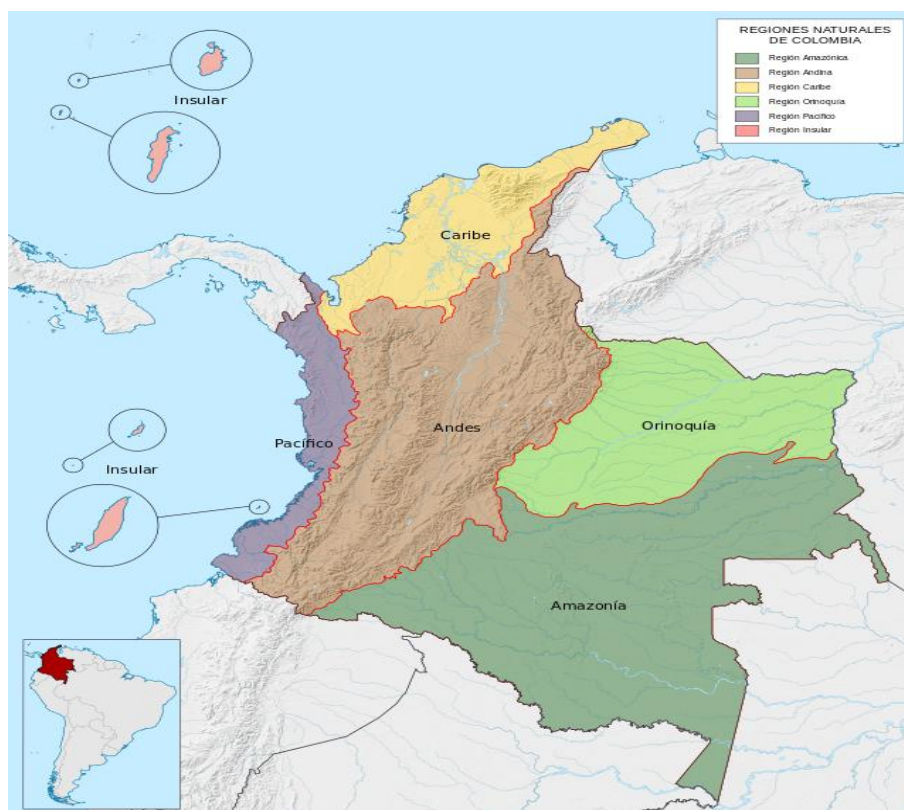
repassadas pela tradição. Essas tradições indicam manifestações de escala local com propósito de implantar uma agricultura defensiva em relação ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais (FABRINI, 2006).

É nesta busca de novos paradigmas que puderam dar conta as problemáticas geradas pela modernização da agricultura, em que nasceu a agroecologia como uma ciência que dá o suporte para uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável (ALTIERI; NICHOLLS, 2002). A agroecologia proporciona as bases e princípios ecológicos para o estudo, desenho e manejo agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores do recurso natural, mas que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (CAPORAL, 2004).

3 O CENÁRIO RURAL NA COLÔMBIA: OITO DÉCADAS DE INVISIBILIDADE DO CAMPESINATO

A Colômbia é um país localizado no extremo noroeste de América do Sul, na região Equatorial do continente. Por sua posição geográfica e por sua história natural e humana, o país possui enorme biodiversidade encontrada nos ecossistemas marinhos e continentais das suas cinco grandes regiões naturais. São elas, Andina, Caribe, Choco biogeográfico (Pacífico), Amazônia e Lhanuras orientais (Orinoquia) (Figura 3). Dos 114 milhões de hectares continentais de território nacional, 94% são rurais e 64 milhões são florestas naturais que sustentam 10% da biodiversidade mundial. O país ocupa a sétima posição no mundo com maior área em cobertura vegetal de florestas tropicais (GRUPO SEMILLAS, 2010).

Figura 3 – Ilustração regiões naturais da Colômbia.



Fonte: Regiones Naturales de Colombia (2014).

Esta biodiversidade é associada a inúmeros grupos étnicos e culturais dos quais salientam 87 são povos indígenas, comunidades rurais de afrodescendentes e comunidades camponesas assentadas nas diferentes regiões do território nacional.

Estes diferentes povos, ao longo do tempo, desenvolveram múltiplos conhecimentos e maneiras próprias de garantir sua reprodução material e social. Porém, a perda de territórios, da biodiversidade e das identidades culturais é cada vez mais severa, afetando a autonomia destes povos e dos direitos coletivos (GRUPO SEMILLAS, 2010)

Além da deterioração das condições de vida no campo, observa-se na Colômbia o desmatamento de mais de 40 % da cobertura vegetal original, sendo que na região andina o desmatamento atingiu 70% dos bosques naturais, restando apenas 1,5% dos bosques secos. Além disso, 45% do território nacional é utilizado para fins diferentes, como é o caso da criação extensiva de gado, que ocupa 40 milhões de hectares, sendo que o potencial dessa área seria apenas de 15.3 milhões. A população deslocada dos campos para outras áreas nos últimos anos alcança 3.5 milhões de pessoas (COLOMBIA; PNUD, 2014).

Do total de uma população de aproximadamente 47 milhões de colombianos, 32% (12 milhões) são pequenos produtores camponeses que sobrevivem em zonas marginais do país e em condições de enorme iniquidade e pobreza. De acordo com dados do Instituto de Ciência Política Hernan Echavarrá (ICPHE), o campo colombiano tem sofrido durante décadas um cenário de violência, pobreza e reformas fracassadas que deixaram uma enorme dívida social. A pobreza rural atinge 65% dos habitantes do campo e 33% deste vivem com menos dois dólares ao dia. Ainda, 11% da população rural não têm moradia própria e o 16% a tem em mal estado; 60% não têm acesso a água potável; 60% do emprego rural não oferece as condições laborais mínimas; 55% dos pequenos produtores nunca receberam assistência técnica ou esta foi insuficiente; 17% são analfabetos e com graves dificuldades para o acesso à educação (ICPHE, 2012).

Na Colômbia, as equivocadas políticas rurais do estado, o controle dos recursos por parte de poucos e um modelo de homogeneização e industrialização dos sistemas produtivos, são questionados tendo em conta as consequências negativas em termos ecológicos, sociais e econômicos. Os instrumentos que tem permitido a imposição deste modelo são a concentração da terra e a guerra pelo controle de territórios e o poder.

3.1 DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A FORÇA DOS GAMONAIIS CONTRA DOS CAMPONESES.

Conforme Modragon (2003), o controle desigual dos recursos na Colômbia, pode ser associado ao gamonalismo⁹, ainda que o papel e características deste sistema tenham evoluído substancialmente. Há mais de 100 anos esse sistema controla o país e é uma das principais causas de tal problemática. O sistema gamonal originou-se na colônia com um funcionário ou fazendeiro, que virou na figura dominante e poderosa durante a república, no século XIX. Como classe, o gamonal expressava uma dominação semifeudal baseada em seu caráter de senhor da terra e controlador dos mercados nacionais e importações. Sua metamorfose ocorreu pela relação e fusão com o capitalismo, que primeiramente ocorreu através das concessões petrolíferas, construção de ferrovias e estradas, dos cultivos de exportação. Posteriormente, as mudanças ocorreram mediante a apropriação privada dos recursos do Estado para acumular capital no contexto do desenvolvimento capitalista do país, no que o gamonal torna-se empresário e na classe dirigente (MONDRAGON, 2003).

Uma das correntes metas dos gamonais colombianos é acabar com campesinato e se apropriar dos territórios através da violência, do despojo e do estabelecimento de modelo do desenvolvimento que o exclui ao camponês como ator social importante. Assim o desenvolvimento no país, só favorece as elites políticas e tecnocráticas acomodadas em nichos produtivos e comerciais, protegidos pelo poder político e econômico. O desenvolvimento na Colômbia, pouco se preocupa com promover uma transformação social e produtiva que inclua a outros setores e grupos, como os camponeses.

O modelo assumido para o desenvolvimento rural na Colômbia é uma reprodução das matrizes de desenvolvimento usadas pelos países capitalistas, especialmente de Estados Unidos, que tem permitido a permanência do gamonal e sua estratégia de concentração. A era de modernização da agricultura no país,

⁹ Sistema de dominação surgido no século XIX, como gamonal na América Latina é designado o potentado de uma região do condado, ou município, que detém o poder econômico e político em uma rede de relações de dominação, a partir da concentração da propriedade da terra, o controle da intermediação comercial e as relações privilegiadas com as empresas de fora que operam localmente, e que o projeto de controle político e domínio sobre os resultados das eleições. (GAMONALISMO, 2015).

começo desde os anos de 1930 com a abertura de escolas para a formação técnica e a criação de instituições de crédito e incentivo para o uso de novas tecnologias como a mecanização, monocultivos, as sementes melhoradas e os mercados internacionais. Esta tem sido uma estratégia dirigida ao favorecimento dos que historicamente controlaram os recursos como a terra e a exploração de mão de obra barata em suas fazendas.

Já na década de 60, a ideia de modernização da produção agrícola foi consolidada com a introdução de agroquímicos que se complementavam com o uso de sementes híbridas, processo chamado de *revolução verde*. Estas inovações incentivaram a especialização e a orientação por uma agricultura comercial dependente da indústria, tanto para a obtenção de insumos como para a venda dos produtos. Neste novo modelo de produção agrícola, eram necessários produtores diferentes dos camponeses, mais especializados, concentrados em algum produto de interesse para o mercado internacional, um produtor que fora proprietário da terra e que tivesse a capacidade de assumir relações com o Estado e os mercados, características próprias da agricultura empresarial.

As mudanças nos padrões de acumulação do capital, as novas tecnologias na produção, a abertura do comércio e o mercado globalizado, a necessidade dos países industrializados por escoar os excedentes das safras de cereais, contribuíram para a ruptura existente entre a produção agrícola local, o abastecimento regional e nacional de alimentos. Nos anos 80, com a consolidação do neoliberalismo no país, marcou-se uma nova era de desvalorização do campesinato através do não reconhecimento de seus direitos e da invisibilidade de sua importância como ator no desenvolvimento nacional (PNUD, 2012).

Nos anos 1990 houve mudanças determinantes nos conceitos e fatores tradicionais da questão agrária. Do conceito de *prédio rural* se passou ao de *território*; dos antigos meios de produção *capital-terra-trabalho* passou a novas formas de *capital social-humano-físico-natural*, aos bens e serviços, ao desenvolvimento da ciência e a tecnologia para a aplicação do conhecimento; da análise de estruturas se passou ao desenvolvimento institucional e à ideia suprema do mercado externo como finalidade do processo econômico. Já em 2000 não ocorreram mudanças estruturais, o poder terratenente sobre o uso da terra e os recursos se manteve intacto. Foram centralizados os interesses nas riquezas minerais, biodiversidade, água, florestas, ecoturismo e recursos que possam entrar facilmente nos mercados

globais, como são os agrocombustíveis (PNUD, 2012), gerando ainda mais pressões sobre as comunidades rurais que habitam os territórios onde se executam estes projetos.

A política rural colombiana no século XXI está associada às novas categorias do desenvolvimento rural, território, capital social e humano, cooperação. Além disso, está associada à necessidade de restabelecer a segurança democrática como uma condição para gerar ambientes propícios para o investimento estrangeiro como principal estratégia de recuperação econômica. Estas estratégias para o desenvolvimento constituem a era atual de invisibilidade e desvalorização dos camponeses no país, já que os instrumentos através dos quais se impõem e materializam estes esquemas continuam sendo o conflito armado, desapossamento e esquecimento das comunidades locais e a legitimidade da exploração por parte de grandes empresas e/ou multinacionais. Entretanto, estão surgindo novas tendências ainda mais severas contra a reprodução dos modos de vida locais como a apropriação capitalista dos territórios e a perda da soberania (PNUD, 2012).

3.2 TENDÊNCIAS NO CAMPO COLOMBIANO: O FUTURO ESCURO DO EXTRATIVISMO NEOLIBERAL

Os estudos recentes sobre a questão rural mostram o desconhecimento das dimensões do conflito e de informações que proporcionam melhores leituras sobre realidade rural do país. Porém, a partir de fontes como a de Departamento de Administração Nacional de Estatísticas (DANE), algumas publicações das universidades, ONGs e trabalhos de especialistas, é possível enxergar a consolidação de várias tendências no mundo rural colombiano, como assinala Salgado (2012) e que são sintetizadas a continuação:

- a) predominância dos cultivos perenes sobre os transitórios. Esta tendência se dá pela diminuição da área de cultivos para alimentação nacional, produto de importações de alimentos de outros países. Além da substituição de cultivos típicos das economias camponesas como o café, algodão, cevada e grãos em geral, por cultivos de alto interesse industrial como a palma africana. Porém, não se pode afirmar que exista um

aumento significativo dos cultivos perenes e que existe a tendência por uma agricultura preguiçosa para justificar a posse e concentração da terra.

- b) mudanças nas perspectivas para a compreensão e uso do rural. Desde os anos de 1990 se vêm insistindo no enfoque da “Nova ruralidade” como uma versão mais avançada do denominado “enfoque territorial do desenvolvimento”, que se centra na necessidade de explorar a totalidade dos recursos disponíveis nos territórios, além da agricultura, como estratégia principal para superar a pobreza. No contexto do conflito colombiano, chama a atenção como estas novas perspectivas levam a uma exposição dos territórios e seus habitantes a forças legais e ilegais do mercado que buscam explorar ditos recursos sem levar em conta as dinâmicas de concentração da terra ou o manejo do poder e os atores armados, que na Colômbia determinam a distribuição e controle das riquezas.
- c) junto a estas novas visões sobre o rural notam-se uma reprimarização da economia nacional, ou seja, uma alta dependência pela exploração dos recursos minerais, água e florestas para aumentar a produção, gerar divisas e garantir inserção no mercado mundial. Estas novas modalidades no uso do solo estão gerando fortes pressões sobre as populações locais, que tradicionalmente se dedicaram à agricultura e produção de alimentos.
- d) fortalecimento de tendências agroindustriais de produção e transformação de alimentos que a maioria das vezes não concorda com formas orgânicas ou ecológicas, mas tem grande impacto no mercado do consumo.
- e) o aumento dos desaparecimentos forçados, as ameaças e os crimes sobre as lideranças, principalmente camponesas, têm influído significativamente na pouca participação da organização social e a liderança de propostas alternativas. As tendências sobre o rural na Colômbia não parecem respeitar as formas locais de organização camponeses, indígenas e afros e tendem a sobrar como produtores e grupos culturais e sociais, segundo este modelo de desenvolvimento (SALGADO, 2012).

Estas tendências atuais sobre o rural na Colômbia são reflexos de um longo processo que esqueceu os interesse e bem estar coletivo, para adotar a dinâmica de um modelo que se apresenta nos territórios por meio da privação do coletivo em nome do melhor desenvolvimento. Contudo, não fica claro como este tipo de

desenvolvimento pode beneficiar as comunidades rurais que lutam por manter seus modos de vida dignos e com autonomia.

Uma questão central na situação do campo colombiano relaciona-se com a terra, ou melhor, com as limitações ao acesso a terra por parte dos camponeses. Segundo dados de Fajardo (2002), 6% dos proprietários da terra na Colômbia têm o 82% das terras (aproximadamente 55 milhões de hectares), enquanto 94% dos donos possuem apenas 18% (aproximadamente 12 milhões de hectares). O índice de Gini para medir a desigualdade na ruralidade do país aumentou de 0.74 para 0.88 na última década. Atualmente 77% das terras pertencem a 13% dos proprietários, enquanto o 80% dos pequenos produtores não tem nem sequer uma Unidade Agrícola Familiar (UAF). A maior concentração da terra é encontrada nos estados de Córdoba, Caqueta, Meta, Antioquia, nas áreas de criação de gado e onde os recursos naturais são explorados. A maior concentração da propriedade é associada à maior presença dos grupos políticos e das elites, em um sistema democrático manipulado por grupos de interesses (ICPHE, 2012).

Sobre a produção de alimentos a questão é preocupante e cada vez mais compromete a soberania e autonomia alimentar. Desde 1991 das cerca de 500.000 toneladas de alimento provenientes das importações, passou-se a 9.5 milhões de toneladas no ano 2009. Correspondendo a 75% do milho, 85% de soja e 95% de trigo que se consomem no país, provem do mercado internacional (GRUPO SEMILLAS, 2010).

Em um balanço geral acerca do desenvolvimento e modernização econômica na Colômbia, pode-se concluir que os resultados carregam um complexo panorama para as comunidades rurais do país, já que não existem avanços significativos em termos de justiça, dignidade e qualidade de vida dos camponeses. Porém, nem os antigos conflitos pela terra, nem o atual processo de globalização e liberação comercial têm conseguido acabar com os povos e com as culturas camponesas do país. Pelo contrário, cada vez mais adquire importância e se torna mais visível o conflito pela dinâmica entre a concentração especulativa e desigualdade social (MOLANO, 2013; MACHADO 2009; MONDRAGON, 2003)

3.3 A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NA COLÔMBIA: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

A história dos camponeses na Colômbia está marcada por um contexto hostil e de marginalização. Somente através da luta e resistência contra as pressões e barreiras impostas, os camponeses conseguiram se manterem. Por isso, a construção do campesinato no país é caracterizada por processos contínuos de adaptação e recomposição perante cenários políticos e mudanças econômicas que se manifestaram de diferentes modos no setor agrícola e em seus personagens principais, os agricultores e camponeses.

Existem registros da organização camponesa contemporânea na Colômbia desde início de 1920. Porém, autores como Fajardo (1981) e Kalmanovitz (1979), reconhecendo a natureza histórica das ações camponesas buscaram sua origem no caráter histórico das instituições coloniais e republicanas, nas grandes fazendas de peões a serviço da coroa espanhola e depois dos gamonais.

Dueñas (1992), na tentativa de compreender os poucos registros de atos reacionários dos camponeses no século XIX, explica através de um estudo histórico que o fato de que não ter atos violentos naquela época não é equivalente a dizer que os camponeses aceitaram ou tiveram uma posição submissa. Pelo contrário eles atuavam em defesa de seus próprios interesses na forma como lhes fosse possível,

Através da resistência de cada dia, quando as circunstancias não lhe permitiram o uso de outras vias, estas formas de resistências cotidianas ajudaram aos camponeses para que no século posterior desenvolvessem sua consciência de classe o que motivo muitas de suas reivindicações no século XX (DUEÑAS, 1992, p.106, tradução nossa).

A luta pelo acesso a terra e defesa contra as políticas equivocadas do Estado deram início à criação políticas do campesinato no país no início do século XX. O processo de organização camponesa se deu através de uma forte parceria entre povos indígenas, comunidades afrodescendentes, colonos e obreiros. Isso permitiu o estabelecimento de formas coletivas de trabalho e em muitos momentos incluindo a luta armada (MONDARGON, 2002). Entretanto, eram mobilizações ainda muito localizadas dadas as limitações e dificuldades, existentes naquela época, de comunicação entre as regiões. Porém, salientam as mobilizações em Viota e o Sumapaz no estado de Cundinamarca onde camponeses peões manifestaram-se

contra as condições de vida nas fazendas. Também, na região do Caribe, evidenciava-se a luta contra o sistema feudal em 1905. Ainda, em 1917 contra a multinacional estadunidense *United Fruit Company*, pela exploração aos trabalhadores camponeses nas plantações de banana (FALS BORDA, 1975).

Na região andina, conhecida como Eixo Cafeteiro¹⁰, os camponeses, peões e arrendatários se levantaram em um movimento denominado as Ligas Camponesas (FALS BORDA, 1975). A luta destes camponeses estava relacionada com o livre plantio de café, estabelecimento de moendas comunitárias de cana, a mudança das regras estabelecidas nas fazendas em 1886 e o não pagamento pelo uso das terras, tendo em vista que os camponeses se declaravam habitantes de terras incultas e, portanto, não deviam ser obrigados a pagar (MONDRAGÓN, 2003).

Aos poucos as organizações camponesas estenderam-se e começaram a surgir em outras regiões do país. Em 1930 as ligas camponesas se consolidaram e iniciaram a consolidação de sindicatos. Através dos sindicatos tornou-se possível participar das Centrais Trabalhadoras Nacionais e articular as lutas populares no país. Contudo, somente em 1942 surgiu a primeira organização nacional do movimento camponês, a Federação Camponesa e Indígena, que encabeçou importantes mobilizações contrárias à concentração e monopólio da terra, que era perpetuado pela lei 100 de 1944 (FALS BORDA, 2002).

No auge das agitações políticas a Federação Camponesa e Indígena cresceu e transformou-se na Confederação Camponesa e Indígena. Porém, eram tempos de intensa violência que anunciava a imposição do projeto terra-tenente nos campos colombianos. Desde 1946 a violência foi uma forma de materializar um projeto contra os camponeses. Os efeitos deste projeto foram a destruição da organização camponesa, a invisibilidade de seus ganhos, o deslocamento forçado de mais de dois milhões de campesinos, a morte de mais de 200 mil e o desapossamento de suas terras cultivadas (MACHADO, 1998).

Em algumas zonas como Boyaca, Sumapaz, norte do Vale do Cauca, Magdalena meio e sul de Tolima os camponeses resistiram à violência, e, em algumas ocasiões, conseguiram manter suas terras mediante o uso de armas. Este é o ponto de partida para os movimentos guerrilheiros pela terra no país. Somente

¹⁰Outrora era uma zona do Estado de Antioquia que depois foi o Estado Velho Caldas. Hoje o Eixo Cafeteiro esta conformado pela a articulação dos Estados de Caldas, Risaralda e Quindio.

1958 começaram os diálogos e alguns acordos entre governo e guerrilheiros, dentre estes acordos estava a reforma agrária e a reorganização do campesinato, mas foram apenas falsas promessas (FAJARDO, 2002).

Ao contrário, foram consolidadas alianças a favor do progresso e contrárias às reformas agrárias. Esses acordos foram orientados pelos Estados Unidos, como método para deter o avanço dos camponeses na América Latina. Por consequência, a reforma agrária foi esquecida e os camponeses foram novamente atacados em nome da modernização industrial da agricultura. Neste momento foram criadas leis e acordos que perpetuavam o modelo de discriminação das formas camponesas e populares, como, o conhecido pacto de Chicoral no qual as elites proprietários de terra e o governo nacional concordaram para executar o modelo de desenvolvimento rural oferecido pelo governo Norte-americano. (MONDRAGON, 2002)

Assim, a partir de 1970 o campesinato foi obrigado a introduzir novas tecnologias baseadas na oferta da revolução verde, com o objetivo de manter certa articulação com os mercados e de se adaptar à crescente e oscilante demanda de produtos agropecuários em âmbito nacional e internacional. Isto gerou mudanças nos sistemas de produção, sendo que muitos camponeses não conseguiram seguir e acabaram deixando as poucas terras ou procuraram possibilidades em outros cultivos de uso ilícito como a coca ou a maconha com os quais sustentavam as suas famílias.

Na década de 1980 ressurgiram as marchas camponesas e a luta aberta através de greves e manifestações nas cidades e edifícios públicos. Esta situação se deu a causa das históricas condições de incertezas e marginalização da economia camponesa. Esta época coincide com triunfos em relação à tomada e distribuição de terras a favor do campesinato e com o fortalecimento político de outras organizações aliadas. O Estado reprimiu este novo auge de luta pelos direitos camponeses e homologou a lei 30 de 1988 que mudava a natureza da reforma agrária como mecanismo de distribuição de terras exploradas de forma inadequada pela comercialização de terras. Isto significou que os latifundiários venderiam suas terras ao estado para que estas pudessem ser distribuídas (MONDRAGON, 2002). Sem dúvida esta seguia sendo uma maneira de proteger aos senhores que monopolizam as terras na Colômbia.

Os anos de 1990 também foram de agitação entre camponeses e estado. Por um lado, os camponeses das zonas de colonização marchavam pelas vias do país

reclamando apoio e alternativas econômicas que permitiram melhorar suas condições de vida frente à pobreza e ao ressurgimento do conflito armado; por outro, os programas e políticas para a agricultura empresarial no auge da abertura econômica, as economias de escala e a especialização da produção nacional, continuavam favorecendo os interesses do mercado global contra soberania nacional (PNUD, 2012)

Ante o panorama histórico de desvalorização e repressão, os camponeses na Colômbia têm resistido e atuado de diversas maneiras em sua defesa. As greves e marchas são manifestações abertas das suas lutas, mas também da conformação de alianças e do fortalecimento dos sistemas de produção que permitem certa autonomia e bem estar coletivo. No atual processo de globalização, o campesinato colombiano persiste e continua na busca do reconhecimento de seus direitos e formas de produção e organização social, que simbolizam a dignidade e esperança destas comunidades na manutenção de seus modos de vida e economias regionais. Estes fatores são fundamentais para um verdadeiro desenvolvimento do país (MOLANO, 2013).

3.3.1 Importância e necessidade da agricultura camponesa na Colômbia

Os sistemas de produção agrícola na Colômbia estão divididos em dois tipos principais, a agricultura camponesa (ou tradicional) e a agricultura convencional (empresarial ou capitalista) (FORERO, 2003). O tipo convencional está diretamente relacionado aos mercados externos e, ainda que forneça alguma fração para o consumo nacional, este tipo de agricultura se centra principalmente na produção de gado, café, cana de açúcar e flores, com tecnologias baseadas no uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes híbridas e mecanização, ligados à *revolução verde* e aos mercados de exportação.

Por outro lado, o modo de agricultura camponês faz uso da agrobiodiversidade e estratégias de produção baseadas no manejo dos recursos localmente disponíveis para garantir a continuidade do modo de vida e o bem estar familiar e coletivo. As agriculturas camponesas na Colômbia produzem 70% dos alimentos consumidos pelos no país (FAJARDO, 2006; FAO, 2007). Estes

camponeses produzem o café e o cacau em sistemas mistos de cultivos, onde integram frutas, mandioca, madeiras, bananas, milho, feijão, conforme é apresentado Figura 4.

Figura 4 - Tipos básicos de produção agrícola na Colômbia.

Natureza socioeconômica	Tipos	Produtos
Capitalista agropecuária Empresarial	-Latifúndio especulativo (cria de gado extensivo)	Carne
	-Plantações agroindustriais	Açúcar, palma africana, Madeiras.
	-Fazenda agrícola	Café, Banana de exportação, frutas.
	-Cria de gado tecnificado	Carne, Leite
	-Bioindústria	Aves, Ovos, Flores de exportação.
Camponês	Comunitárias	Cultivos predominantes dos camponeses: -Milho, feijão, arroz de sequeiro. -Café, cacau, cana -Mandioca, banana da terra, batata. -Verdura e frutas -Pecuários: aves, peixes, leite, carne. -Agroindustrias: café, tabaco, rapadura de cana, mel.
	Familiar de subsistência	
	Familiar parcialmente integrada ao mercado	
	Familiar dependente do mercado	

Fonte: Forero (2003, p. 7).

A partir de fontes institucionais como *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE), é possível dimensionar a importância e vigência das agriculturas camponesas na Colômbia. Por exemplo, 87% das propriedades produtivas agropecuárias estão associadas às economias camponesas e que a média da área de cada propriedade é menor que cinco hectares. Todavia a produção camponesa representa um 62.9% da produção agrícola total do país, mesmo sem incluir os cultivos de uso ilícito (GARAY *et al*, 2010)

A produção de alimentos para a segurança e soberania alimentar como batata, milho, arroz, feijão, mandioca, hortaliças, provêm principalmente das agriculturas camponesas. Assim elas mantêm um papel relevante no abastecimento

de alimentos no âmbito local, regional, nacional e internacional (FORERO, 2003). As comunidades camponesas na Colômbia continuam sendo os principais responsáveis do uso sustentável, enriquecimento e conservação da agrobiodiversidade. Esta faz referência à diversidade de espécies e genética vegetal e de raças de animais cultivadas-criadas e as raças não cultivadas-criadas, utilizadas para alimentação, medicina, vestimenta, construção e cerimônias mágico-religiosas. Esta diversidade também engloba a diversidade ecossistêmica e cultural que compõe o mosaico da identidade camponesa (ALTIERI; TOLEDO, 2011).

Outras características, relevantes das agriculturas camponesas para o funcionamento da estrutura produtiva do país, são relacionadas com o aproveitamento de zonas nas quais a agricultura empresarial não conseguiu estabelecer-se devido as dificuldades para a mecanização. A produção camponesa é constante durante todo o ano, devido às diferenças climáticas e microclimáticas onde se encontram, e ao grande número de produtores, o qual permite a redução de flutuações nos preços.

Além disso, as formas de produção camponesas servem de mecanismo de amortecimento dos desajustes estruturais do sistema sócio-econômico do país, ao regular a oferta de trabalho e ser um paliativo aos problemas de desemprego e custo dos alimentos. De acordo com Valderrama e Mondragon (1998), a população camponesa funciona como uma mina de força de trabalho disponível quando a demanda o requer, mas também pode oferecer emprego quando cai.

Hernandez (2008) salienta outros elementos importantes do campesinato que perpassam os aspectos socioeconômicos. Destaca as comunidades populares (incluindo camponeses) como atores principais na construção de processos civis a favor da paz e melhores condições de vida. A autora resgata as resistências civis das classes populares (camponeses, indígenas, afros, ciganos, trabalhadores) do país como experiências de emponderamento e autodeterminação, que representam alternativas para exercer o poder coletivo e a transformação da realidade.

A resistência civil, como manifestação de luta não violenta, tem origem nas últimas três décadas do século XX e se materializa por meio das experiências dos diferentes povos que compõem a multiculturalidade do país. Estes diferentes povos objetivam a recuperação, fortalecimento e proteção cultural, seu exercício de autonomia e construção de projetos de desenvolvimento que estejam de acordo com suas identidades (HERNANDEZ, 2006)

Apesar da importância do campesinato e suas múltiplas formas de contribuição à sociedade colombiana em termos sociais, ecológicos, culturais e econômicos, o campesinato ainda não é reconhecido e valorizado no contexto do desenvolvimento nacional. A Colômbia privilegiou o modelo de desenvolvimento agropecuário baseado nos esquemas produtivistas gerado um contexto hostil para os camponeses. Porém, os camponeses seguem adaptando-se, resistindo e tornando-se fator determinante na dinâmica de construção do país.

3.4 O CONTEXTO DO SUDOESTE DE ANTIOQUIA E A IDEIA DO DESENVOLVIMENTO

Antioquia é um dos 32 estados que pertencem o território da Colômbia, é localizado no nordeste do país, na região Andina. Faz limite ao norte com o mar do Caribe e com o estado de Córdoba; ao oeste com o estado de Choco; ao oeste com os estados de Bolivar, Santander e Boyaca; e ao sul com Risaralda e Caldas. Ocupa um território de 63.612 km.² ordenados em nove sub-regiões, sendo que sua capital Medellín. O território antioquenho é formado por 125 municípios, nos quais habitam cerca de 6.299.990 pessoas. Por sua localização geográfica, suas riquezas naturais e culturais, o estado tem uma grande influência nas dinâmicas históricas, social e econômico do país (ANTIOQUIA, 2014).

Uma das sub-regiões da Antioquia é da sudoeste Figura 5, nesta parte do Estado existem pequenas e médias produções agropecuárias desde meados do século XIX. Um dos fatores foi a denominada colonização antioquenha, na qual famílias inteiras que saíam de Medellín e sub-região do leste, foram abrindo mato e incorporando as terras do sudoeste à fronteira agrícola do Estado, estendendo-se até os atuais Estados de Caldas, Risaralda e Quindio. A colonização antioquenha transformou muitas zonas baldias em pequenas e médias propriedades ocupadas pelos colonos, que se assentaram entre a cordilheira central e a cordilheira oeste. Na época, esse fato representou a repartição de novas terras, permitindo o estabelecimento uma sociedade de pequenos produtores, camponeses independentes, onde se produziam alimentos e não sobrava a mão de obra (JARAMILLO, 1991).

Figura 5 – Ilustração do Estado (Departamento) de Antioquia; localização das sub-regiões do Estado.



Fonte: Antioquia (2014).

A mineração do ouro e carvão foi o referencial econômico inicial que possibilitou concretizar o projeto antioquenho no século XIX, enquanto a produção agrícola era destinada para a subsistência e autoconsumo. A mineração junto ao comércio de alimentos e ferramentas para os mineiros originou os primeiros circuitos de acumulação de capital. Posteriormente, com a acumulação gerada pela produção cafeeira surgiram as indústrias em Antioquia. Desde essa época o projeto econômico visava a criação das bases para um modelo mercantil especulativo com o qual as elites pudessem enriquecer ainda mais. O modelo mercantil implicava a consolidação e ampliação das redes comerciais que facilitasse os contatos entre os que procuravam ouro com os comerciantes abastecedores de alimentos e produtos de consumo, e destes com os grandes comerciantes, fiadores e vendedores de ouro nos mercados da Europa (URIBE; ÁLVAREZ, 1988).

O modelo econômico esteve apoiado na estratégia da colonização da fronteira ou ampliação do território socioeconômico, não é que a agricultura não fosse de interesse prioritário para o modelo, mas sim uma condição para o funcionamento da rede mercantil e dos caminhos que permitiriam diminuição dos custos da exploração do ouro, do transporte e oferta de recursos mínimos para os viajantes e tropeiros (ARANGO; LOTERO, 1990). Assim, aos poucos, os pequenos

colonos foram desenvolvendo uma agricultura de subsistência que auxiliava o abastecimento de alimentos à sub-região.

O cultivo de café na Antioquia expandiu-se intensamente desde 1880, como consequência do incremento nos preços externos do grão. A produção se baseava principalmente em grandes fazendas, que funcionavam com peões assalariados e com direito a uma pequena porção de terra, como forma de resolver a escassez de trabalhadores. Porém, a cafeicultura no sudoeste não foi direcionada apenas aos grandes. Ao longo da primeira metade do século XX os pequenos e médios proprietários colonos nas zonas mais distantes, foram incorporando o café em seus sistemas produtivos de subsistência como uma alternativa econômica. O café foi se tornando um cultivo camponês, trabalhado em pequenas e médias áreas, com mão de obra familiar, cultivado de forma misturada com outras espécies como bananas, madeiras, mandioca, frutas, feijão, milho, cana e alguns animais, permitindo assim o abastecimento das necessidades da família (MOLANO, 2013). Em torno ao café se mantiveram unidos os núcleos familiares e famílias extensas, que transmitiram de geração em geração a cultura que na Colômbia se conhece como a “cultura cafeeira”.

Esta cultura de identidade camponesa é fundadora de números povoados e municípios, que constituem, ao longo da região, uma rede de trocas que vão desde trabalhos religiosos até negócios, alimentos, serviços e eventos recreativos. A época do êxito da cultura cafeeira serviu, entre outras coisas, para a consolidação de uma arquitetura e uma paisagem cafeteiro que são patrimônio cultural da UNESCO (Figura 6).

Porém, após os tempos de prosperidade vividos pela sub-região ao começo e meados do século XX através do cultivo do café, vivenciaram-se, ao fim do mesmo século, inúmeras crises cafeeiras decorrente das quedas dos preços externos, das mudanças tecnológicas para a produção agrícola e o agravamento do conflito armado entre guerrilhas e paramilitares pelo controle territorial. Obrigando os produtores a abandonarem suas pequenas propriedades rumo a outros lugares como Manizales, Pereira ou Medellín. A saída dos camponeses favoreceu o processo de concentração da terra, os grandes fazendeiros e indústrias apropriaram-se das melhores terras para o desenvolvimento de uma agricultura tipo empresarial e para a exploração dos recursos naturais da zona. Por exemplo, em Caramanta nos últimos vinte anos, apenas uma pessoa conseguiu apropriar-se do

35 % do território do município e no sudoeste o índice de concentração Gini é do 0,6036 (1 representa a maior desigualdade e 0 a melhor distribuição) (MOLANO, 2013).

Figura 6 - Entrada ao centro urbano do Município de Caramanta (ANT.), rua com arquitetura típica da colonização antioqueña.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

As crises cafeeiras de 1990, decorrentes das quedas dos preços, afetaram severamente a economia regional e pequenos produtores. Estes estavam impossibilitados de financiar novas tecnologias fomentadas pela Federação Nacional de Cafeeiros, que visavam para um modelo empresarial que pudesse ser mais competitivo. As mudanças consistiam em introduzir novas variedades de café (variedade Colômbia e variedade Castilla) resistentes a ferrugem e pensadas para o sistema de monocultura que permitiria aumentar a densidade de plantas por área. Mas essas mudanças carregavam consigo o descarte completo do trabalho tradicional tipo agroflorestas, utilizado historicamente pelo camponês e que permitia a produção de alimento e recursos a sua subsistência.

No entanto, o que atualmente preocupa os camponeses é o renovado interesse pela exploração mineiro-energética na sub-região, prática que ao início caracterizou a colonização antioquenha, mas que se deixou há muito tempo. Há cerca de doze anos teve início a exploração sistemática do território por parte das multinacionais de mineração. Prática que não releva a cultura local, a conservação dos recursos naturais e a vocação para produzir alimento, que é característica desta parte do país.

Ao esclarecer os interesses de empresários e latifundiários por estas terras nos finais dos anos 1990, entende-se que a guerra e o medo instaurados na aquela época foram aproveitados pelos empresários e latifundiários para se apropriar das terras dos camponeses. Atualmente, são esses mesmos grandes proprietários junto com o Estado quem negociam e entregam essas terras às multinacionais como a *AngloGold* ou *The Solvista Gold Corporation*, para que executem seus projetos de mineração a céu aberto e acabem com os solos, águas e as identidades camponesas que habitam estes territórios (CARDONA, 2012)

Contudo, a economia e modo camponês se perpetuam através de múltiplas estratégias como o manejo de uma economia diversificada e a realização de diferentes atividades para obter o sustento familiar. Perante as pressões da mineração e outras formas capitalistas de apropriação dos recursos, as organizações camponesas da sub-região vêm se manifestando e denunciando as consequências nefastas ao meio econômico, ambiental e social que estas formas estão gerando na zona. Assim, no sudoeste de Antioquia estão surgindo diferentes estratégias de defesa e luta pela permanência camponesa no território. É o caso das diferentes organizações comunitárias e sociais que conformam o Cinturão Oeste Ambiental (COA), que funciona desde 2011 como uma rede regional que trabalha contra as formas industriais de extrativismo impostas e em resistência a favor da diversidade de culturas, dos bosques, da água e da paisagem característica deste território.

Uma das organizações protagonistas e referente neste processo de resistência é a Associação Camponesa do Município de Caramanta (ASAP), que a mais de uma década vem trabalhando pela defesa do território e a permanência camponesa através da soberania alimentar, da conservação natural e o bem estar coletivo. É justamente esta experiência de luta que queremos analisar nesta

pesquisa, buscando salientar os mecanismos e práticas que permitem a estas pessoas lidar com as pressões externas de um modelo exclusivo e excludente.

4 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa optou-se pelo referencial teórico e metodológico da Perspectiva Orientada pelo Ator. Long (2007) ao se referir a esta perspectiva, chama a atenção sobre a necessidade de um processo de construcionismo social na geração do conhecimento. A partir desse processo é que podem ser reconhecidos valores, culturas e interesse locais como elementos importantes à análises em torno do desenvolvimento. Neste tipo de pesquisa privilegia-se o qualitativo e as análises dos microprocessos através do estudo das ações sociais, sejam individuais ou grupais, que permitam incorporar questões de significado e intencionalidade dos atos, as relações e estruturas sociais. Com o objetivo de coletar e interpretar os dados relacionados às percepções, interesses, práticas e saberes dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Neste sentido, o método etnográfico se constitui como uma estratégia de pesquisa que oferece distintas ferramentas que possibilitam maior aproximação entre pesquisador e o contexto e pessoas pesquisados. O método etnográfico é entendido como uma estratégia empírica de pesquisa, guiada pelo senso questionador do etnógrafo através do interacionismo simbólico. Ou seja, no processo de convivência entre pesquisador e pesquisados (MAUSS, 1995) são consideradas as especificidades das ações, as perspectivas e significados dos atores sociais, buscado desvelar a caixa preta de determinados fenômenos sociais localizados em tempos e espaços específicos. Neste sentido, o trabalho do pesquisador é examinar minuciosamente os diversos aspectos da vida dos diferentes grupos sociais, sendo a intensa observação in loco (no campo) parte fundamental à apreensão das percepções e significados dos grupos estudados.

Algumas das características do trabalho etnográfico são:

- a) dar especial interesse a proposta de pesquisa mais que o procedimento de coleta de dados, o trabalho de pesquisa precisa ser visualizado em sua totalidade e com propósitos bem definidos;
- b) as hipóteses progressivas que consistem na escolha de categorias ou temas relevantes a serem analisados no decorrer do trabalho do campo e não previamente;

- c) um constate diálogo entre indução e dedução no processo analítico; 4- A perspectiva dialética em relação aos atores sociais, os processos históricos e observação do contexto;
- d) o trabalho de campo etnográfico exige a permanência e vivência no campo e em vários momentos. Requer relações de confiança entre o pesquisador e seus interlocutores;
- e) O tempo é o fator que permite a obtenção de informações de qualidade e o estabelecimento da confiança;
- f) objetivo holístico, no sentido de apreender as informações, inclui o contexto social no qual os atores estão envolvidos;
- g) por fim, o trabalho etnográfico deve descrever os resultados e informações construídas na interação em sua totalidade.

O repertório de técnicas e ferramentas utilizadas nesta pesquisa consiste em:

Observação participante, que se trata no conhecimento e participação nas atividades da comunidade. A observação “não participante” também faz parte, ela se refere apenas à observação do cotidiano e contexto dos pesquisados, não envolvendo a interação direta do pesquisador. Na orientação desta pesquisa foi utilizado o roteiro de observação e o registro através do diário de campo e imagens fotografadas em máquina digital.

Entrevistas abertas e entrevistas semiestruturadas, foram utilizadas como método de coleta dos discursos dos informantes, assim como a voz e perspectiva dos atores sociais. Para tanto, utilizou-se o roteiro de entrevista e o registro feito, primeiramente, em gravador cassete e posteriormente digital.

Sem dúvida este tipo de pesquisa exige um alto grau de compromisso e habilidade do pesquisador para envolver-se no processo. Em um sentido pragmático, alguns elementos citados por Duarte (2002) contribuíram como roteiro ou caixa de ferramentas no momento da investigação. São eles:

- a) acesso aos informantes que sirvam de acesso a outros informantes e instituições, lideranças locais, atores e programas;
- b) seleção de informantes-chave a partir de critérios como o discurso articulado, amplo conhecimento de sua tradição e cultura. Ou mesmo pela construção prévia de perfis de informantes;

- c) as ferramentas de trabalho são, principalmente, caderno de notas, diário de campo, gravador e uma máquina fotográfica. O caderno de notas é onde são registradas ideias, análises ou lembranças que surgem no campo. Diário de campo é composto pelos registros, percepções e sentimentos do autor frente à comunidade. Ajuda a situar ao antropólogo no momento de fazer a etnografia. A gravação das entrevistas possibilita o recolhimento das falas e discursos dos informantes tais como são expressos. São importantes para fazer citação no momento construção etnográfica e evidenciar a informação qualitativa. A consulta de arquivos e base de dados locais é necessária a contextualização da pesquisa;
- d) primeira decodificação e análise de dados consistem em ler e organizar a informação. Também podem ser usados softwares que facilitam o trabalho com dados etnográficos;
- e) produzir uma narrativa que apresente claramente os resultados do processo de pesquisa (DUARTE, 2002).

Neste trabalho também são incluídas as ideias de Galeano (2004) sobre a pesquisa qualitativa no sentido do aberto, emergente e multicíclico, tendo o cuidado do rigor metodológico. Desta forma os instrumentos para a coleta de dados, mesmo que os critérios de seleção e número de participantes sejam previamente condicionados pelos objetivos, a participação voluntária e o refinamento do projeto ao longo do trabalho de campo são também dados importantes à pesquisa.

Segundo Edmundo Granda (2003), os aspectos éticos devem orientar a investigação e intervenção ao campo do ambiental e o bem-estar da população. A pesquisa deve estar de acordo com a busca de sustentabilidade econômica, social e cultural dos participantes e, principalmente, manter o respeito dos direitos humanos e a natureza. O termo de consentimento livre e esclarecido, conforme o APENDICE A foi assinado visando esclarecer os objetivos da pesquisa e garantir a divulgação dos dados com o devido consentimento dos participantes.

4.1 INSERÇÃO EM CAMPO: O REENCONTRO COM CARAMANTA

O contato inicial deu-se via comunicação telefônica e por e-mail com duas organizações chaves, a Associação Agropecuária de Caramanta (ASAP) e a Corporação para a Investigação e o Eco Desenvolvimento Regional (ONG CIER) uma organização não governamental. A primeira é uma organização local que, articulada com outras organizações, trabalha pela manutenção do território e melhores condições de vida das famílias camponesas. Os membros desta organização abriram suas portas para a realização da pesquisa e ofereceram ajuda no que pudessem, eles foram os atores principais de este estudo.

A segunda, uma organização aliada do processo local camponês que acompanha processos organizativos para educação rural contextualizada em todo o Oeste de Antioquia, o Sudoeste e o município de Caramanta, foi o laço importante com a zona. Assim foi obtido o respaldo de uma organização local reconhecida e alguns recursos para viajar e permanecer nos locais mediante a troca de saberes e trabalhos sobre agricultura ecológica. Essa interação permitiu o contato com outros atores envolvidos e um olhar mais amplo sobre a realidade atual do território em questão.

A primeira saída exploratória à Caramanta foi realizada entre os dias 23 e 30 de março de 2014 (Figura 7). Nesta oportunidade foram identificados alguns informantes principais, como foi o caso de Rafael e Natali, um casal de agrônomos que há quatro anos têm seu projeto de vida em uma propriedade localizada na zona conhecida como “Alegrias” no município de Caramanta. Eles são sócios da ASAP como produtores e também participam como promotores agroecológicos. Deste modo, através deles, foi possível conhecer mais facilmente as famílias e os processos comunitários pertencentes à associação.

Figura 7 - Viajando para o município de Caramanta.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014)

Além disso, esta primeira interação foi uma oportunidade para visitar o escritório da ASAP e apresentar pessoalmente o projeto e objetivos da pesquisa. A proposta foi aceita pelos membros sendo que ainda propuseram apresentar a ideia da pesquisa na reunião de sócios no dia 26 de Abril de 2014. Este foi um momento especial à pesquisa, pois nesta reunião estiveram muitas famílias dispostas a compartilhar suas experiências e cotidiano com o pesquisador.

Os demais dias desta primeira inserção em campo foram dedicados ao conhecimento da região, dos trabalhos promovidos e do contexto local. Notou-se a insistência, por parte de algumas pessoas, por salientar a mineração e concentração de terra como os principais problemas locais. Assim como a reivindicação e defesa territorial e soberania alimentar como estratégia de manutenção do modo de vida camponês.

4.1.1 A reunião e a seleção dos participantes

Na manhã do dia sábado 26 de abril de 2014 foi realizada a reunião anual dos sócios de ASAP. A agenda do dia foi bastante agitada, pois foram apresentados informes de trabalhos além da eleição, por votação, dos membros da Junta Diretiva para o ano de 2014. Estavam presentes 78 sócios, os convidados de algumas

organizações e estudantes universitários que tinham propostas de trabalhos a serem apresentadas.

No final da reunião chegou o momento de apresentar a ideia do projeto. De antemão os participantes sabiam o motivo da nossa presença e mostravam-se satisfeitos. Durante a apresentação surgiram comentários de apoio à proposta, assim como falas sobre a realidade vivida no território. Foram feitas também recomendações à execução do trabalho, por exemplo, a seleção de famílias das três zonas, quentes, médias e frias, para obter para ter uma melhor amostra do processo. E os papéis exercidos pelos jovens e pelas mulheres, que são entendidos como fundamentais ao trabalho e bem estar coletivo.

Após apresentação do trabalho, várias famílias se dispuseram a ajudar na pesquisa e esse foi um dos critérios de seleção, a participação voluntária. Porém, o tempo e os recursos disponíveis para o trabalho eram um limitante e assim, nem todas as famílias poderiam ser analisadas profundamente. Foram organizadas as visitas com dez famílias e destas foram selecionadas as famílias de acordo com os critérios de localização, tempo na associação, principal atividade agrícola, idade e sexo. Buscando obter uma maior representatividade da associação em sua totalidade.

Feitas as dez visitas foi se configurando o conjunto de atores com os quais seria realizado o estudo. Foram selecionadas três famílias localizadas nas três zonas de incidência da associação, com sistemas produtivos diferentes que variam entre o cultivo do café, a cana para rapadura, o cardamomo e criação de gado. Também foram incluídos os jovens e os promotores agroecológicos como atores importantes nesta experiência. Somado às famílias, estão os informantes chaves como Rafael, Nata e outros atores que foram importantes fontes de informação e fios condutores na criação das relações de confiança na comunidade.

4.2 A COLETA DOS DADOS

A coleta dados se realizou entre os meses de maio e novembro de 2014, através de visitas em diferentes momentos às unidades produtivas, o trabalho com informantes chaves e o compartilhamento de diferentes espaços como encontros e

feiras nas que participa a organização camponesa de ASAP. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante baseadas nos objetivos da pesquisa. Os registros das entrevistas foram feitos por meio de gravações de áudio e as observações foram registradas no diário de campo e em fotografias digitais.

O trabalho no campo teve como foco as relações entre as diferentes regiões, o diálogo e a convivência com as pessoas, o questionamento sobre o motivo da entrada e pertencimento à associação, o conhecimento das noções de bem estar e as formas de atingi-lo. Também se procurou identificar novos atores e suas propriedades, suas formas de trabalho e produção de alimentos, analisar as relações estabelecidas com o território, suas percepções sobre os contextos e suas expectativas.

4.2.1 A entrevista semiestruturada

As entrevistas constituem um dos procedimentos mais frequentemente utilizados nos estudos de caráter qualitativo, onde o investigador não só faz perguntas sob os aspectos de seu interesse, mas também deve compreender a linguagem dos participantes e se apropriar dos significados que permeiam os gestos, atividades e o ambiente natural. (MARCH CERDÁ *et al*, 1999; MINAYO, 1998)

Gil (1999) considera a entrevista como uma ferramenta bastante apropriada à obtenção de informações acerca dos conhecimentos e saberes dos indivíduos, suas crenças, pensamentos e desejos. Bem como as suas motivações, razões e explicações perante as situações. Neste sentido esta técnica resultou útil para responder aos objetivos propostos em esta pesquisa.

Existem diferentes entrevistas, conforme o desenho e sua estrutura, que de adequam melhor aos objetivos de cada pesquisa. Para o presente trabalho se optou pela entrevista semiestruturada, na qual se determina previamente as informações relevantes a serem coletadas. São elaboradas questões abertas que ofereçam a oportunidade de ampliar os matizes das respostas e ir entrelaçando os temas. Entretanto, isto requer de um alto grau de atenção por parte do pesquisador e habilidade para manter o foco da conversa (DUARTE, 2002).

Neste sentido, para realizar as entrevistas semiestruturadas foi utilizado o roteiro de entrevista (APENDICE B). Este contém eixos históricos sobre a família, aspectos sobre o modo de produção, sobre as percepções a respeito do modo camponês de viver e a organização, que serviram como elementos orientadores para a formulação das perguntas.

As entrevistas foram feitas em diferentes momentos ao longo da convivência com os participantes, procurando sempre os espaços e momentos oportunos ao desenvolvimento do diálogo entre pesquisador e pesquisado. Algumas entrevistas foram realizadas nas casas das famílias. Já outras foram realizadas durante os recorridos pelas propriedades ou quando estavam repousando depois da jornada do trabalho. Também se realizaram entrevistas durante os diferentes eventos ocorridos na comunidade.

O material das gravações foi posteriormente transcrito e organizado de acordo com códigos que indicam a pessoa entrevistada e o número da entrevista (Ex. E1J1). Ao dar seguimento ao trabalho, foi feita uma análise prévia do material levando em conta o enfoque de Bardin (2002) sobre a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que permitem fazer inferência das mensagens dos entrevistados a partir de variáveis abrangentes ou específicas previamente determinadas o que surgiram ao longo da pesquisa.

4.2.2 Observação participante

A observação constitui-se em uma ferramenta fundamental para esta pesquisa. Esta se baseia no uso dos sentidos para a obtenção de conhecimentos expostos e presentes na vida cotidiana, mas também pode ser utilizada como um procedimento científico na medida em que: 1- serve a um objetivo da pesquisa; 2- é sistematicamente planejada; e 3- pode ser submetida à verificação e controles de validação (GIL, 1999).

Para a coleta de dados, a vantagem da observação participante se dá através da percepção direta do pesquisador frente aos fenômenos estudados por ele. Não necessitando de intermediários, assim a subjetividade que pode ter a investigação social é diminuída. A desvantagem deste método é a influência que o pesquisado pode vir a sofrer através da presença do pesquisador (GIL, 1999).

De acordo com os meios utilizados ou o grau de participação do pesquisador, a observação pode adotar diversas modalidades. Segundo os meios a observação pode ser estruturada ou não. Já em relação ao grau de participação do pesquisador a observação pode ser participativa ou não. A estruturada segue um plano de observação previamente elaborado conforme os aspectos a serem observados. A observação participativa consiste na participação real do conhecimento na vida cotidiana, da comunidade ou de alguma situação específica; neste caso o observador assume, em parte, o papel de um membro do grupo (GIL, 1999).

Nesta pesquisa optou-se pela observação participativa com o apoio de roteiros de observação (APENDICE C). Estes roteiros foram previamente desenhados seguindo os objetivos da pesquisa e levando em conta o apresentado por Chavez-Tafur (2007) para a sistematização de experiências rurais. O material foi registrado no diário de campo e em imagens digitais. As imagens fotográficas foram coletadas para enriquecer as descrições e características das famílias e das unidades de produção, além constituírem um elemento importante para a composição da narrativa deste trabalho.

4.3 VISUALIZAÇÃO DOS DADOS E A SISTEMATIZAÇÃO

A sistematização das informações deve ser mais que um relato descritivo de um caso particular. Para chegar a gerar um novo conhecimento, a sistematização deve incorporar uma análise crítica da experiência, por meio da apresentação de opiniões, juízos ou questionamentos sobre o que foi realizado e vivenciado, essa é a base da aprendizagem. Por ser eminentemente crítica, a análise está baseada nos comentários ou pontos de vista daqueles que realizam a experiência, ou seja, das percepções de seus protagonistas (CHAVEZ-TAFUR, 2007).

Assim, dos dados das entrevistas e do diário do campo, procurou-se analisar com os fatores determinantes para a reprodução e continuidade do modo de vida camponês. Deste modo, as análises foram feitas a partir da compressão e interpretação das características, dificuldades, estratégias, limites e ameaças mais determinantes e recorrentes nas percepções das famílias camponesas e demais atores envolvidos na pesquisa. Por conseguinte, foram identificados mecanismos e

práticas de resistência, analisadas e fundamentadas a partir dos comentários relacionados com a contraposição ou autonomia frente a um modelo de produção e apropriação capitalista do território e as práticas desenvolvidas nas diferentes unidades produtivas, observadas ao longo das estadias com as famílias.

Além disso, é importante considerar no processo de análise as informações do contexto geral no qual se realizou a experiência. Ou melhor, é importante entender as questões temporais e espaciais, os objetivos e os atores envolvidos. A perspectiva histórica do problema e as tentativas de solução também devem ser consideradas. Finalmente é necessário observar e incluir os aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciaram o desenvolvimento da experiência estudada (CHAVEZ-TAFUR, 2007).

A apresentação dos resultados é feita no quinto capítulo. Este inclui a descrição, análise da experiência e considerações finais. O relato tenta trazer como material importante os comentários dos participantes e o registro fotográfico.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos no trabalho de campo realizado entre março e novembro do ano 2014. Primeiramente será descrita a localização do município de Caramanta e os aspectos biogeográficos e sociais da região. Posteriormente será apresentada a experiência da organização camponesa de ASAP – Caramanta através de alguns fatos históricos sobre sua formação, objetivos, limitações e ações desenvolvidas ao longo de sua existência.

Serão apresentadas as famílias e pessoas que fazem parte da ASAP como os atores principais desta experiência. Também serão descritas as formas de trabalho e organização das unidades produtivas como cenário principal, onde se materializam as formas de resistências e onde se desenvolve a condição camponesa.

Finalmente serão propostas algumas categorias interpretativas sobre o processo de resistência da ASAP, que poderão ser elementos fundamentais para a construção de políticas públicas a favor dos camponeses colombianos.

5.1 LOCALIZAÇÃO: CARAMANTA MUNICÍPIO ENTRE MONTANHAS E NUVENS

O município de Caramanta está localizado no centro do país, na zona Andina colombiana, entre os 5° 32' 59" de latitude norte os 75° 38' 57" de longitude oeste (MUNICIPIO DE CARAMANTA, 2009), região sudoeste do Estado Antioquia como pode se observar na Figura 8.

Caramanta é um município montanhoso de uma extensão de 86 km.², apresenta temperatura média de 19 °c.e altitudes que oscilam entre os 600 e 3000 metros acima do nível do mar. Possui grande diversidade de climas e diferentes zonas habitáveis que vão desde o bosque úmido tropical até o bosque pluvial, conforme a classificação de Holdridge (1982). Geopoliticamente, o município está dividido em três localidades, *Alegrias*, *San Antonio*, *Barro Blanco*, e vinte e três setores. O centro urbano de Camaranta (Figura 9) encontra-se a 2050 metros de altitude. O número de habitantes é de 5.500, dos quais 3.000 moram na da zona

rural e o restante no centro urbano (Figura 9) (PLANO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, 2012-2015).

Figura 8 - Localização Município de Caramanta, Estado de Antioquia Colômbia, 2015.



Fonte: Caramanta (2015).

A origem de Caramanta remonta ao ano de 1825, quando grupos de pessoas, principalmente de Medellín, compraram as terras do governador da província de Antioquia interessados nas antigas minas de ouro indígenas. Pouco a pouco, colonos em busca do ouro e novas terras agrícolas foram estabelecendo povoado, que inicialmente recebeu o nome de Sepulturas aludindo à quantidade de tumbas indígenas encontradas na zona. Posteriormente o povo chamou a região de Nova Caramanta, resgatando a expressão *Karamanta*, que pode ser traduzida como Urubu Branco. A palavra *Karamanta* é proveniente dos povos indígenas que anteriormente habitavam este território e que foram mencionados nos relatos de Robledo, Suer de Navas e o Capitão Gómez Fernández, nos tempos da conquista (CARAMANTA, 2012-2015).

A economia do município é baseada na produção agropecuária, na qual o café e rapadura de cana têm sido por décadas os principais produtos. A criação de gado de leite, a produção de banana de terra, mandioca, feijão e milho são também importantes, sobretudo, para as formas camponesas de produção. A agricultura

empresarial está baseada na monocultura do café, de cítricos e o gado extensivo para carne. Contudo, este tipo de produção pouco contribui ao desenvolvimento do povo e, de certa forma, sustenta a desigualdade.

Figura 9 - Centro urbano do Município de Caramanta.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014)

As pessoas de Caramanta, os caramanateses, são pessoas amáveis e sensíveis perante realidade local, descendentes da “colonização antioquenha” que ocorreu na primeira metade do século XVII. São pessoas trabalhadoras, que apreciam a negociação, as atividades do campo, música “popular”, frequentar a igreja aos domingos, e de beber “água-ardiente”, mantendo assim a identidade camponesa.

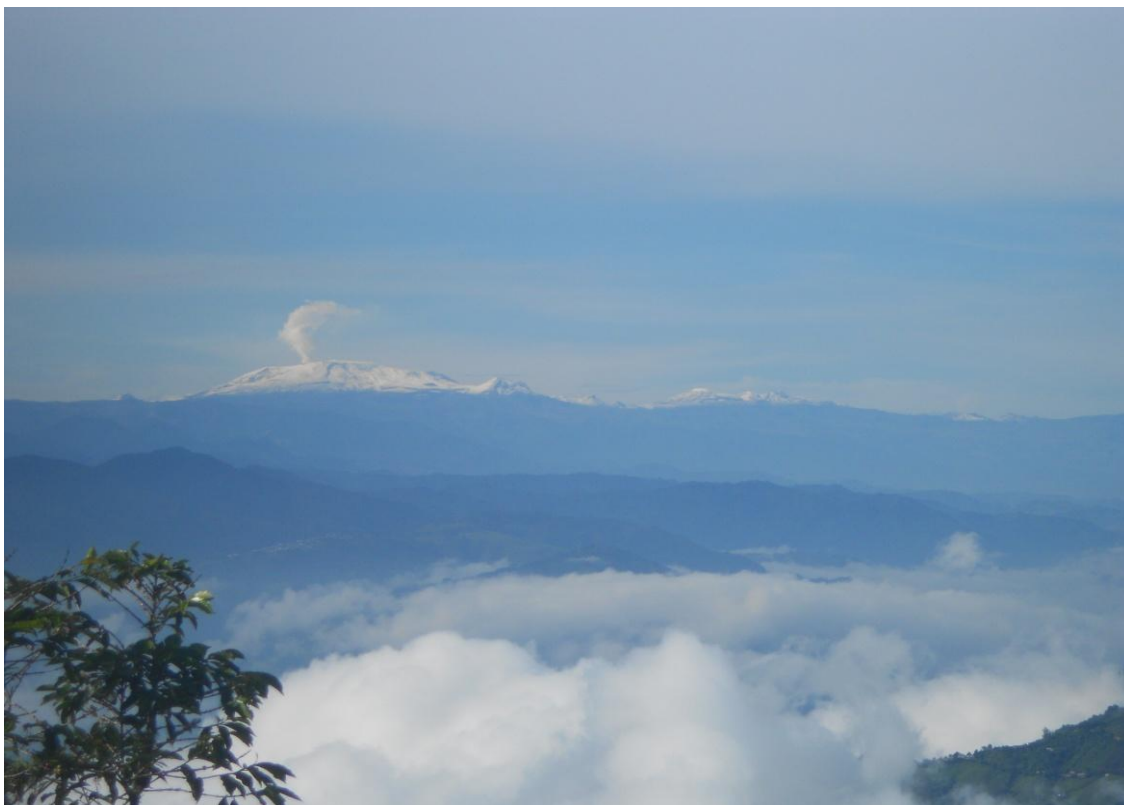
São bons conversadores e gostam acompanhar suas falas e encontros com um bom café ou como eles o chamam um “tinto”. Na mesa estão sempre presentes o milho em diversas preparações e o feijão, além de verduras, frutas, ovos, carnes e rapadura de cana, que são alimentos centrais na dieta das famílias (MOLANO, 2011).

Caramanta está localizada na zona geográfica conhecida como “Cartama”, que reúne os municípios vizinhos de Santa Barbara, La Pintada, Jerico, Pueblo Rico,

Tarzo, Tamesis e Valparaiso. Esta zona faz parte da macroregião do Canyon do rio Cauca, que se estende do município La Viriginia no Estado de Risaralda (mais ao sul do país), até o norte do Estado de Antioquia no município de Puerto Valdivia. Geologicamente toda esta região inclui uma depressão tectônica entre as cordilheiras Oeste e Central, o que faz que esta zona seja montanhosa com alta atividade sísmica e solos instáveis (CARDONA, 2012).

A paisagem montanhosa (Figura 10) se mistura com névoa que é produto dos ventos que sobem pela montanha proveniente da região mais baixa do canyon do Cauca. Em Caramanta, em relação à altitude e temperatura, são classificadas três zonas: a quente, a média e a fria (MOLANO, 2011).

Figura 10 - A paisagem montanhosa do município de Caramanta.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Na zona fria, acima dos 2.000 metros de altitude, predomina a criação de gado leiteiro de grandes proprietários, entretanto, alguns camponeses que persistem. Anteriormente eram parcelas médias, porém a falta de vias de acesso e dificuldades para a venda do leite fez com que lentamente as terras fossem vendidas a baixos preços aos que hoje são latifundiários criadores de gado.

Esta zona, de altas montanhas, não é recomendada à agricultura, mas sim é uma região que possui grande potencial para conservação, podendo-se encontrar bosques naturais e a nascente de água que abastece o município. Contudo, esta zona apresenta uma elevada concentração da terra e atualmente é um dos focos de interesse das multinacionais para executar megaprojetos de mineração.

Na zona média, entre os 1.000 e 2.000 metros de altitude, se concentra a maior parte da população camponesa, são parcelas pequenas, entre 1 e 10 hectares e médias, 10 a 50 hectares, de terras com condições favoráveis ao estabelecimento muitos cultivos, especialmente café, frutas, cacau, feijão, milho e mandioca. Nesta zona é produzida grande parte dos alimentos que abastecem o mercado local e outros produtos importantes para a economia do município.

A zona *quente*, entre os 600 e 1.000 metros de altitude, representa a terra de cana para a produção de rapadura. Tradicionalmente o processo da fabricação da rapadura era feito de maneira comunitária ou em parcerias entre os proprietários da terra e os cultivadores. Esse processo dava-se por meio de relações de confiança e representava a atividade importante na economia do município. Porém, nos anos 1990, com a intensificação do conflito armado e as pressões dos latifundiários para comprar as terras, ocorreu a diminuição da dinâmica econômica e social que prevalecia na zona.

No início dos anos 2000, com a queda dos preços da rapadura de cana, consequência da invasão de produtos dos engenhos industriais e das leis sanitárias impostas no país, os modos tradicionais de produzir rapadura estavam condenados. Neste contexto, muitos camponeses não conseguiram permanecer no negócio e encontraram-se obrigados a vender suas terras aos latifundiários.

Caramanta é um território que apresenta grande riqueza hídrica e de biodiversidade. Existem várias reservas naturais como “La Cuchilla Jardin-Tamesis” e outros ecossistemas estratégicos de bosques andinos que se conectam através de corredores biológicos com a região do Pacífico colombiano. Estas áreas abrigam inúmeras espécies de flora e fauna. Em especial, abrigam espécies em extinção como o urso de “anteolhos” e o “papagaio orejiamarelo”. Além disso, possui diferentes povos e culturas tradicionais que preservam seus próprios modos de vida e são muito importantes às dinâmicas locais e regionais (NARANJO *et al*, 2007).

Além do potencial agrícola e conservação natural, o território concentra atividade de mineração, sendo, por muitas vezes, considerado o Cinturão de Ouro

da Colômbia. De acordo com Cardona (2012), a totalidade do município está procurado por empresas multinacionais com o foco na mineração do ouro. Isso representa uma grande ameaça para os recursos naturais e para as comunidades camponesas locais.

Em Caramanta a mineração é conhecida e praticada de forma artesanal dada sua proximidade com povos tradicionalmente mineiros como Marmato e Supia (Estado de Caldas). No entanto, Caramanta sempre foi um município tradicionalmente agrícola. A partir de 2002, com a presença das multinacionais de mineração, ocorreram inúmeras mudanças nas dinâmicas sociais do território. Essas mudanças também geram consequências negativas ao ambiente, economia e à sociedade em geral. As compras massivas de terras, por exemplo, 70% do território pertence a um proprietário, desencadearam processos de deslocamento forçado de camponeses, presença de força pública e paramilitar. Além disso, houve a compra de nascentes de água e danos irreversíveis ao meio ambiente, principalmente bosques naturais, solo e fontes de água. Principalmente, e infelizmente, ocorreram mortes indiscriminadas, em torno de 50 pessoas em 2008. Tais ações são fortemente influenciadas pelos interesses de empresas como a *AngloGold Ashanti* e os projetos de mineração (OBSERVATORIO DEL CONFLICTO MINERO EN AMERICA LATINA, 2009).

Ante a iminente ameaça, representada pelas empresas de mineração e modelos neoliberais de extrativismo impostos no país, comunidades locais se organizam em defesa do território, para que se reconheça a importância ambiental da região e a economia camponesa para a produção de alimentos. É o caso da Associação Agropecuária de Caramanta – ASAP, que tem denunciado como estas mudanças estão sendo motivos de inquietação e perda da soberania e autonomia dos habitantes do município.

A ASAP promove ações que abrangem desde as manifestações públicas e a criação de uma rede de organizações sociais, até a transformação e fortalecimento dos modos tradicionais de produção e organização do trabalho. Essas ações objetivam a soberania alimentar, a proteção dos recursos naturais, manutenção dos modos de vida locais e defesa territorial, considerados elementos sagrados à vida (Figura 11).

Figura 11 - Algumas expressões em contra do extrativismo.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

A seguir será apresentada a experiência da ASAP como uma forma de resistência camponesa no município de Caramanta.

5.2 A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA, AS FAMÍLIAS E AS UNIDADES PRODUTIVAS COMO FORMA DA RESISTÊNCIA.

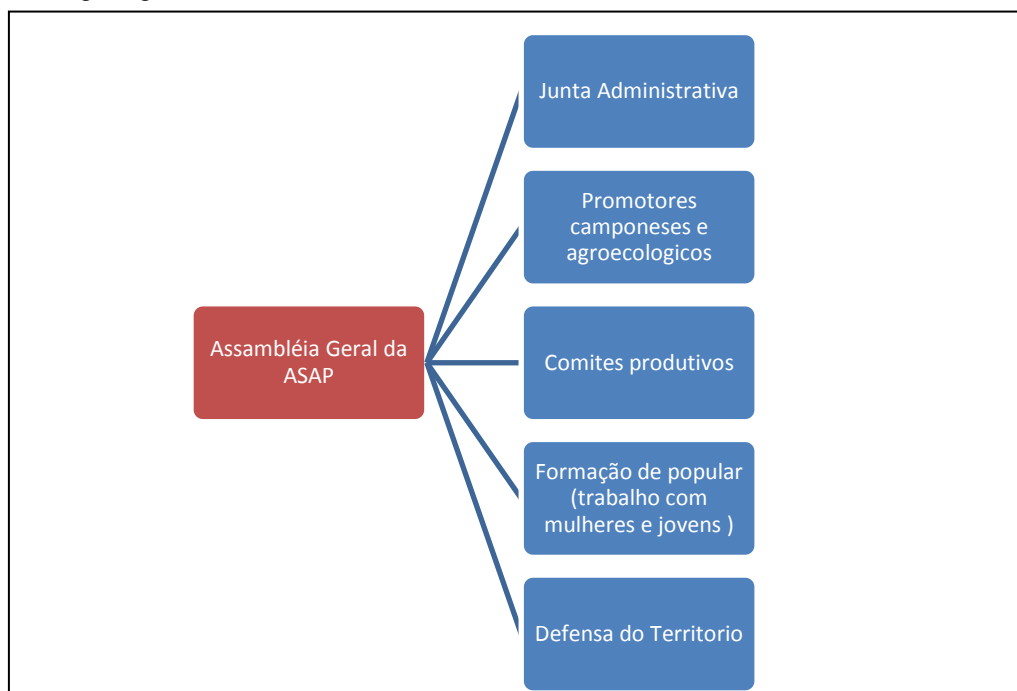
ASAP promove a agroecologia como forma de vida, integradora de experiências sustentáveis que possibilitem um desenvolvimento autônomo e justo, através de processos organizativos e produtivos, com equidade entre mulheres, jovens e homes, e motivando a que as outras organizações e famílias lutem pela permanência no território. (Promotor camponês da ASAP; tradução nossa)

A Associação Agropecuária de Caramanta (ASAP) é uma organização camponesa formada por aproximadamente 100 famílias. Conta com uma estrutura organizativa composta pela Assembleia Geral eleita anualmente através do voto dos sócios. Possui uma Junta diretiva que cumpre funções administrativas e um grupo

de promotores camponeses que realizam um trabalho de acompanhamento a cada um dos comitês produtivos e/ou as estratégias definidas na assembleia para a formação e organização social (Figura 12).

As decisões são tomadas num exercício democrático, onde todos os associados têm os mesmos direitos e deveres.

Figura 12 - Organograma da ASAP.



Fonte: Adaptado da ASAP (2014)

A ASAP foi constituída no ano 1994 por empresários leiteiros e alguns pequenos produtores do município, que buscavam manter seu produto no mercado que se encontrava monopolizado pela indústria e pelas importações de leite. A princípio, associação funcionava como uma estratégia que:

- a) permitia assumir coletivamente os custos gerados pelas novas tecnologias e normativas impostas e;
- b) procurava melhores as condições na comercialização do leite.

Porém, nesse momento, não se pensava decididamente em dignificar o modo de vida camponês, nem na defesa do território, nem na agroecologia, contudo, foi um ponto de partida a organização e resistência camponesa em Camaranta e região.

Em 2000, a associação tinha perdido muitos de seus sócios fundadores por conta das pressões pela modernização da produção, pelas normativas sanitárias, pela concentração de terras e o ressurgimento da violência. Este contexto provocou a saída forçada de inúmeros camponeses que migraram para outras regiões. Contudo, algumas famílias da associação persistiram e, preocupadas pela problemática que os afeta, decidiram redirecionar o caminho da associação e dar força à resistência civil através do fortalecimento da organização social, da transição agroecológica dos sistemas de produtivos e da participação popular. Acerca desta temática um dos promotores expõe que,

[...] queríamos fazé-lhe contrapeso a esse modelo que tinha chegado, chegado para mostrar-nos outras coisas que não concordavam com o que nossos acreditávamos... não estávamos de acordo com a política agrícola proposta pelo estado, não estávamos de acordo com a forma como se produzia... então decidimos fazer outra coisas, como nos acreditávamos. O intentamos e isso nos tem permitido permanecer aqui (Agricultor da ASAP; tradução nossa).

Esta ação voluntária pode ser entendida a partir do apresentado por Contreras (2000). Este descreve a organização camponesa como um processo de empoderamento marcado pelo crescimento coletivo de pessoas que compartilham micro espaços. Neste processo as pessoas vão quebrando os laços de dependência, construindo vínculos de solidariedade e tomando controle progressivo de todos os aspectos de suas vidas. E, conseqüentemente, criando poder local e exercendo influência nos processos de desenvolvimento local.

Assim no ano 2001, trinta e oito famílias camponesas, com o apoio da Prefeitura Municipal e Organizações Não Governamentais (ONG), iniciaram o processo coletivo para avançar no objetivo de dignificar o modo de vida camponês no município. Esta iniciativa coincide com ideia de desenvolvimento como uma estratégia espaço-temporal, que combina processos de organização e de ação coletiva entre comunidades camponesas, organizações sociais ou produtivas e os agentes de desenvolvimento. Ainda, com processos de criação de significados e representações das culturas locais, redes sociais e políticas, e de geração de capacidades de gestão sejam sociais e/ou produtivas (HERNANDEZ, 2008; CONTRERAS, 2000).

As estratégias da ASAP estão orientadas à defesa do território, à formação agroecológica para a soberania alimentar e à diversificação da economia local para melhorar a qualidade de vida. Logo, deu-se o primeiro passo para o ressurgimento

da organização camponesa e esperança por um bem estar coletivo, exposta da visão construída coletivamente pela associação:

[...] as famílias da ASAP sonhamos com um modelo de vida sustentável baseado nos valores do respeito à vida, a diversidade cultural e à natureza, que permita um desenvolvimento social, autonomamente justo, ecologicamente sustentável e economicamente digno como o desenvolvimento rural e local. Para isto se promove a agroecologia como sistema de vida integral através de processos participativos, construindo, resgatando e compartilhando saberes desde a prática para lograr um modelo de agricultura e convivência familiar em harmonia com a natureza (Visão coletiva da ASAP, Fonte: Estatutos da organização 2014; tradução nossa)

Estas estratégias são materializadas por meio de ações que vão desde participação em cenários de tomada de decisões e incidência popular, até a transformação dos processos produtivos e a conservação e recuperação de sementes, passando pela realização de oficinas de auto reconhecimento, elaboração de projetos, acompanhamento técnico e feiras de comercio justo.

[...] nos começamos a pensar num processo mais amplo, na alimentação, a saúde, as águas... em avançar para nosso bem-estar desde o que nos somos e aproveitando o que temos. Começamos com as famílias e as “finca escolas” e organizando giras a sítios aonde já estavam produzindo sem químicos... alguns de nos nem sabíamos todo o que se podei fazer... hoje somos mais de 100 famílias e embora não todas estão no mesmo nível do processo, temos percebido mudanças significativamente positivas...(E3OS3; Promotor camponês da ASAP; tradução nossa)

Segundo Robles (2005), uma grande contribuição deste processo relaciona-se com o conjunto das capacidades que são construídas localmente por diversos atores, conjugando muitas vezes forças diversas que possibilitem o avanço além de ações pontuais. Tais ações podem ser entendidas como uma estratégia complexa de transformação social, que nas mãos das comunidades locais se aproxima cada vez mais a formas de autogestão que consideram a complexidade das problemáticas e as relações sociais vividas cotidianamente.

No caso da ASAP, tem sido fundamental a articulação com outras organizações de incidência regional, nacional e internacional, que fortalecem o processo e geram alianças estratégicas para o desenvolvimento da proposta. Entre as organizações mais influentes na experiência da ASAP, salientam-se: a Rede Colombiana de Agricultura Biológica (RE CAB), o Cabildo Indígena Cañamomo Lomapieta de Rio Sucio, o Cinturão Oeste Ambiental (COA), MAELA, SWISSAID. A

construção de redes de trabalho é importante, entre outras coisas, por possibilitar o surgimento de relações de reciprocidade e solidariedade que contribuem ao desenvolvimento local e geração de alternativas frente a diversas problemáticas. (LONG, 2007, RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007; HIGGINS, 2006; LAW, 1992).

Um exemplo do trabalho em redes é a construção coletiva do conhecimento sendo que os promotores camponeses são parte fundamental desta construção. São eles que difundem a proposta, acompanham e auxiliam outras famílias e mantêm suas unidades produtivas de tal forma que sejam uma referência aos demais companheiros por meio das “fincas escolas”¹¹. O papel de um promotor camponês vai além do trabalho,

Ser um promotor camponês requer de compromisso... Deve gostar do trabalho comunitário, ter amor por a natureza e arraigo pela cultura... deve estar convencido do que faz e trabalhar bem sua parcela...defender o território e a soberania alimentar. (E8I5; Promotor camponês da ASAP; tradução nossa)

Sobre os promotores camponeses e o compartilhamento dos conhecimentos, Machin Sosa *et al* (2010) salienta diferentes processos na América Central na qual esta estratégia possibilita a ampliação dos níveis de incidência, processos agroecológicos e camponeses. Este é um mecanismo de empoderamento e apropriação das comunidades locais sobre a gestão do próprio processo de desenvolvimento ou, conforme Ploeg (2008), os camponeses tornam-se atores sociais com poder de agência sobre o mundo vivido.

Outra importante atividade que possibilita o trabalho organizativo da associação é a distribuição de incentivos para a transição agroecológica. Os incentivos resultam da gestão coletiva de recursos e apoios de cooperação, que são reinvestidos nas propriedades. Essa prática segue os interesses dos associados, através do plantio árvores, estabelecimento de cultivos, instalação de tecnologias alternativas, aquisição de maquinaria, animais e fundos rotativos. Contribuindo assim para o melhoramento das condições de infraestrutura, dos níveis de sustentabilidade das unidades produtivas. Ainda, acrescentam a autonomia alimentar, melhor aproveitamento dos recursos locais e entrada das famílias da ASAP.

¹¹Propriedade que por seus níveis de sustentabilidade e boas praticas pode serve para fazer oficinas e intercâmbios de saberes entre os camponeses da região

Não obstante, os sócios comentam que as dificuldades se apresentam no decorrer do tempo, por exemplo, a falta de recurso econômico, políticas de desenvolvimento, os interesses dos empresários, a violência, a incredulidade das pessoas, as lógicas imediatistas de muitos e as pressões dos latifundiários. Um dos fundadores da associação relata que ao principio algumas pessoas não acreditavam neles e os chamavam de “ecológicos”, mas com um sentido pejorativo. De mesmo modo, algumas pessoas chegaram a afirmar que os membros da ASAP eram inimigos do povo por serem contrários à entrada de modelos produtivos dos latifundiários e mineiros, que não representam os modos de produção camponesa,

[...] sempre têm querido acabar com a associação, incluso alguns perfeitos intentaram formar outras organizações, segundo eles para os camponeses... No ambiente político do município é manejado pelos terratenentes, à ASAP a tem criminalizado e diziam que éramos os inimigos do povo, mas mesmo assim eles nunca conseguiram colocar a comunidade contrária a nossa. [...] (E30S3; Promotor camponês da ASAP; tradução nossa)

Atualmente algumas posições e práticas têm mudado em Caramanta. Sendo que o trabalho da associação em demonstrar a possibilidade de uma agricultura amigável e eficiente é reconhecido e importante ao restabelecimento das comunidades locais e relações comunitárias. Essa aceitação da ASAP é comprovada mediante a participação, ajuda e formação de outras organizações, como, os grupos “Mujeres de Caramanta”, “Defensores de la madre Tierra” e “Jovenes en Defensa por el Territorio”.

Uma dificuldade que perturba é o interesse das empresas multinacionais para a mineração aurífera no território. Acerca desta problemática, a ASAP e outras organizações locais iniciaram um processo de resistência para confirmar o caráter ambiental da zona, defender o modo de vida camponês e a produção de alimentos (Figura 13).

Deste modo, desde 2008 se criou o Cinturão Oeste Ambiental - COA, que atua na articulação e coordenação de organizações camponesas, indígena, ambientais e sociais que buscam proteger o território. Este território é compreendido como um espaço de construção coletiva, sagrado para a vida e um espaço de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais, que dão origem a identidades compartilhadas, constituindo-se em patrimônio ambiental, social e cultural no sudoeste de Antioquia (COA, 2013).

Figura 13 - Encontro regional de organizações indígenas e camponesas realizado em novembro 17 ao 20 de 2014 em Caramanta.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Ações realizadas pelo COA, como a participação ativa nos diferentes espaços públicos, foros abertos, eventos e mobilizações, têm permitido visibilidade e denúncia da problemática regional. Essa participação ativa é também um exercício de apropriação coletiva do território concordando com a descrição feita por Ploeg (2009) sobre formas abertas de resistência. Neste processo ASAP exerce um papel de dinamizar e é reconhecida como uma referência regional na defesa dos interesses camponeses,

[...] como camponeses consideramos que a relação com a terra mais além de um objeto que podemos utilizar, é parte essencial de nossas vidas, de nossos sonhos e nosso entorno, esta relação nos permite realmente nos vincular a esta terra, esta forma de nos relacionar é nossa principal forma de resistência, o como cultivamos e como coletamos os frutos... a isso lhe apontamos, a uma economia camponesa que permita cuidar as águas, montanhas, bosques, consideramos que se tem existem formas de produzir e cuidar ao mesmo tempo a natureza, e para isso devemos manter nossa autonomia, a partir de nossas formas de pensar, da soberania alimentar...dizer não outras formas de desenvolvimento que estão impondo e que por dinheiro esta acabando com tudo, com o que somos, camponeses... mas isto não se trata de dinheiro, trata-se de dignidade, de poder realizar nosso projetos de vida. (E9Y1; Gestor COA; tradução nossa)

A importância de todo este processo está na sua constituição a partir do povo e das famílias camponesas organizadas a favor da luta pela transformação da realidade e com a convicção de que um mundo melhor é possível. Um mundo no qual os direitos e as diferenças sejam respeitados, e que as pessoas tenham a possibilidade de viverem autonomamente segundo suas crenças e identidades.

Neste ponto é importante salientar a relevância da organização camponesa como fator determinante no auto reconhecimento e apropriação dos processos de vida pelas pessoas. A organização social é um mecanismo de transformação e luta civil perante realidades pouco favoráveis. Possuindo, assim, íntima relação com os processos descritos por diferentes autores (ALTIERI; TOLEDO, 2011; PLOEG, 2009; CONTRERAS, 2000) sobre a autogestão e construção do desenvolvimento endógeno ou local.

A seguir, serão apresentados os atores ASAP que resistem e lutam por maiores níveis de autonomia e dignidade.

5.2.1 Don Alfonso e a senhora Amanda: cultivando a esperança.

A família Patiño - Franco pertence à localidade de São Paulo, a partir de Camaranta seguem os municípios de Supia e Marmato no Estado vizinho de Caldas. Esta é uma das mais antigas famílias da ASAP, fazem parte da associação desde o início e são alguns dos membros que redirecionaram os rumos da organização no ano 2001. Dona Amanda de 58 anos e o Don Alfonso de 63, nasceram, criaram-se e pretendem permanecer na presente localidade. Casados há 35 anos, estes dois camponeses têm dois filhos que não residem na propriedade.

Vivem há 25 na mesma propriedade, aqui fizeram amizades e cuidaram de seus filhos. Sempre trabalhando, conseguiram o que têm, superaram dificuldades, aprenderam juntos e demonstram enorme felicidade e orgulho de suas trajetórias.

Don Alfonso é um líder natural, aprecia trabalhar com a comunidade e possui grande comprometimento com a associação. Conhece bem a história do povo e gosta de falar sobre os tempos passados. Épocas de abundância de terras e alimentos. Relata ainda, como seu pai produzia uma diversidade de produtos, além do café e cana, que utilizavam para o autoconsumo e abastecer os mercados da região. Cultivo e produção eram feitos sem a utilização de químicos e mecanização.

Dona Amanda é uma mulher com grande habilidade ao trabalho, é a cuidadora da família e possuidora de saberes práticos que são cotidianamente transformados em soluções para o bem estar de toda a família. Possui amplos conhecimentos sobre agrobiodiversidade, que estão materializados em suas hortas com inúmeras espécies e variedades. Ela ainda retém os saberes sobre os usos e as formas de preparação das plantas cultivadas. Dona Amanda também faz parte de organização do grupo “Mujeres de Caramanta”, que luta pelos direitos da mulher camponesa. A partir deste grupo ela teve a oportunidade de sair do país e participar em um encontro internacional de mulheres camponesas no México, que a deixa orgulhosa (Figura 14).

Figura 14 - Dona Amanda preparando os alimentos do almoço.



Fonte: Trabalho de campo (2014) Foto autor.

Antes de estabelecerem-se na atual localidade, o casal vivia em outra parte do município, próxima ao rio Cauca, conhecida como *Naranja*. Neste local cultivavam cana e tinham algumas cabeças de gado, contudo, com o passar do tempo, a vida neste lugar tornava-se difícil, sendo que em pouco tempo essa região foi desabitada. Os conhecidos senhores da terra¹² pressionavam para que os moradores vendessem suas propriedades a baixos custos. Enquanto isso a violência se intensificava. Frente a essa situação decidiram buscar outro lugar, próximo ao povo, onde pudessem estar mais tranquilos. Foi quando chegaram a São Paulo.

¹² Expressão para se referir aos latifundiários que predominam na região.

Foram tempos difíceis, muita gente do município abandonou suas terras, diminuindo o número de camponeses e suas propriedades e aumentando o controle por parte dos latifundiários. Don Alfonso comenta que:

[...] desde essa época e até agora há um terratenente que tem querido comprar todas as terras...O povo inteiro quer comprar, o sonho de esse homem é se apropriar de tudo isto para sua produção de leite... Mas ele não era o único... Esses foram tempos de muita migração, eles (os terratenentes) trouxeram os paramilitares para assustar às pessoas e que venderam sua terra por medo... Após isto vêm outros problemas... A nos esses fulanos nos mandavam a citar e por aqui passavam, mas nos nunca aceitamos nada.(E15AA1; Agricultor da ASAP; tradução nossa)

Quando eles chegaram a esta propriedade começaram a criação de gado do leite, contudo, não tiveram sucesso devido dificuldades para a comercialização, em especial pela imposição das normas rígidas de vigilância sanitária e controle do mercado pelas grandes indústrias leiteiras. Em busca por alternativas para a produção decidiram participar da criação da associação de leiteiros que chamaram de ASAP. Porém, somente em 2000 que a associação se torna numa organização dos camponeses a favor do bem estar das famílias do município de Caramanta. A respeito dessa situação o casal comenta que,

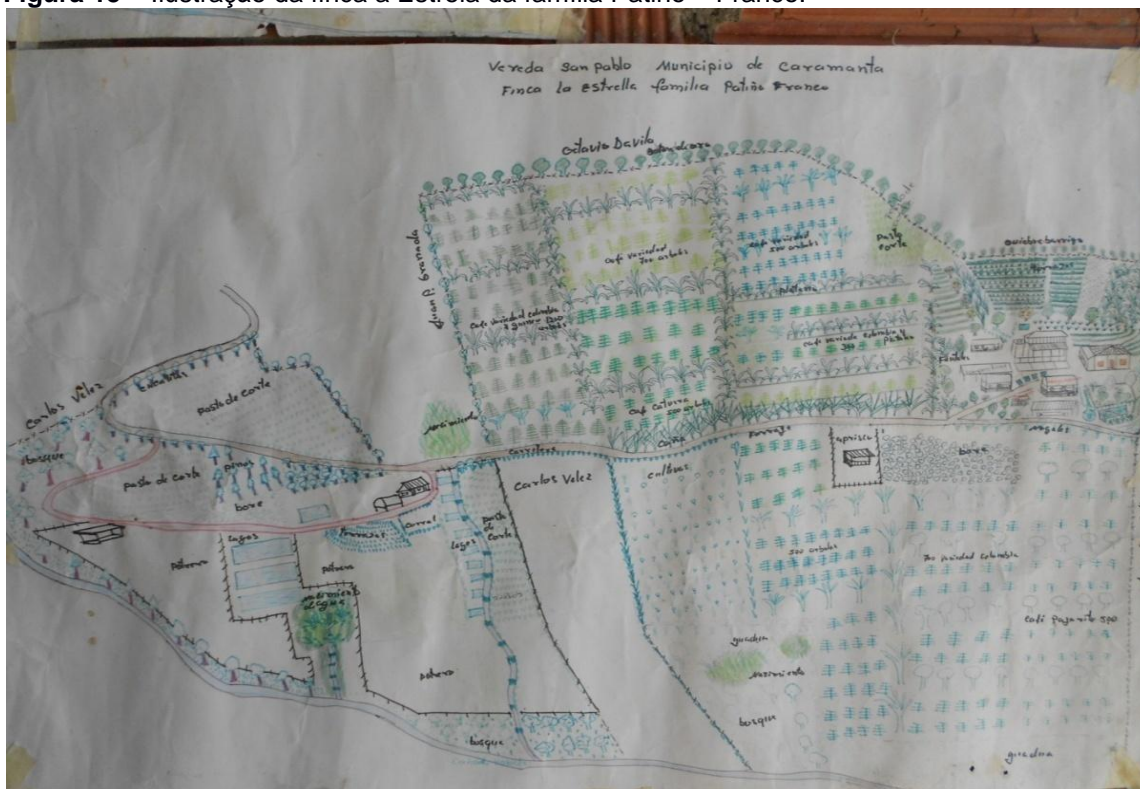
[...] convocamos aos diferentes atores territoriais, além dos camponeses... com a ajuda de algumas ONGs se fizeram oficinas e capacitações para entender o importante de conhecer as problemáticas que nos afetam, além nos conhecer entre nós mesmos, as formas de vida que temos os recursos com os que contamos, as limitações. Trabalhamos sob as águas, a soberania alimentar, a agroecologia, o empoderamento das mulheres e os jovens, em fim tudo para a defesa do território e continuar com nossos modos de viver nele. (E15AA1; Agricultor da ASAP; tradução nossa).

Eles nunca se imaginaram promotores camponeses, mas conforme o processo avançava sentiam a necessidade de motivar outros companheiros e compartilhar saberes. Este é um aspecto interessante, pois é justamente ele que tem fortalecido a organização mediante o apoio e aprendizado.

A propriedade dos Patiño-Franco corresponde a seis hectares (Figura 15), onde são encontradas uma zona de bosque em conservação de um hectare e uma nascente de água. As demais partes possuem cultivos múltiplos, sobretudo o cultivo sistemas agroflorestais com café, banana, abacate, cardamomo, banana da terra, mandioca, forragens. Também são criados animais como vacas, galinhas, estábulos

para gado e tanques para os peixes. O sistema foi pensado com o objetivo de produzir alimentos para o autoconsumo e para a venda.

Figura 15 – Ilustração da finca a Estrela da família Patiño – Franco.



Fonte; Elaborado pela família Patiño – Franco, trabalho de campo (2014)

Além disso, eles recebem em sua propriedade outros camponeses para a troca de experiências, o que é denominado “finca escolas”. Isto significa que sua unidade de produção é um cenário para que outros camponeses conheçam sua experiência.

[...] uma propriedade desta não se tem em um o dois anos, nos levamos muito tempo trabalhando... Isto também não é de ter dinheiro... Isto é de que um se acorda de manhã e vai fazendo um coisa na horta, da a ração aos animais, colheita o que precisa para o almoço... de tarde vai e faz outra coisa nos cultivos e assim dia a dia você vai estabelecendo sua propriedade[...] (E15AA1; Agricultor da ASAP; tradução nossa).

Na fala exposta anteriormente fica clara a importância e significado do trabalho necessário à produção com uma agricultura baseada no trabalho cotidiano para manutenção de uma vida digna e com autonomia. Entre o casal as tarefas do trabalho na propriedade são divididas. Contudo, ocasionalmente conseguem trabalhadores que ajudem em certos afazeres como a colheita do café ou os plantios. Esse tipo de acordo de trabalho não requer necessariamente pagamento em dinheiro, mas também pode ser em troca de uma porcentagem da produção ou

mesmo pela moradia. Todos os trabalhos de lavouras, roças, manejo, colheitas são feitas manualmente. Possuem apenas uma podadora e máquina de lavar o café como ferramentas mecânicas, pois o processo é artesanal sendo que eles próprios controlam, com suas mãos e saberes todo o processo, da colheita de grãos até a testagem.

As hortas são muito importantes, são elas as provedoras de 80% dos alimentos consumidos em casa incluindo o excedente para a venda. Este espaço é manejado num sistema de terraços para evitar a erosão do solo (Figura 16). São cultivadas grande diversidade de alimentos para estejam sempre disponíveis. As hortas necessitam de cuidados permanentemente, por isso elas são construídas próximas às residências, facilitando a realização dos trabalhos.

Figura 16 - Sistema de terraços para as hortas caseiras



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

O café é produzido de forma tradicional, ou seja, em sistemas de agrofloresta que permitem o aproveitamento dos espaços horizontais e verticais para os cultivos. São plantadas em torno de 3000 a 5000 mudas de café por hectare, mantendo espaço suficiente para o cultivo de outras espécies frutíferas e florestais. Desta forma é possível ter uma grande diversidade de espécies, favorecendo os agrossistemas e demandando menores quantidades de mão de obra.

O objetivo da produção do café orgânico, entre outras coisas, tem como princípio a geração de valor agregado e a diferenciação do produto pela a qualidade. Desta forma, tal produto pode entrar em redes alternativas de mercado, sobretudo, em redes que destinem o valor real do café ao produtor e não aos comerciantes.

O cultivo do cardamomo é outra das estratégias econômicas. Segundo as palavras de Don Alfonso “decidimos plantá-lo, porque se adapta bem as condições ambientais da zona e permite um manejo baixo a sombra, o qual possibilita tê-lo em sistema de agrofloresta”. Além do cultivo do café, a esperança no futuro da associação também é cultivada mediante o projeto comunitário de construção de um sistema de processamento que permita obter melhores preços.

A integração do componente animal (Figura 17) ao sistema é fundamental, pois permitem ter o acesso à proteína e esterco para a elaboração de adubos e criação de vermes. A alimentação dos animais provém da própria propriedade a partir da utilização de forragens, produtos como a mandioca, o milho ou a abóbora, evitando assim a dependência e insumos comerciais. Este processo é feito através da desidratação e processamento dos grãos até que estes se tornem farinha. Além disso, os grãos podem ser cozidos ou, como no caso das forragens que são oferecidas frescas.

Figura 17 – Integração do componente animal nas unidades produtivas.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

O manejo de doenças e pragas é primordialmente feito pela prevenção, por meio de práticas como a rotação de cultivos, a diversificação e o uso de cultivos associados. Quando necessário controlar as pragas, são preparados extratos de

plantas, controles culturais como armadilhas e podas e controles biológicos mediante a introdução de microorganismos locais como os *micorrizas* e os *bacillus*. Uma das preparações mais utilizadas é o extrato fermentado de “pimenta e alho” para o controle das larvas que consomem folhas.

Don Alfonso comenta que, mesmo velho, mantém a esperança na continuação de seu modo de vida. Sobretudo, tem ciência de que junto à organização é possível superar todas as limitações impostas pelo modelo capitalista.

Eu sei que meus filhos vão a voltar... Eles assim o querem... isto é o que o deixo para eles, é o trabalho da mãe deles e o meu, é o nos sabemos, é nossa cultura... E tudo isso vale mais que o dinheiro... Em uns 15 anos eu imagino que a propriedade vai estar melhor, mais valorizada, pois os solos irão incorporando toda a matéria orgânica e cada vez as diversidades irão incrementando...(E15AA1; Agricultor da ASAP; tradução nossa).

Nas falas de Don Alfonso fica claro que sua terra é muito mais que um objeto de produção, nela estão depositadas as esperanças e sonhos, e ainda é o meio de sobrevivência e vínculo com os camponeses. Este é um fator importante de diferenciação entre a lógica camponesa e a capitalista acerca das relações com os recursos naturais. Sobre esta relação diversos autores (VELEZ, 2015; PLOEG, 2008, SHANIN, 1983) argumentam no sentido de uma relação simbólica e de identidade da agricultura camponesa com o território e a natureza. Assim, entende-se que os camponeses também lutam pela manutenção dos laços com o território, com a família e com o sagrado.

5.2.2 Mulheres camponesas coração da resistência

As Ospinas é uma família diferente das demais pertencentes à ASAP. Ela é constituída por quatro irmãs que moram nas terras que herdaram de seu falecido pai há cerca de doze anos. Elas sempre moraram na localidade, especificamente em Alegrias, desde que seus avós vieram do município de Abejorral em busca de terras. Elas nunca tiveram filhos e nunca se casaram, também não gostaram da vida na cidade. Aqui passaram toda a vida, resistiram durante o tempo da violência, quando houve a crise do café e quando o terratenente quis comprar as terras (Figura 18).

Figura 18 - As irmãs Ospinas recebendo em sua casa a uma gira de mulheres camponesas.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

A mais velha das irmãs é Oliva de 50 anos. Ela se dedica ao manejo dos cultivos e diz gostar dessa atividade por ter aprendido do pai quando o acompanhava, ainda criança, na roça. Após Olívia está Gabriela, de 47 anos, e Magnólia, de 44, responsáveis pelas atividades da casa, cuidado dos animais domésticos e o manejo das hortas e jardins. Jardins e hortas são compostos por mais de cem espécies de plantas alimentícias, medicinais e ornamentais. A irmã mais nova, Olga, de 40 anos, também responsável pelo manejo dos cultivos junto com Oliva. Além disso, Olga é uma líder dentro da comunidade.

Após a morte de seu pai em 2000, as irmãs assumiram controle da propriedade. A princípio, tiveram dificuldades. Naquela mesma época alguns camponeses do município estavam convocando membros para formar a ASAP. Foi quando elas, a procura de ajuda, decidiram participar da associação.

[...] por lá, como em 2002, nos estávamos sentindo muito sozinhas e achávamos que talvez não iríamos a conseguir... então decidimos provar com a associação que se estava conformando. Quando entramos o primeiro foi fazer o diagnóstico de que se tinha e que faltava na propriedade, se fez o mapa de como estávamos e onde queríamos chegar... Com isto nos vimos que o mais importante que tínhamos que fazer era cultivar a diversidade e produzir os alimentos que consumimos... (E3OS3; Agricultora da ASAP; tradução nossa).

O planejamento da propriedade seguiu as metas de soberania alimentar e a permanência no território de forma digna. As irmãs seguem trabalhando por este objetivo e são responsáveis pelo bom funcionamento da propriedade.

A terra desta família equivale a aproximadamente quatro hectares, onde diferentes componentes configuram um sistema complexo com uma diversidade de cultivos destinados ao autoconsumo, à transformação e a comercialização. Criam galinhas, porcos e peixes, que garantem a proteína animal para a família. Além de alimento, os pequenos animais fornecem adubo para o manejo dos solos e também ser vendidos para obter uma renda adicional.

A articulação da casa com as hortas, as zonas de transformação de produtos, a criação de animais e os cultivos, permitem melhorar a eficiência do sistema. Por exemplo, os alimentos de uso cotidiano são produzidos nas hortas que ficam perto da casa, os resíduos das safras e da cozinha são usados para elaboração de composto ou alimento de animais; o esterco é usado para a produção gás metano para a casa ou adubo para os cultivos, sobre isso Oliva descreve que,

Nesta propriedade tudo esta encadeando... Por exemplo, o esterco dos frangos e as galinhas podem ir para a elaboração de adubo ou também para o biodigestor; porque para a elaboração de adubo? Porque ai já se pode usar para adubar o café e outros cultivos... Olha que todo é um sistema, a popa do café é usada também para elaborar o adubo e a mel que fica depois de lavar o café é usada no biodigestor que produz o gás com que nos cozinhamos. Tudo esta unido, nos dentro da propriedade temos tudo para fazer os preparados para adubar e proteger aos cultivos das pragas... Para algumas coisas utilizamos cinzas de lenha, pó de ossos ou rochas... Assim não temos que utilizar as coisas que vendem...(E40S4; Agricultora da ASAP; tradução nossa).

Os instrumentos de trabalho para a produção são primordialmente manuais, a preparação do terreno, roças e plantios é feita com o uso de enxada, pá e facão. A infraestrutura (Figura 19) está principalmente representada por currais de madeira, um silo e os secadores solares para o café, um biodigestor, dois tanques para peixes, a zona para elaboração do compostagem, a casa e um pequeno local para transformação e armazenamento de alguns produtos.

Figura 19 – Componentes da propriedade da família Ospina



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Para a produção de alimentos suficientes e saudáveis, as irmãs providenciaram, ao redor da casa, um sistema de hortas e criação espécies menores de animais. As hortas possuem de 100 e 150 m² (Figura 20), onde se cultivam milho, feijão, tomates, alfaces, cenouras, pimentas, plantas medicinais e forragens para alimentar os animais. O planejamento das hortas consiste em manter disponíveis em quantidades suficientes as espécies do consumo doméstico. Isto implica, entre outras coisas, no plantio periódico, na reprodução de sementes e manutenção de cuidados necessários ao cultivo, como a irrigação em determinados momentos.

Figura 20 - Horta domestica diversificada.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

A criação de animais como as galinhas poedeiras, galinhas crioulas, frangos, patos, porcos coelhos, peixes, vacas, é a fonte de ovos, carne, leite para o autoconsumo e venda (Figura 21). Além disso, o esterco é o elemento principal para a preparação dos adubos destinados à manutenção dos solos e também é fonte energética alternativa através do biodigestor. Os animais são criados em currais ou livres, sua alimentação é baseada nos produtos e subprodutos da unidade agrícola, utilizam forragens e preparam concentrados caseiros a partir de milho e farinhas.

Figura 21 - O componente animal na unidade produtiva das Ospinas



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Ao escutar as irmãs é possível compreender o significado dos alimentos, que perpassado sentido material ao simbólico da luta pela soberania alimentar e autonomia de decidir como e onde produzi-los, consumi-los e distribuí-los,

[...] já até no mesmo campo se tornou que tudo deve ser comprado... há que olhar também... Há pessoas que dizem que para que se matar cultivando tanta coisa se com uma só que deixe bom dinheiro eles podem comprar os alimentos... Mas nos lhes dizemos que talvez vocês sem os podem comprar, mas não sabem esses alimentos de onde vêm, como foram produzidos... as pessoas por esse lado param para pensar... e outra coisas é que muitas vezes nem o dinheiro serve porque é que nem sequer há alimentos para comprar, olhe o que aconteceu com este verão tão forte que começou a faltar a comida... primeiro é a alimentação da família e a comunidade, o outro que fica pode ser vendido ou trocado no mercado, aqui se busca é não depender pelos alimentos e manter diversidade de comida para tudo o ano.(E3OS3; Agricultora da ASAP; tradução nossa)

Como a principal estratégia produtiva, as irmãs têm estabelecido um sistema de agrofloresta para o cultivo do café orgânico, juntamente com espécies frutíferas, leguminosas e madeiráveis que provém matéria orgânica ao solo, alimento e sustento para a família (Figura 22). As variedades de café cultivadas são a “Caturra” e a “Variedade Colômbia” que promove o Comitê Nacional de Cafeteiros para livre exposição solar. Porém, elas plantam menores quantidades de mudas que o recomendado pelo Comitê. Das dez mil mudas recomendadas pelos técnicos, as irmãs plantam apenas três mil plantas por hectare, assim podem manter o cultivo

café no sistema tradicional. As mudas são obtidas da secagem das sementes de outros cultivos na própria propriedade desde a época em que o pai vivia.

O café é colhido, é limpo e seco em casa pelas quatro irmãs. Depois o café é levado à associação para ser tostado e embalado com a marca da ASAP. Assim se diminuem intermediários no processo e podem ter maiores lucros com o produto. Um subproduto deste processo é a polpa do fruto de café, utilizada para produzir adubo posteriormente incorporado aos solos, incrementando assim os níveis de coprodução e diminuindo perdas.

Figura 22 - Sistema agroflorestal de café associado com espécies florestais, leguminosas e alimentícias.



Fonte: Trabalho de campo (2014).

Um aspecto a salientar na unidade produtiva das Ospinas é a agrobiodiversidade. Esta é uma forma de aumentar a disponibilidade de produtos e melhorar as condições do agroecossistema. Mas também, consiste em uma forma de defender o modo camponês de fazer agricultura, de conservar as sementes crioulas e nativas, de cuidar da natureza e de rejeitar a monocultura e monopólio da agricultura industrial. Diversos estudos demonstram que as mulheres são as mais conhecedoras da agrobiodiversidade local (BALLARA; DAMIANOVIC, 2010; FAO, 2007; HOWARD, 2003).

Por esta razão as mulheres camponesas são fundamentais na conservação das variedades locais e dos saberes sobre os usos, que incluem elementos importantes do ponto de vista da segurança alimentar, a medicina e a geração de renda. Segundo Howard (2003), as mulheres produzem 80% dos alimentos na África, 60% na Ásia e 40% na América Latina.

Na propriedade das Ospina, a agrobiodiversidade está presente em todos os lugares, nas cercas vivas com as árvores, nos jardins, nos policultivos, na criação de animais e também no tempo,

[...] estamos alternando os cultivos no tempo para que as pragas não se multipliquem... Nos mantemos o cerco vivo com árvores, abacaxi e amoras, no cafezal temos a banana de terra, mandioca, laranja... No jardim e hortas também temos as plantas medicinais...(E12OS7 Agricultora da ASAP; tradução nossa)

Para elas as sementes são um tesouro, entendidas como a esperança da vida e da continuidade da agricultura camponesa. Por isso são cuidadas e protegidas como um bem da humanidade e não como um insumo controlado por empresas particulares. Segundo elas, as sementes devem ser cultivadas e compartilhadas para que continue seu processo de constante adaptação. Este é o motivo de deixarem sempre parte da produção para ser usada como semente para si e outra parte para ser distribuída entre os companheiros. Elas têm mais de dez variedades de feijão, oito de milho, três de mandioca e batata, duas variedades de abacaxis e cafés e cinco de pimentas (Figura 23).

Figura 23 - Sementes crioulas de feijão que possuem as Ospina



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

A transformação e adição de valor agregado aos produtos é outra prática importante dentro do sistema familiar das Ospinas. Elas produzem unguentos com plantas medicinais (Figura 24), fazem a fermentação de frutas para obter bebidas alcoólicas, conservam de hortaliças com diversas técnicas, fazem doces de frutas e queijos. Constituindo uma base importante ao sustento familiar e constituem interessantes formas de reaproveitamento e criação de conhecimentos sobre os usos das plantas, a transformação de alimentos e formas artesanais de processamento dos produtos do quintal.

Figura 24 - Preparação caseira de unguento de urtiga para a artrite.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Todas estas práticas envolvem um universo familiar de autogestão, de saber fazer, de amor pelo que são e de luta pela resistência do modo de vida que lhes permite ser como poucas pessoas o são, autônomas. As mulheres na agricultura campesina ocupam um lugar central, já que grande parte da organização da depende delas.

5.2.3 Uma mudança de vida e o reencontro com a autonomia

A família Ruiz-Arango é composta pelo casal da Liriam e Ivan e seus dois filhos Ana de 17 anos e Carlos de 14. Eles moram na propriedade localizada no setor “Las Guacas” há 16 anos. Durante este período eles experimentaram transformações significativas como o abandono do uso de químicos e a monocultura de café, pelo manejo da diversidade e a produção ecológica, a partir de seu ingresso na ASAP há oito anos.

A família de Liriam estabeleceu-se nesta zona há tempos com o objetivo de trabalhar e ter dinheiro. Com o passar dos anos os avós dela compraram uma terra e desde então esta terra é herdada e vendida por duas gerações. Ivan é natural da zona fria de Caramanta, na parte alta. Criou-se nas produções de leite de seu pai, quando esse negócio ainda era rentável. Após a violência e a entrada dos latifundiários, ninguém permaneceu naquela zona. Ivan abandonou a região em busca de emprego em outras localidades, foi assim que conheceu Liriam. Seguiram trabalhando juntos e conseguiram uma quantia em dinheiro para a compra da terra ao pai dela.

Nesta época, todos os alimentos eram comprados na cidade e possuíam dívidas para manter a produção. Todo plantio era baseado no uso de insumos químicos que custavam caro no mercado, logo o lucro era insuficiente. O casal comenta que naqueles tempos não pensavam em sua autonomia, não acreditavam no próprio conhecimento e, desta forma, seguiam apenas as recomendações técnicas impostas pelas políticas agrícolas do país que apoiavam a agricultura do tipo empresarial.

Em primeiro só pensava em produzir com químicos que por que assim era melhor... Quando conheci como era que faziam os da associação foi um abrir da mente... [...] nos se não fora pela organização não houvéssemos podido ter a propriedade como esta agora, sem as ajudas de todos os colegas não houvéssemos conseguido o que temos... a gestão comunitária dos recursos, as capacitações, os eventos, em fim, tudo isto permite nos manter como camponeses. A mesma associação cria seus próprios projetos e maneja os recursos... a associação somos todos nós, os camponeses... somos nós os que levamos o processo. (E6IL1; Agricultor da ASAP; tradução nossa)

Ivan afirma que eles ingressaram na associação em 2006,

Liriam estava participando de umas oficinas que organizaram os da ASAP sobre transformação de alimentos e de criação de alternativas econômicas para as mulheres camponesas do município, em essas fizeram um convite para uma gira às experiências camponesas e indígenas no município vizinho de Riosucio, então Liriam me motivou para que fossemos juntos, lá observamos como estas comunidades estavam desenvolvendo uma proposta para melhorar o modo de vida e a economia camponesa. (E6IL1; Agricultor da ASAP; tradução nossa)

A partir deste momento, eles “*abriram a mente*” e assim decidiram fazer parte de ASAP para transformar a unidade produtiva e sua forma de vida.

A percepção de serem submissos ao mercado, de acordo com o manifestado pela família Ruiz–Arango, perpassava os níveis econômicos e tomava aspectos que os faziam ir contra sua cultura e identidade. Hoje, a noção de autonomia construída por eles também vai além e relaciona-se ao autoreconhecimento e valorização de suas formas de vida, de seus direitos e capacidades para decidir de acordo com seus interesses e metas. Ainda, estão intimamente conectadas à condição camponesa descrita por Ploeg (2008).

A propriedade compreende quatro hectares, e é composta por:

- a) a zona da casa;
- b) o sistema de hortas e cultivos semestrais de feijão, milho, mandioca, hortaliças;
- c) o sistema de cria de animais, especialmente peixes, galinhas e porco;
- d) o sistemas de agroflorestas para o cultivo de café, cardamomo, abacate, bananeiras.

Com esta propriedade, eles buscam garantir autoconsumo familiar, manter o funcionamento do sistema produtivo e poder comercializar uma parte da produção como fonte de renda.

A infraestrutura foi pensada e localizada segundo os processos e as necessidades para trabalho na unidade de produção. No centro da propriedade se encontra a casa, a zona de transformação de produtos, os secadores solares e o armazém, assim sendo estes os lugares de maior atividade precisam estar mais próximos. Em seguida estão os currais para porcos e galinhas, os tanques pequenos onde mantêm cerca de quatro mil peixes, a zona para elaboração do composto, as hortas e o sistema de biodigestor. Mais longe se encontram os cultivos perenes que não precisam de presença permanente.

A tomada de decisões e força de trabalho é produto das escolhas da própria família. O casal se divide as tarefas de trabalho da unidade de produção, enquanto que os filhos estudam e ajudam nos trabalhos quando possuem tempo livre. Ana, a mais velha, gosta, sobretudo, do trabalho com os animais, dar-lhes a ração na manhã e manter a limpeza dos currais. Ela diz pretender estudar e aprender muito sobre pecuária. Carlos frequentemente acompanha seu pai no manejo dos cultivos, fazendo os plantios e as roças. Ele ainda não sabe o que quer ser de adulto, mas sabe que gosta da vida no campo.

No estabelecimento deste sistema, leva-se muito em conta a conservação dos solos e manejo da água. Ao tratar-se de um território com zonas de alto declive, eles fizeram terraços a curvas de nível que diminuem a inclinação evitando as perdas de solo. Além disso, possuem canais de drenagem que conduzem à água em direção aos tanques de sedimentação e posteriormente aos reservatórios dos peixes (Figura 25). Quando a lavoura é feita, eles procuram sempre fazer somente uma roça e plantio direto para evitar a erosão. As ferramentas e equipamentos para a realização destes trabalhos são todos manuais, como facão, pá e enxada. “Uma mecanização nestas encostas resultaria fatal para o solo.” (E6IL1; Agricultor da ASAP; tradução nossa).

Figura 25 - Ivan em um dos tanques de peixes, ao fundo alguns terraços com coberturas mortas.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Os adubos e fertilização dos cultivos são totalmente orgânicos, são elaboradas compostagens para os solos, são incorporados adubos verdes, mantêm-se o com coberturas vegetais e usam pedras ou ossos pulverizados. Todas estas práticas, resgatadas da agricultura tradicional ou aprendidas no processo de transição agroecológica são práticas levadas a diante pela ASAP. Estas constituem uma esfera importante de saberes sobre o manejo do sistema de produção. Além de serem as formas de materializar sua resistência frente à agricultura moderna baseada em insumos químicos provenientes do mercado. Este fato coincide com o que foi dito por Ploeg (2009) sobre as práticas e respostas heterogêneas de resistir usadas pelos camponeses.

A diversificação que leva em conta o tempo e o espaço é outra pratica importante. Esta se dá através de uma mistura planejada de cultivos, das rotações de espécies, das cercas vivas, da integração da criação de animais e cultivos, e a recuperação das sementes crioulas e nativas. Com todos esses fatores, se busca melhorar a estabilidade e funcionamento do sistema e alternativas de produtos úteis para o sustento familiar (Figura 26), além dos benefícios ecológicos que acarreta.

Figura 26 - Os alimentos como feijão, batata, mandioca e abacate sempre a disposição.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Manter a disposição os alimentos e materiais para o consumo da família é uma das prioridades para os Ruiz–Arango. Neste sentido, eles realizam o planejamento escalonado dos plantios, contabilizando as quantidades para o consumo interno e os tempos de colheita. Por exemplo, são plantadas duas vezes ao ano meio hectare de milho em consórcio com feijão. Tal prática é feita no início do período chuvoso, sendo que o primeiro plantio é em março com colheita em julho e o segundo plantio é em agosto para ter safras em dezembro. Assim são obtidos o feijão e o milho suficientes para o ano. As hortas, os animais e as árvores frutíferas complementam a diversidade de recursos para manter o sustento da casa (Figura 27).

Figura 27 – Seleção manual de abacate.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Dentro das estratégias que geram renda à família salientam-se: 1) o cultivo de café orgânico e 2) o cultivo de cardamomo como uma nova possibilidade econômica. Os dois cultivos são manejados em sistemas agroflorestais (Figura 28), onde são cultivadas outras espécies como abacate, mandioca e bananeiras, também comercializados. As safras de café e cardamomo são transformadas na associação para ser vendidas em redes de comércio justo.

A parte comercial e a troca de produtos são outra expressão do reencontro com a autonomia. Há tempos que Liriam e Ivan deixaram de vender seus produtos aos intermediários, preferindo os mercados locais, as vendas direitas ou as trocas de produtos por outros que não possuem, como rapadura de cana. Assim, dizem

eles, o trabalho exercido é reconhecido e não dependem da ambição de outros negociadores. Transformar e comercializar café são práticas que permitem a eles maior liberdade perante redes comerciais tradicionais que monopolizam toda a cadeia produtiva. Atualmente o café, por eles produzido, tem adquirido um novo conceito de origem e qualidade. Tornando-o assim, um produto diferente dos demais gerando maiores lucros além do sentimento de orgulho pelo que fazem.

Figura 28 - Sistema de agrofloresta com café, floresta, espécies frutíferas e banana da terra.



Fonte: Trabalho de campo (2014)

Além das atividades em sua propriedade, Ivan trabalha parte do tempo em um projeto coletivo com outros dois companheiros e sócios em uma propriedade de dez hectares. Nesta cultivam café, abacate, banana da terra, mandioca e criam seis vacas, com o qual são complementados os rendimentos da casa. Liriam também trabalha na transformação de produtos da casa, ela faz doces, vinhos, pães e condimentos de cozinha que são vendidos nas feiras. Este outro tipo de atividade é importante ao complemento, reprodução familiar e podem ser entendidas como práticas importantes a preservação do modo camponês (PINHEIRO, 1989).

Dentro do sistema produtivo é muito importante a integração de todas as atividades de modo com que juntas elas se potencializem. É preciso aproveitar todos recursos e evitar as perdas e o mal uso dos mesmos. Os estercos, os resíduos de colheita, as cascas de ovos, os ossos e resíduos dos animais sacrificados, são a matérias principais para manejo dos solos, para alimentação animal ou para a geração de energia alternativa através do biodigestor (Figura 29).

Figura 29 - Biodigestor: sistema alternativo de produção de biogás para o uso doméstico.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

A experiência da família Ruiz–Franco é um bom exemplo do reencontro com a autonomia e recampesinização (PLOEG, 2008). Eles reconhecem a importância de estarem organizados na ASAP e do processo de transição agroecológica como principais formas de garantir sua permanência no território. Estas ideias corroboram com o exposto por diferentes autores sobre as possibilidades da agroecologia como uma alternativa técnica, científica e social às agriculturas do futuro (ALTIERI; TOLEDO, 2011, PETERSEN *et al*, 2009, GLIESSMAN, 1998).

5.2.4 Os jovens herdeiros da semente... defensores do território

Uma questão que preocupa a continuidade das formas camponesas é a permanência dos jovens no campo. O tema da juventude rural tem sido abordado a partir de tendências como a migração rural–urbana, a sucessão das gerações, as percepções dos jovens e o papel destes na modernização da agricultura (TROIAN, 2014; OSORIO, 2005; KESSLER, 2005).

O imaginário criado pela saída do campo e entrada no mundo urbano, como progresso, tem ganhado importância nas gerações recentes. Sendo assim, são poucos os filhos e netos que permanecem no campesinato. Todavia, desde a organização camponesa da ASAP estão sendo trabalhadas alternativas às gerações jovens, para que os mesmos construam uma identidade camponesa e preservem o território.

Para as famílias da ASAP é importante que os jovens tenham educação formal, mas também é importante que aprendam o trabalho na terra e sintam-se orgulhosos por isso. Para tanto, uma das primeiras coisas foi a inclusão dos jovens nas tomadas de decisões, na participação dos mesmos em atividades da associação e, em especial, escutar suas ideias e necessidades. Além disso, buscou-se articulações com outras organizações como o CIER (Corporação para a Investigação e Eco-desenvolvimento Regional) que oferecem a possibilidade de uma educação alternativa, contextualizada para jovens rurais, partindo do enfoque do desenvolvimento humano sustentável.

Muitos filhos dos associados têm optado pela proposta do CIER para cursar o ensino médio. Para o CIER, além das disciplinas tradicionais os alunos devem trabalhar na elaboração de diagnósticos e execução de projetos pedagógicos e produtivos que sejam positivos para o bem estar da comunidade. Desta forma, os estudos são complementados com as práticas e aspectos da sua vida cotidiana.

Sérgio e Diana são dois estudantes de último ano do ensino médio no CIER. Sérgio tem 20 anos, sempre trabalhou com seu pai nos cultivos de café e cana, na propriedade familiar localizada em São Antônio. Vivem nesta região por quinze anos, provenientes do município de Jerico chegaram nesta terra e a compraram. Assim, os pais e filhos se instalaram neste território. Contudo, o único filho que permaneceu foi Sérgio. Ele diz de não ter intenção de sair do local e que graças ao estudo entende

que há muitas coisas a serem realizadas no campo. Ele ainda comenta sobre o seu projeto:

Eu percebi que as famílias não produziam alimentos nas propriedades, isso é só café ou cana... Então comecei por fazer um diagnóstico nas famílias de aqui de São Antônio para saber, que produziam como o faziam que traziam do povo, quanto gastavam... Assim para ter uma melhor ideia da situação e como o projeto também deve ser pedagógico pois ai fiz uma pequena investigação... depois de saber tudo isto, constate que poucos lhe davam importância à produção de alimentos para o consumo da família, mas que em algumas casa, principalmente as mulheres, mantinham o horto e alguns animais para complementar a dieta familiar como tradicionalmente o fizeram nosso avos... Ai surgiu a ideia do projeto para fomentar as hortas caseiras e a soberania alimentar... (E16SE2; Jovem agricultor da ASAP; tradução nossa).

Ainda que a família de Sérgio não fizesse parte da associação, ele comenta que começou a participar de diferentes encontros e capacitações oferecidos pela ASAP. A princípio ele entrou na associação através do convite da professora Natali que pertence a associação. Entretanto, no decorrer do tempo, ele sentiu-se motivado com os projetos de hortas e por enxergar outros jovens atuando como promotores. Deste modo ele foi envolvendo-se e apreciando cada vez mais da atividade, descobrindo o potencial que tem para fazer coisas importantes.

O projeto de Sérgio inicialmente consistia na construção de hortas nas casas das famílias, mas ele percebeu que o importante era começar por sua própria casa. Assim decidiu estabelecer uma horta com grande diversidade de alimentos para sua família e que pudesse ser um exemplo aos seus vizinhos. O objetivo deste projeto também era sensibilizar sobre a importância dos alimentos e a soberania alimentar. Sobre isso Sérgio diz que:

Uma das coisas mais importante que aconteceu neste projeto e que eu não imaginei, foi que meus pais se entusiasmaram muito com a ideia, eles me ajudaram muito... Inclusive depois disto também começaram a participar da ASAP que ajudo com as sementes e o desenho da horta... Ainda que meu pai sempre trabalhasse com químicos, ele sabe muito das plantas e lembra como antes se trabalhava todo natural... Pouco a pouco estamos transformando toda a propriedade...(E16SE1; Jovem agricultor da ASAP; tradução nossa).

Nestes dois últimos anos as mudanças foram notáveis, por um lado Sérgio retomou os estudos que havia deixado para trabalhar diariamente nas grandes propriedades e agora é graduado do ensino médio; por outro lado, junto com sua família começaram o processo de transição agroecológica com a ASAP como alternativa não somente econômica e ambiental, também como uma forma de

dignificar o modo camponês de fazer agricultura e plantar a semente da esperança. Sérgio espera continuar estudando e se capacitando para ser também um promotor e líder na comunidade. Nas provas nacionais de avaliação do nível dos estudantes do ensino médio, ele teve uma boa pontuação e assim espera conseguir uma vaga para fazer um curso de tecnologia agropecuária.

Diana é uma jovem que sempre morou em *Naranjal*, sua família é de Caramanta. Ela tem 19 anos e há dois anos mora com seu marido e tem um criança de um ano, Diana concluiu todo o ensino médio com o CIER e há tempos faz parte da associação:

Mmm... Desde que tinha 10 anos com meus pais já estávamos na ASAP... Neste momento eu vivia na casa de eles, onde produzíamos rapadura de cana... Com a ASAP foi que se montou o projeto comunitário para a transformação da cana... (E18DI1; Jovem da ASAP; tradução nossa)

Ela tem acompanhado muitos trabalhos da ASAP, participou de eventos e capacitações, tem também acompanhado os promotores nas visitas às famílias e segue trabalhando seu projeto produtivo no resgate e conservação das sementes crioulas:

[...] a verdade é que com tudo isto de tecnificar a produção e de ser mais competitivos, nos estão levando a acabar com o que durante anos tínhamos feito, como por exemplo, nossas sementes, que são adaptadas e não temos que comprar, além em torno das há muito saberes... Muito disto se esta perdendo por isso meu interesse... Eu quero identificar quem ainda tem sementes, que sementes, como as conservam, para que as usem... (E18DI1; Jovem da ASAP; tradução nossa).

A semente simboliza autonomia e esperança da agricultura camponesa, as mulheres tradicionalmente as tem conservado e trocado continuando com o ciclo natural da vida. A semente é ponto de partida e chegada, é a partir dela que são tecidas redes de compartilhamento e permite manter a agrobiodiversidade no sentido amplo. Diana fala que com este projeto ela quer contribuir para a formação de uma casa de sementes para a associação, mesmo não sendo uma guardiã de sementes ela pretende aprender muito sobre esse processo com as famílias da associação. “... *as sementes se vão regando para que a gente vai produzindo e compartilhando...*” com essa palavras resume sua ideia de projeto, mas também sua noção de bem estar e construção do futuro coletivo.

Além dos jovens do CIER, formou-se, em torno da ASAP, um grupo de Jovens em Defesa pelo Território (JODETE). Eles vêm trabalhando em várias propostas que consideram importantes para atrair aos jovens à organização e gerar

alternativas que permitam que os mesmo permaneçam no território e não migrem para as cidades permanentemente. Atualmente o grupo tem três linhas de trabalho:

- a) o reconhecimento do território através de caminhadas pelas diferentes zonas do município e a região, servindo também de estratégia de vigilância civil nas zonas onde estão entrando as mineradoras sem autorização nenhuma (Figura 30);
- b) o aproveitamento do tempo livre com atividades como dialogo sobre vídeos, oficinas de música e transformação de produtos;
- c) o projeto de manejo de resíduos sólidos.

[...] nós jovens nos formando e nos reunimos para criar estratégias e apoiar na fiscalização em contra dos danos que geram as empresas mineiras... Nós, desde que começaram a chegar essas empresas, começamos a organizar marchas no povo e fazer caminhadas às zonas onde eles têm chegado, para fazer presença e que eles vejam que nos estamos aqui... .nós vemos que estas terras, tudo o sudoeste, não só Caramanta, estão solicitadas para mineração, então vimos a necessidade de ir a estas zonas onde se esta começando a exploração. É muito triste ir e ver como isso vai de avançado, além que estão nas zonas de reservas naturais... Cada vez que vamos estão mais avançados. A última vez foi como em março de 2014, fomos todos com tarefas específicas tirar fotos, pegar mostas da água e registrar as zonas desmatadas...Com tudo isso nós conseguimos fazer uma denúncia ante a Corporação Regional Ambiental de Antioquia e eles vieram e suspenderam a exploração... foi um grande golpe que lhes demos, mas recentemente nos demos conta que andam em outros setores, em Yarumalito, lá romperam um aquífero e fomos a ver e o acham a um idiota por ser do campo, nos disseram que isso não era problema que com uma boa camada de barro isso se solucionava... (E18GJ1; Jovem do JODETE; tradução nossa).

Como jovens do campo estão conscientes da importância do seu território, muitos destes jovens estão estudando, inclusive cursando graduação em cidades como Medellin ou Manizales. Contudo, entre eles existe um acordo de que juntos podem construir alternativas para o campo. Ainda, que eles são as novas gerações de camponeses e que a esperança de um futuro melhor, luta, autonomia e dignidade estão em suas mãos.

Figura 30 - Caminhada ao monte Cristo Rei em Tamesis com o grupo de estudantes de CIER.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014).

Certamente o caminho a ser seguido não é fácil, ainda que os jovens migrem em busca de outra vida fora do campo, eles acreditam ser possível estudar, conhecer novas tecnologias, trocar informações. Tudo isso por ao serviço da comunidade e da sua permanência na localidade.

As experiências apresentadas mostram o papel importante dos jovens nos processos sociais. Eles são os herdeiros e os cuidadores da semente. Conforme Durston (1998), ao se referir à juventude, chama atenção para importância destes como atores fundamentais na construção de qualquer processo de desenvolvimento rural a médio e longo prazo. É por isso que as iniciativas dos jovens de ASAP são relevantes e mantêm a continuidade dos modos de vida camponês no território e o tempo.

5.2.5 Promotores agroecológicos: tecendo a resistência de camponês a camponês

Um dos aspectos fundamentais para funcionamento da organização camponesa da ASAP e difusão da proposta de desenvolvimento local, é a formação de promotores camponeses agroecológicos. Esta estratégia está relacionada diretamente com a geração e transferência horizontal de conhecimentos e informação dentro da ASAP. Mas também, é uma forma de construir relações comunitárias de solidariedade e reciprocidade, em torno da defesa do território, a produção de alimentos e o melhoramento das condições de vida.

Conforme Machin Sosa *et al* (2010), os processos locais de construção e transmissão de conhecimento entre os camponeses, constituem uma importante estratégia para o desenvolvimento das comunidades locais. Holt-Gimenez (2008) apresenta diferentes exemplos na América Latina e América Central, de movimentos de camponeses que foram elementos chave para a transição em direção às agriculturas mais sustentáveis.

Na organização camponesa de ASAP; os promotores são homens e mulheres que têm avançado no processo de retorno à produção agroecológica em suas propriedades (Figura 31). Esses promotores também acompanham e motivam outros a iniciarem o processo. Este trabalho é feito através do diálogo entre os camponeses, das demonstrações didáticas, de passeios e conhecimento de outras experiências e a realização de oficinas práticas. Essas atividades permitem a construção coletiva de conhecimento a partir das necessidades e recursos locais, tornando-se um potente mecanismo para tecer a resistência camponesa na região.

Figura 31 - Promotores camponeses da ASAP.



Fonte: Autor, trabalho de campo (2014)

Um promotor é aquele que está convencido de poder fazer as coisas de formas diferentes das que lhes são impostas. Em especial, um promotor camponês é aquele que valoriza e tem orgulho do seu modo de vida. Um dos promotores comenta que ser promotor é ter possibilidade de transformar sua própria realidade, de aprender diferentes práticas e poder fazer agir a favor do bem estar de sua família e a comunidade:

[...], pois minha ideia não era ser promotor, eu não podia nem falar para as pessoas porque era muito tímido... (gargalhada)... quando começamos na associação participe numas capacitações e eu ficava bem na parte de atrás para que não forma me perguntar nada, mas eu gostava das coisas que fazíamos nessas oficinas... eu aprendi muitas coisas e outras que já sabia fortaleci...mas depois de um tempo eu entendi que os que estavam em esses espaços fazendo as capacitações eram também meus próprios companheiros e que o compromisso era compartilhar o nosso conhecimento para ir construído entre todos... Assim comecei como promotor... mesmo hoje continuei sendo um pouco tímido, tenho recebido em minha propriedade mais de 300 pessoas para fazer cursos de capacitações e passeios agroecológicos.(E8P1, Promotor da ASAP; tradução nossa).

A ASAP conta atualmente com dezoito promotores, responsáveis pelo acompanhamento de algumas iniciativas da organização. Recebem excursões de camponeses provenientes de outros municípios e são articuladores entre diferentes processos que ocorrem na região. Por exemplo, com o Cinturão Oeste Ambiental-COA que reúne organizações de toda região para a defesa do território como sagrado para a vida. Neste ínterim, as economias camponesas, a produção orgânica de alimentos, a conservação da natureza e a articulação social, são elementos fundamentais para o bem estar das comunidades que habitam o sudoeste de Antioquia.

Estas propostas se materializam através da promoção de um modo alternativo de relação com a natureza e com o produtivo, no qual a transição agroecológica e o reconhecimento dos saberes locais representam um papel chave. Com o objetivo de dar visibilidade às experiências e construir elementos para a incidência política, os promotores da ASAP juntamente com as famílias, vêm trabalhando na formulação participativa de alguns indicadores de sustentabilidade e na sistematização do processo agroecológico.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2014 foram avaliadas 61 unidades produtivas das 114 unidades que fazem parte da ASAP, para obter o conhecimento de algumas práticas e descritores como:

- a) o manejo e conservação de solos;
- b) a produção e uso de insumos orgânicos;
- c) manejo ecológico dos cultivos;
- d) integração do componente animal; e
- e) o não uso dos agrotóxicos.

Assim, de acordo com a informação obtida por eles neste processo, foi possível estabelecer alguns dos pontos fortes e fracos que permeiam o processo de reconfiguração agroecológica (Tabela 1).

As práticas mais relevantes são os plantios seguindo as curvas a nível para evitar a erosão do solo, já que a maioria das propriedades está em zonas de encostas; o uso de coberturas para proteger o solo da radiação solar direta e da chuva; a incorporação de adubos verdes para melhorar as condições físicas, químicas e microbiológicas.

De acordo com as percepções das famílias visitadas, o solo é a vida da economia camponesa, por isso as práticas realizadas para a proteção do solo são diretamente relacionadas com a proteção do modo camponês de fazer agricultura. Pois a qualidade e saúde do solo e da forma camponesa de fazer agricultura dependem da nutrição vegetal, da produção de alimentos orgânicos que favorecem a segurança e soberania alimentares.

Tabela 1 - Práticas de manejo e conservação de solos nas unidades produtivas das famílias da ASAP

Prática	Número de propriedades que as realizam	%
Plantio em curvas de nível	45	76.3
Coberturas	21	35.6
Adubos verdes	17	28.8
Cova de sedimentação	1	1.7
Terraços	6	10.2
Cercas vivas	13	22.0
Nenhuma	7	11.9

Fonte: ASAP (2014).

Sobre a produção e uso de insumos orgânicos, encontrou-se, em quase todas as famílias, a produção de compostos para incorporar aos solos, aumentar os níveis de matéria orgânica, ajudar na parte química e diminuir custos de produção. Outra prática interessante é a propagação de sementes crioulas para o uso na propriedade e para manter a independência das sementes controladas pela agroindústria. Na Tabela 2 são apresentadas as práticas orientadas para a diminuição da dependência de insumos e aproveitamento dos recursos disponíveis localmente.

A importância destas práticas está na possibilidade de aumentar os níveis de independência em relação ao mercado de insumos, sementes e pesticidas. Com a produção e usos de insumos produzidos dentro da propriedade, promove-se a reciclagem de nutrientes, a otimização no uso de energia, o aporte de matéria orgânica ao solo e a proteção fitossanitária, como estratégias camponesas e agroecológicas para a autonomia.

Tabela 2 - Práticas de produção e uso de insumos orgânicos produzidos dentro da propriedade

Prática	Número de propriedades que as realizam	%
Composto	53	89.8
Vermicomposto	14	23.7
Biofertilizantes	24	40.7
Extratos vegetais	10	16.9
Extratos minerais	4	6.8
Armadilhas	5	8.5
Produção de sementes	23	39.0
Nenhuma	3	5.1

Fonte: ASAP (2014)

Já o manejo ecológico dos cultivos mostra que a diversificação, as rotações e as associações de cultivos, são as práticas mais frequentes e relevantes dentro das famílias da associação (Tabela 3). A diversidade está associada com uma maior disponibilidade de produtos e estabilidade do sistema, as rotações com quebras dos ciclos naturais das pragas e doenças nos cultivos, os cultivos associados com um maior aproveitamento do espaço e o uso de adubo orgânico para o enriquecimento da qualidade solo e a fertilização adequada das plantas.

A diversificação de cultivos é alta devido à manutenção, por parte dos agricultores, da disponibilidade de variados produtos, tanto para o autoconsumo como para a venda. As unidades produtivas estão adotando essa prática e a estruturando suas unidades produtivas, pois além dos benefícios ecológicos em termos de fomentar a regulação natural de pragas e doenças nos cultivos, também é uma forma de diminuir riscos e custos de produção. As hortas e as agroflorestas são as expressões mais recorrentes em torno à prática de diversificação.

Tabela 3 - Práticas de manejo de cultivos.

Prática	Número de propriedades que as realizam	%
Diversificação	43	72.9
Rotação de cultivos	43	72.9
Associação de cultivos	24	40.7
Práticas de adubação	28	47.5
Alelopatia	13	22.0
Aplicação de preparados	5	8.5
Nenhuma	6	10.2

Fonte: ASAP (2014)

A integração do componente animal é fundamental para o processo de reorganização agroecológica, dado que os animais proporcionam carnes, ovos, leite e esterco para a elaboração de adubos. O 97% das unidades produtivas têm presença de animais, destacando-se a criação de frango, galinhas poedeiras, porcos, gado, cabras e peixes. Os animais, como cavalo e mulas, também auxiliam nas atividades de carga, que permite otimizar o trabalho dentro da propriedade.

A integração do componente animal dá-se na medida em que os animais estejam envolvidos no funcionamento da unidade produtiva. Assim as práticas observadas foram:

- a) a produção de forragens e dietas alternativas para alimentação animal;
- b) a criação de animais como fontes de proteína para o autoconsumo e;
- c) o uso do esterco e outros subprodutos para a transformação em adubos ou biogás.

Dentre essas práticas, a mais importante entre as percepções das famílias, foi a disponibilidade da proteína animal à dieta familiar. Porém, os camponeses entendem que o aproveitamento dos subprodutos para a elaboração dos adubos é fundamental ao processo produtivo. Sobre a alimentação dos animais são

associadas diversas espécies forrageiras e a elaboração de farinhas a partir de mandioca, milho e banana da terra.

O não uso dos agrotóxicos permitiu observar que ainda algumas das famílias (30%) utilizam insumos de sínteses químicas, mas não de forma sistemática nem periódica. O uso de estes insumos é feito só em alguns momentos da produção como, no começo da roça que fazem o controle das plantas daninhas com herbicidas e, em determinados períodos fertilizam com ureia para disponibilizar nitrogênio no solo. Porém, a maioria (70%) das famílias não utiliza nenhum tipo de agrotóxico e os que ainda o fazem são os que estão menos tempo no processo de reorganização da agricultura.

A partir destes pontos descritos acima, e outros que estão sendo trabalhados na associação, é possível reconhecer o avanço das famílias no processo de transição agroecológica. Ou seja, é notável a diversificação e a diminuição de insumos externos. Contudo, ainda existem dificuldades em alguns aspectos relacionados ao uso de agrotóxicos, a falta de canais de comercialização e o manejo do registro da propriedade. O registro da propriedade não é uma prática adotada por todas as famílias, mas é imprescindível à comparação do antes e depois na unidade agrícola.

Os resultados do trabalho de avaliação das propriedades constituem um elemento chave para a construção do plano de ação da associação. Os promotores trabalham com a identificação, em cada unidade, das dificuldades e, a partir desta identificação, constroem soluções a serem praticadas. Assim vão sendo criadas redes de conhecimentos e cooperação que fortalece a resistência do trabalho cotidiano camponês.

5.3 PRÁTICAS QUE FAZEM A DIFERENÇA: A RESISTÊNCIA CAMPONESA SE MATERIALIZA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

Nesta parte serão analisadas algumas práticas em relação à organização do processo de produção e trabalho dentro dos sistemas produtivos das famílias da ASAP. Algumas categorias analíticas serão utilizadas para compreender os mecanismos e práticas que constituem formas de resistência, que são fundamentais

para garantir certos níveis de autonomia e bem estar para estas pessoas. Assim, estes mecanismos e práticas são centrais à continuidade da condição camponesa e oferecem caminhos para a construção de política pública em torno das economias camponesas e o desenvolvimento rural.

Segundo Long (2007), as resistências camponesas são compreendidas como a capacidade de permanência ante um ambiente hostil. Essa capacidade sugere a existência de um campo de ação e agência. Ou seja, a resistência surge frente a certos cenários limitantes nos quais os indivíduos processam a situação e geram respostas que confrontam a presente condição.

No caso estudado e descrito anteriormente, o contexto de limitações está representado pelas matrizes econômicas do capitalismo, extrativismo, agronegócio e modernização da agricultura, que geram pressões pela apropriação do território para a execução de seus projetos. Por outro lado, a capacidade de agência dos camponeses, seus saberes e interesses, resultam no fortalecimento de estratégias de defesa dos modos de vida e sua permanência no território.

As respostas construídas pelos camponeses, perante as problemáticas territoriais enfrentadas, são diversas e muitas vezes estão relacionadas com outras formas abertas da resistência como as manifestações e denúncia pública. Porém o importante de tudo isso é a materialização e configuração dos processos de resistência interligados às práticas e estratégias assumidas pelos camponeses.

Neste sentido, Ploeg (2008) salienta a importância da diversidade de formas e práticas que constituem as resistências dos camponeses. Este autor evidencia que estas práticas não acontecem isoladamente e possuem boa parte do êxito na possibilidade de operar como um conjunto de respostas coerentemente desenhadas para um determinado fim. Neste caso, o objetivo é a garantia da continuidade da condição camponesa e aumento dos níveis de autonomia.

Assim, o caso da ASAP pode ser entendido como uma resistência camponesa que, a partir do fortalecimento de suas próprias formas de produção e trabalho associativo, vêm desenvolvendo uma série de estratégias e práticas que garantem sua permanência como camponês e a melhora de suas condições de vida. Isto pode ser observado no cotidiano das famílias envolvidas com a associação, em seus campos e unidades de produção, nas relações comunitárias e nas suas percepções sobre a realidade e o bem estar coletivo entendido como desenvolvimento.

Ingressar nas unidades de produção das famílias é entrar no campo de ação, onde os agricultores materializam as resistências e constroem sua autonomia. Neste espaço as práticas são desenvolvidas, as estratégias executadas e o modo camponês de viver são manifestados. De acordo com Velez (2015), as unidades camponesas não são somente espaços de produção, também são os locais de moradia, lazer, descanso. Em resumo, é o cenário de reprodução simbólica e material da condição camponesa. Deste modo, estudar as práticas de resistências que ocorrem nestes espaços é interessante e vem apoiando significativamente aos processos de desenvolvimento rural (PLOEG, 2009).

Em geral, as unidades produtivas das famílias da ASAP são pequenas propriedades de entre 0.5 a 8 hectares, onde são integrados diferentes componentes que configuram sistemas complexos com uma diversidade de cultivos e criação de animais destinados ao autoconsumo, à transformação e à comercialização. De acordo com Altieri (1999) e Gliessman (1998), aumentar os níveis de complexidade dos agroecossistemas contribui à tenacidade e capacidade para suportar mudanças ambientais ou socioeconômicas. Isto, também tem relação com a *intensificação ecológica* (TITTONEL, 2013), que visa a melhora da eficiência do sistema, diminuição dos riscos e compensação dos limites territoriais e a independência de insumos do mercado.

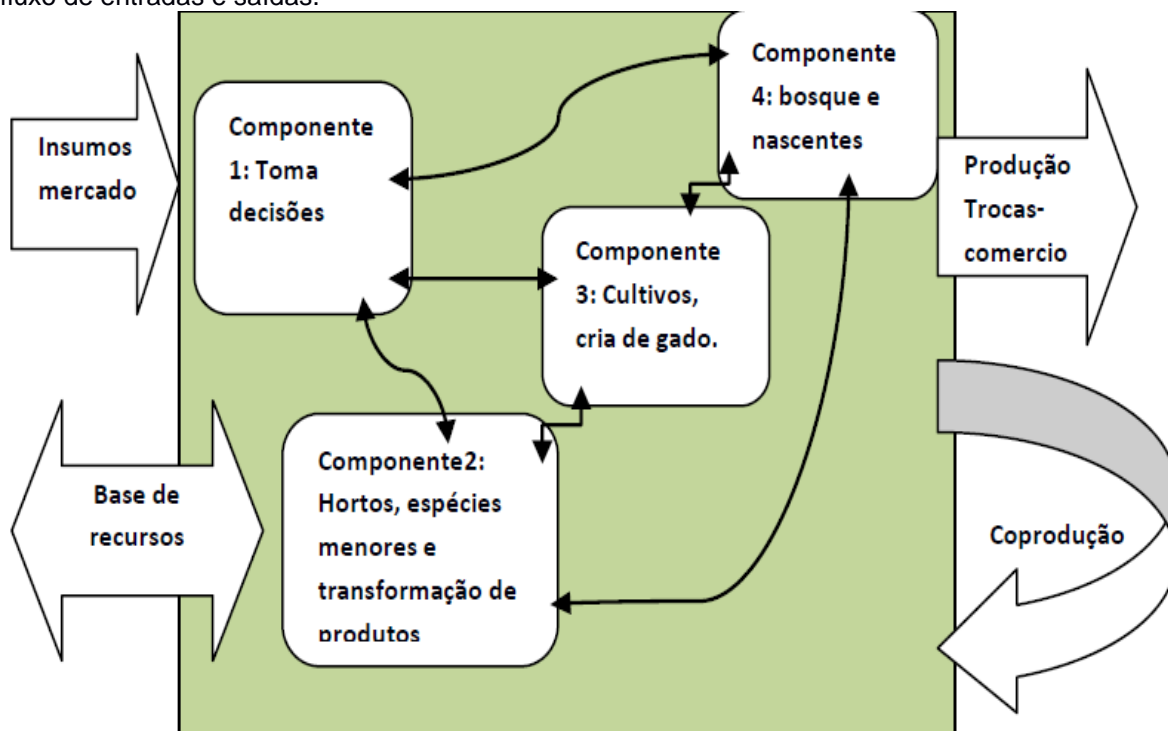
O exposto anteriormente corresponde à ideia dos camponeses de se pensar a propriedade como uma unidade total, definida segundo os recursos disponíveis e os objetivos da subsistência familiar. Esta forma de se relacionar com a terra e de organizar seus sistemas produtivos contrasta com a visão produtivista e de especialização imposto pela agricultura moderna.

Para as famílias da ASAP, desenhar as unidades de produção é uma prática fundamental, pois através desta que buscam integrar os diferentes componentes, aproveitar de forma eficiente os recursos disponíveis e permitir o melhor funcionamento do sistema para atender os interesses da família. A formação de sistemas camponeses de agricultura é uma expressão dos saberes das comunidades e suas capacidades de adaptação ecológica às condições locais (BARBETTA, 2012; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008; TOLEDO, 1996).

Estruturalmente as unidades de produção visitadas são formadas pela casa (componente 1) como o centro desde onde se administra e tomam as decisões sobre o manejo do sistema. Próximas a casa (componente 2), encontra-se as hortas

onde são produzidos os alimentos de uso diário que necessitam de maior cuidado. Nesta área também são encontrados os currais para a criação de espécies menores e a infraestrutura para a pós-colheita e de transformação de produtos. É nesta área que ocorrem muitas das atividades que permitem melhorar a eficiência e dar um valor agregado ao sistema. Um pouco mais distante (componente 3) se estabelecem os policultivos de espécies perenes e semiperenes que não demandam tanto cuidado como café, cana, banana da terra e frutais que são destinados para a geração de renda e também para complementar a produção de alimentos para o autoconsumo. No componente 3 é possível encontrar também os campos para a criação gado de duplo propósito. Além disso, algumas das propriedades mantêm zonas de proteção e conservação de bosque e nascentes de água, que podemos considerar como componente 4. Bosques e nascentes não demandam muitos cuidados, mas são de alta importância para a estabilidade do sistema. A Figura 32 apresenta o modelo típico de uma propriedade de uma família ASAP.

Figura 32 - Modelo dos agroecossistemas das famílias da ASAP, interações entre componentes e fluxo de entradas e saídas.



Fonte: Autor (2015)

A partir destes desenhos, os camponeses buscam melhorar o rendimento conjunto de seu sistema, diminuir as entradas provenientes dos mercados e aumentar a oferta de produtos e a coprodução, que coincide com a luta pela autonomia referida por Ploeg (2008). Neste processo é fundamental a diversificação de espécies criadas e cultivadas, das atividades, das funções e componentes que potencializem processos. Exemplificando, os biodigestores para o aproveitamento do esterco dos animais na produção de biogás e adubos, ou a diversificação com espécies de leguminosas que, além alimentar, proporcionam sombra para o cultivo do café e ajudam na fixação biológica de nitrogênio.

Isto se relaciona com o dito sobre a multifuncionalidade da agricultura camponesa (LOSCH, 2002), no sentido da produção conjunta de diversos produtos e processos para a realização de múltiplos objetivos. Os principais objetivos correspondem ao autoconsumo, comercialização e coprodução. Assim sendo, a multifuncionalidade da agricultura camponesa permite o distanciamento das práticas da agricultura moderna.

A diversificação e manejo da agrobiodiversidade, em tempo e espaço, constituem uma das pedras angulares da agricultura camponesa e agroecológica,

pois também permite a soberania alimentar, a estabilidade do agroecossistema e a recriação de muitos dos saberes tradicionais (TOLEDO, 2005; ALTIERI E NICHOLLS, 2003). No processo de reconfiguração de sistemas simples de monocultura de café a sistemas complexos agrobiodiversos, tem sido fundamental o trabalho que ASAP, desde 2001, vêm realizando no sentido da formação e capacitação agroecológica das famílias.

Altieri e Toledo (2011) argumentam que a agroecologia, como proposta científica e técnica e ligada aos movimentos sociais e ao saberes locais, está contribuindo de maneira significativa à agricultura sustentável. Especialmente ao incidir na restauração da autosuficiência local, a conservação e regeneração da agrobiodiversidade, à produção de alimentos saudáveis com baixos insumos e empoderamento das organizações camponesas. Isto abre novas possibilidades para as resistências camponesas e as agendas políticas sobre o desenvolvimento rural. Além disso, representam uma alternativa totalmente oposta às políticas neoliberais baseadas na agroindústria e agroexportação, como foi possível observar na experiência da ASAP.

A agroecologia, do ponto de vista dos agricultores, relaciona-se com o modo de vida camponês e com a resistência ao modelo de exploração do território. A seguinte fala manifesta que;

A agroecologia na ASAP não é uma oposição, não é um modelo, não é uma forma para comercializar com melhor preço, não é só uma ciência... A agroecologia para ASAP tem sido uma forma de relacionamento com o entorno, com a natureza, incluído nesta aos seres humanos, fortalecendo os laços sociais através da organização, resgatando as formas tradicionais de realizar as atividades cotidianas do campo... É a recuperação das sementes e raças crioulas, da cultura, dos saberes e conhecimentos ancestrais, da identidade com a terra, com a essência de existir, é soberania, é poder se alimentar bem, é o amor pela vida, é a defesa do território, pelo bom viver... É a recuperação de uma forma digna de viver (Conceito construído com os sócios da ASAP; Fonte: Trabalho de campo, 2014; tradução nossa).

É evidente a importância que a agroecologia possui em diferentes níveis desta experiência. Na organização social e política, a agroecologia influencia o reconhecimento do camponês como sujeito social com capacidade e saberes importantes para as mudanças sociais e construção do bem coletivo.

Na questão produtiva a agroecologia incide através do apoio ao uso de práticas locais ou adaptadas para melhor a eficiência do sistema de produção. É o caso da fabricação local de compostos e biofertilizantes, a diversificação, a transformação dos produtos, a geração do valor agregado e aproveitamento dos

recursos locais. Com tudo isto seria possível falar de uma engrenagem entre as resistências camponesas e a agroecologia, que derivado desenvolvimento local Figura 33, coincidindo com o dito por Ploeg (2009) sobre as resistências do terceiro tipo como um elemento chave para o processo de desenvolvimento autóctone e consolidação de propostas como a agroecologia.

Figura 33 - Engrenagem das resistências camponesa, a agroecologia e o desenvolvimento local



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Partindo da dimensão socioeconômica na ASAP, é importante compreender as diferentes formas como os camponeses organizam o trabalho e as metas visadas. O trabalho familiar, os acordos de vizinhanças e a associação, presente na comunidade estudada, são práticas para lidar com a competência e o individualismo capitalista que se impõe nas áreas rurais. Nesta pesquisa a organização do trabalho não se direciona apenas à obtenção de lucros, mas também está direcionada às necessidades básicas, manutenção da união familiar, geração de relações amistosas, liberdade de trabalho e, principalmente desfrutar a natureza.

Estas são funções que os camponeses procuram otimizar através da tomada de decisões sobre a produção, uso de recursos naturais disponíveis, destino da produção e diminuição dos riscos. Outorgando, a estas formas de produção, uma racionalidade própria e diferente da agricultura empresarial (VELEZ, 2015)

Para o sucesso e alcance dos objetivos e funções básicas das unidades de produção são necessárias múltiplas formas de articulação entre os sistemas socioeconômicos e os mercados. Essas formas de articulação podem dar-se mediante a venda dos excedentes da produção para o autoabastecimento, a

produção de cultivos destinados aos mercados e venda ou troca de trabalho familiar. Inclusive a realização de outras atividades não agrícolas, que denotam a pluriatividade da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2004) como mecanismos frente a ambientes pouco favoráveis.

Das observações de campo foi possível concluir que força de trabalho para o funcionamento dos sistemas é fundamentalmente familiar e que esta constitui o eixo organizador da produção. O tamanho e a composição das famílias são aspectos determinantes na divisão e organização do trabalho que se faz por sexo e idade. Geralmente as mulheres estão mais relacionadas com os afazeres domésticos, o cuidado das hortas e animais pequenos e a transformação dos produtos (componentes 1 e 2). Os homens são responsáveis pelo manejo dos cultivos, as atividades de trocas e comercialização e outros trabalhos fora da unidade de produção. Enquanto isso a maioria dos jovens divide seu tempo entre os estudos e atividades de acordo com cada momento de produção.

Porém, muitas famílias comentam que acabam recorrendo à contratação de mão de obra externa, como nas colheitas de café ou buscam outras formas de acordos com aqueles que ajudam em outras tarefas. Estes acordos não necessariamente são monetários, também são feitos mediante a troca de produtos ou recursos como moradia ou mão de obra. Ou seja, não há apenas relações monetárias envolvidas, mas também relações de solidariedade ou reciprocidade que contrastam com a lógica empresarial que busca maximização de lucros, a venda ou compra e a acumulação (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007). De acordo com Pinheiro (1986), ainda que a venda ou contratação de mão de obra não sejam considerados como um elemento estritamente camponês, estes se tornaram uma estratégia que lhes permitem a persistência.

Dentro das possibilidades de arranjos e formas de organizar socialmente a produção, um elemento central na experiência estudada é a articulação com redes que vão desde a formação de uma associação local (ASAP) até os níveis regionais, nacionais e internacionais. Este aspecto fundamental permite a gestão de recursos financeiros e humanos que dão suporte para a consolidação da proposta de resistência camponesa a partir de capacitações e oficinas ligadas à agroecologia. Bem como mediante a troca de experiências e abertura de mercados alternativos e justos. Segundo as famílias este elemento é o que permite manter a força da resistência e alguns dos agricultores salientam o processo de articulação e trabalho

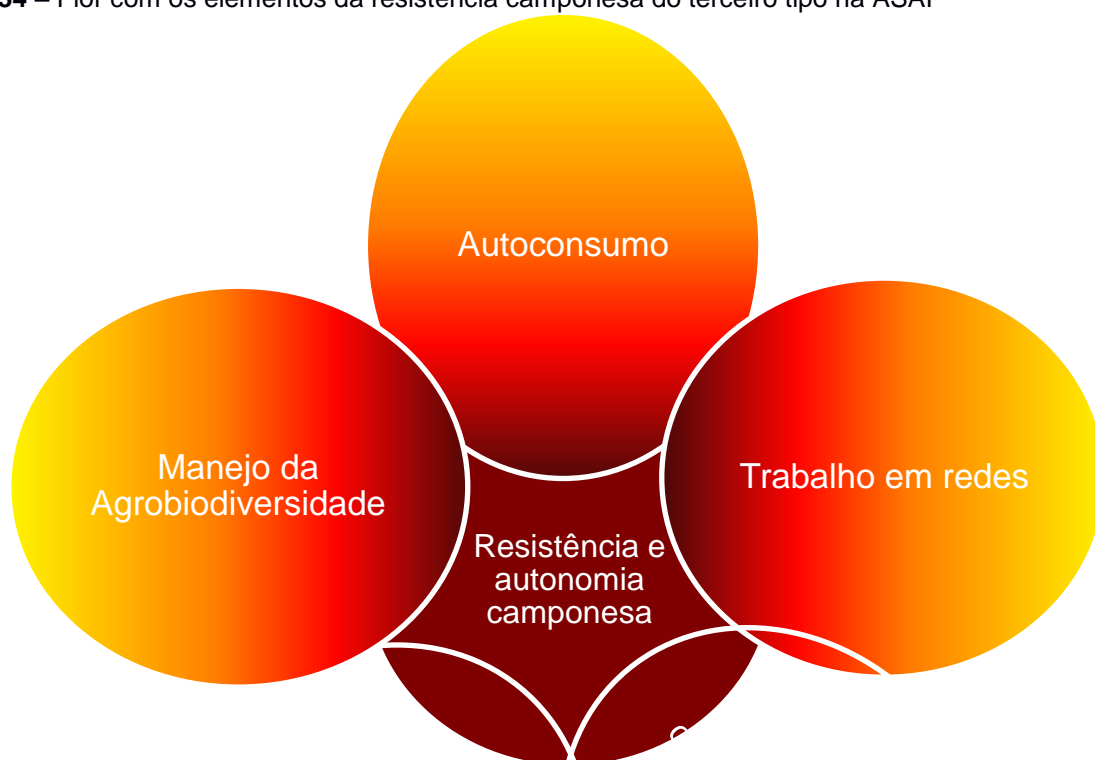
em rede como a prática mais favorável a defesa do território, pois trabalhando juntos eles podem ser mais fortes.

A experiência da ASAP compartilha muitas das características descritas nos processos camponeses de resistência em todo o mundo. Por exemplo, Hourtar e Wen Tiejun (2012) apresentam as conclusões sobre o Seminário Internacional de Agricultura Camponesa na Ásia, em Pequim no ano 2010. Os autores salientam que as necessidades dos camponeses asiáticos estão em torno do reconhecimento de sua importância, condições para uma vida digna e de uma visão holística que permita o estabelecimento de uma agricultura eficaz, que contribuía à proteção do ambiente e melhor condição de vida. Bautista *et al* (2012), argumentam que a resistência camponesa pela autonomia no estado de Jalisco (México), dão-se através de práticas direcionadas a uma agricultura orgânica, ao fortalecimento das capacidades locais, a defesa da terra e os recursos naturais e a recuperação da autosuficiência alimentar.

Em síntese, as diferentes formas e práticas das resistências camponesas, aqui expostas, podem ser agrupadas em categorias (Figura 34) que fazem referência a:

- a) autoconsumo;
- b) forma de fazer agricultura;
- c) a diversidade e multifuncionalidade;
- d) o saberes locais;
- e) o trabalho em redes.

Figura 34 – Flor com os elementos da resistência camponesa do terceiro tipo na ASAP



Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Estas categorias têm uma relação íntima com o fazer prático do trabalho cotidiano dos camponeses. Elas estão articuladas uma com a outra fortalecendo a resistência e a capacidade de agência dos camponeses como sujeitos proativos de seu próprio processo de desenvolvimento. A seguir serão detalhadas as categorias propostas.

5.3.1 O autoconsumo: prática central na agricultura camponesa.

A agricultura pensada a partir do autoconsumo, ainda que seja considerada como antiga e pouco viável, persiste como um elemento importante para a construção de estratégias de obtenção de recursos por parte das famílias rurais. Mas também são importantes à construção das relações sociais, econômicas e culturais, que são um exercício de territorialidade e de resistência das comunidades camponesas frente ao modelo dominante de desenvolvimento ligado às atividades comerciais (CARDENAS; RENTING, 2014).

O autoconsumo representa uma realidade distinta que aparece em contextos diferentes e expressa os repertórios culturais das comunidades locais. Porém, suas práticas em comum vão além da atividade produtiva e econômica, mas são também importantes aos ganhos sociais e a satisfação das necessidades básicas dos envolvidos nas atividades. A agricultura de autoconsumo constitui suporte à reprodução, à autonomia das unidades de produção e ao empoderamento das famílias camponesas.

No contexto dos países latino americanos, o autoconsumo é fundamental para a continuidade da agricultura camponesa, pois através deste é possível construir o processo de soberania e autonomia alimentar, além de manter o manejo sustentável de agroecossistemas. O autoconsumo tem relação direta com a coprodução descrita por Ploeg (2008), representa um mecanismo que permite a produção e reprodução do sistema não somente na questão alimentar, mas também na melhora do funcionamento da unidade produtiva. Como pode ser compreendido através da fabricação e uso de compostos para o manejo do solo. Contudo, o autoconsumo ainda não é foco de estudos e pesquisas científicas, assim como a agricultura de baixos insumos, os circuitos curtos e a geração de capacidades importantes nos processos camponeses (CARDENAS; RENTING, 2014).

Na experiência da ASAP, as transformações iniciaram através da valorização do autoconsumo como prática fundamental da agricultura. Anteriormente a este fato, o café, a cana de açúcar e a monocultura eram importantes. Atualmente o milho, feijão, mandioca criação de animais, dentre outras atividades, ganham o merecido espaço. Além disso, possibilita que a alimentação familiar seja independente dos mercados.

A diversificação das propriedades, a recuperação das hortas domésticas, a reprodução das sementes crioulas e a transformação dos produtos são algumas das formas que permitem o aumento dos níveis de autoconsumo e sustento familiar. Ou seja, para manter uma disponibilidade suficiente de alimentos é realizado o planejamento das lavouras levando em conta as quantidades necessárias ao consumo interno, as épocas do ano e os períodos dos cultivos. Um dos participantes comenta que,

O primeiro plantio se faz em março, aproveitando as épocas de chuvas, e se está coletando e agosto, o segundo plantio se faz lá nos finais de agosto ou setembro para coletar em dezembro ou janeiro. Assim se tem milho e feijão para tudo o ano, algumas vezes dá para trocar ou vender, outras não tanto assim... mas quase nunca falta pra nós...(Promotor ASAP; tradução nossa).

É importante evidenciar que a produção destinada ao autoconsumo e ao mercado são componentes integrais das estratégias camponesas de persistência. Neste sentido, essas práticas não podem ser consideradas antagônicas, mas sim como uma estratégia utilizada pelas famílias para manter o equilíbrio da produção objetivando maior autonomia.

As percepções sobre a produção dos seus próprios alimentos transcendem o material em direção ao simbólico. Sobretudo na luta pela soberania e autonomia alimentar, no poder de decisão, períodos de produção, consumo, distribuição e manutenção dos meios de produção. Em todas as famílias visitadas mais do que 75% dos alimentos são produzidos nas próprias terras, os alimentos que faltam são fornecidos na mesma propriedade e, uma pequena parcela, nos mercados populares. Uma das principais participantes da pesquisa comenta,

[...] aqui temos todas as verduras, milho, a mandioca, os ovos, o frango, a carne... a rapadura a trocamos com os dos engenhos comunitários e o arroz, a sal, o óleo e açúcar para fazer alguns doces os compramos cada 4 ou 5 meses... (Agricultora da ASAP; tradução nossa)

Portanto, através do autoconsumo se diminui a dependência dos mercados de alimentos, são construídas redes de trocas e, principalmente, são cultivadas a solidariedade e reciprocidade. A tabela 4 apresenta as contribuições do autoconsumo desde o ponto de vista do fornecimento e garantia dos alimentos conforme dados do campo.

Tabela 4 - Aportes do autoconsumo para a dieta familiar.

% que aporta a dieta familiar, % de alimentos consumidos que representado pela diminuição do custo na alimentação.	
70-80	80 -90

Fonte: Autor (2015)

Em geral, para o futuro da agricultura camponesa, é indispensável entender a relação entre a produção para o autoconsumo e a dirigida para o mercado, pois são dois elementos integrais que contribuem à continuidade das formas de produção camponesas. Não é possível compreender o autoconsumo como algo improdutivo, ao contrario é uma das forças motrizes que permite a produção e reprodução camponesa, logo, é um dos mecanismos mais importantes à resistência.

5.3.2 Agroecologia camponesa: uma agricultura baseada nos recursos locais

A agricultura baseada no uso dos recursos locais é essencialmente a arte da agricultura camponesa. Esta prática representa uma das formas mais importantes da resistência e diminuição da dependência de insumos estrangeiros (PLOEG, 2008).

Neste sentido, as unidades camponesas são desenhadas a partir do uso dos recursos locais disponíveis e com finalidade de assegurar a média de reprodução familiar. Isto acontece através do uso dos conhecimentos locais, representados no repertório cultural dos agricultores e junto aos novos saberes adquiridos no processo de formação agroecológica. Este conjunto de saberes permite compreender e organizar as unidades produtivas através de práticas interconectadas e orientadas a harmonizar a agricultura com a natureza. Este momento, de auxílio a eficiência do sistema agrícola, segundo Ploeg (2008), seria o processo da coprodução.

A decisão por um modelo alternativo da produção e apropriação do território corresponde à lógica e racionalidade camponesa de satisfazer suas necessidades a partir da natureza, garantindo a uma produção variável através da heterogeneidade espacial e a biodiversidade (TOLEDO, 1996). As decisões técnicas camponesas têm um *corpus* de conhecimento que se manifesta na *práxis* do trabalho agrícola

(TOLEDO, 2002). Ou seja, os camponeses e comunidades tradicionais estabelecem seus sistemas produtivos através dos processos cognitivos de saber-fazer que permitam a adaptação e sobrevivência a diferentes condições ambientais e socioeconômicas.

Estes conhecimentos e formas de fazer agricultura são fundamentais a construção das identidades camponesas, do relacionamento com o entorno e suas formas de reprodução material e simbólica. Porém, é justamente isto o que está sendo ameaçado pelos modelos capitalista de produção como a mineração e as monoculturas de exportação, na Colômbia e América Latina. Tendo em vista tal situação, as comunidades camponesas resistentes têm optado por defender e fortalecer seus modos de produção e organização social como estratégia de luta pela autonomia (BAUTISTA *et al.*, 2013).

De acordo com Altieri e Toledo (2012), estes processos de resistência estão geralmente acompanhados pela articulação entre diferentes movimentos sociais, camponeses, universidades e organizações não governamentais (ONGs), que trabalham em defesa da produção de alimentos, a proteção ambiental, o direito a vida, a diversidade cultural. Esses movimentos estão emergindo em diferentes cenários do mundo o que poderia ser denominado *revolução agroecológica*.

Através da Agroecologia são reconhecidos e expostos os diferentes saberes e formas de fazer agricultura e formação de sistemas eficientes de produção a partir do uso sustentável dos recursos locais pelos agricultores camponeses. De acordo com Petersen *et al* (2009), a Agroecologia como ciência baseada na articulação dos saberes locais com o científicos, oferece possibilidades para as formas de agricultura sustentável que envolvam as comunidades camponesas e contribuam ao melhoramento da qualidade de vida no planeta.

Segundo Altieri (1999), a Agroecologia faz referência aos princípios que guiam as práticas agrícolas e produtivas que permitem a produção de alimentos e outros produtos sem o uso de agrotóxicos. Dentre os princípios mais importantes se encontram:

- a) a reciclagem de biomassa;
- b) assegurar as condições favoráveis do solo com altos conteúdos de matéria orgânica;
- c) minimizar a perda de nutrientes no sistema;

- d) fomentar a diversificação genética e de espécies, tanto nas paisagens quanto nas propriedades;
- e) incrementar as interações biológicas e sinergismos entre os componentes de um agroecossistema como um todo (ALTIERI, 1999).

Porém, a Agroecologia não se reduz aos princípios ecológico-produtivos, além disso, incorpora outros princípios e metas sociais, culturais e políticas. A partir deste pensamento é possível pensar a Agroecologia além de uma estratégia para a transição ecológica dos sistemas agrícolas. Portanto, a Agroecologia configura-se em um pilar fundamental para a construção de soberania alimentar e o bem estar das comunidades (MACHINE SOSA *et al.* 2012).

Conforme a ASAP, a reconfiguração agroecológica das unidades produtivas é a principal estratégia para que os objetivos de permanência no território, defesa das identidades camponesas, soberania alimentar, autonomia e desenvolvimento local, sejam atingidos. Para isto, a organização camponesa ASAP tem concentrado esforços na geração de alianças estratégicas que permitam gestão e financiamento de iniciativas com objetivo de fortalecimento e formação de grupos que reflitam sobre patrimônio cultural e natural. Ainda, que estes grupos incluam a participação cidadã, emponderamento e reconhecimento dos jovens e das mulheres, a configuração das unidades produtivas como mantenedores da defesa e valorização do modo de vida camponês na região.

Sobre a produção propriamente dita, a agricultura camponesa baseada nos recursos locais e a produção agroecológica estão intimamente ligadas no que se referem às práticas, princípios e processo presentes no desenho de agroecossistemas mais eficientes e sustentáveis. Nas unidades produtivas pesquisadas foi possível observar a redução de até 80% de insumos externos através do processo de reconfiguração agroecológica. Ainda é possível perceber o uso de práticas como a elaboração de extratos vegetais para o manejo fitossanitário dos cultivos, a fabricação caseira de concentrados para alimentação animal, a obtenção de bioenergia, fabricação de compostos, uso de coberturas vegetais para conservação de solos, a recuperação e conservação das sementes crioulas. Todas essas são práticas utilizadas pelos camponeses e que os afastam e diferenciam dos modelos de agricultura impostos baseados nos mercados de insumos.

As unidades produtivas das famílias da ASAP são sistemas complexos que incorporam de maneira planejada a diversidade de cultivos, árvores e animais. Assim surgem interações e sinergismos entre os próprios componentes do agroecossistema e o suprimento das necessidades de manutenção como a fertilidade do solo, manejo das populações de pragas, irrigação e obtenção da semente. Isso resultará em altos grãos de produtividade total por unidade de área, com dependência mínima de insumos externos, com estabilidade produtiva e diminuição da necessidade de mão de obra e investimentos (MONZOTE *et al.*, 2001; citado por MACHÍN SOSA *et al.*, 2012)

Diminuir a dependência de insumos do mercado é uma forma direta de resistir ao modelo capitalista de produção e consumo. Na medida em que as famílias avançam no processo de transição agroecológica do sistema, elas percebem como a relação custo benefício é positiva, permitindo maiores margens de renda e menores riscos na produção. Contudo, outras coisas também surgem, como a importância da proteção dos recursos naturais como a base material da qual depende a produção e reprodução familiar, o valor dos saberes locais, a dignificação do trabalho agrícola e a produção de alimentos saudáveis. Aspetos que segundo eles têm relação com o melhoramento de suas condições de vida e do desenvolvimento local.

5.3.3 Manejo da Agrobiodiversidade

É possível definir a agrobiodiversidade como o conjunto de diversos cultivos, junto com animais e outros organismos cultivados e criados nos diferentes territórios. Isto resulta dos processos de seleção realizados pelos agricultores ao longo das gerações. Essencialmente é um produto da intervenção humana nos ecossistemas, através da interação entre os processos naturais, os conhecimentos e as práticas desenvolvidas e compartilhadas pelos agricultores.

A diversificação e manejo da agrobiodiversidade representam a resistência ante a monocultura, ante as rotinas, interesses e formas dos modelos da agricultura moderna. Por isso o manejo da agrobiodiversidade, como prática nas unidades produtivas estudadas, representa um elemento fundamental à permanência do modo

de produção camponesa, sua soberania alimentar e a luta pela autonomia. Esta atividade é observada nas unidades das famílias, através de práticas como a mistura planejada de espécies e variedades, as rotações de cultivos. Ainda, o estabelecimento de cercas vivas e corredores biológicos, a integração da criação de animais e cultivos, e a recuperação e uso das sementes crioulas e nativas, etc., que dedicadamente os agricultores realizam como parte de seu ofício cotidiano.

A agrobiodiversidade constitui o centro da segurança, soberania e autonomia alimentar da humanidade, pois nela se encontram os genes que permitem a resistência e tolerância perante situações de secas, excessos de umidade, altas e baixas de temperaturas, ataques de enfermidades e insetos. Graças a ela operam os mecanismos de regulação biológica entre microorganismos, insetos, decomposição da matéria orgânica, ciclagem de nutrientes e também para fazer frente à mudança climática (VELEZ, 2015)

As formas camponesas de agricultura contribuem para a diversidade biológica e cultural, pois a partir destas práticas racionalidades particulares e conhecimentos para o manejo dos recursos naturais. Esses conhecimentos e saberes são expressos nos seus sistemas produtivos, crenças e cerimônias, consequência de sua coevolução com seu entorno social-natural. Estes conhecimentos constituem fontes fundamentais para o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis (PLOEG, 2010; GLIESSMAN, 1998; ALTIERI, 1991; TOLEDO, 1985).

Conforme Velez (2015), as expressões mais importantes da agrobiodiversidade são os cultivos múltiplos que representam uma alternativa com respeito às monoculturas. O autor cita as vantagens destes arranjos produtivos no sentido de uma maior eficiência no uso de recursos escassos e custosos como a terra. Também se refere à diminuição de riscos por perdas de cultivos, maior segurança econômica e alimentar e sustentabilidade ecológica. A partir das famílias estudadas é possível perceber a troca da monocultura do café por outras espécies tanto de interesse comercial como de autoconsumo e melhoramento do solo. Nestes sistemas de cultivos todas as espécies são importantes e têm funções e usos, como os ingás que suprem o nitrogênio ao solo, servem de lenha e é alimento para os animais. Já o abacaxi serve de cerca viva e é alimento, o mesmo ocorre com as bananeiras, a mandioca, as laranjeiras e as hortas (Figura 35).

Atualmente, os membros da associação possuem mais espécies e variedades em relação aos membros de 20 anos atrás. A variedade de produtos alimentícios

aumentou significativamente reduzindo a dependência dos mercados de produtos. A diversificação das unidades produtivas é uma estratégia de confronto e controle frente às grandes empresas e mercados. Assim surgem novos produtos e serviços, ao mesmo tempo em que são criados novos mercados e circuitos justos. Tudo isto abre possibilidades para melhorar a economia das famílias, além de servir como prática fundamental à reestruturação ecológica dos agroecossistemas.

Figura 35 - Espécies vegetais mais freqüentes nas propriedades visitadas

Nome comum	Nome científico	Usos principais
Milho	<i>Zea mayz</i>	Alimento, Forragem, Venda
Banana da terra	<i>Musa sp.</i>	Alimento, Venda
Abacate	<i>Persea americana</i>	Alimento, Venda
Mandioca	<i>Manihot sculenta</i>	Alimento, Venda
Banana	<i>Musa paradisiaca</i>	Alimento
Laranja, limão, bergamota	<i>Citrus sp.</i>	Alimento
Café	<i>Coffea arabica</i>	Transformação, Venda
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Alimento, Venda
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Alimento, Cerca viva
Goiaba	<i>Psidium sp.</i>	Alimento, Transformação
Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>	Alimento
Alface	<i>Lactuca sativa</i>	Alimento
Arracacha	<i>Arracacia xanthorrhiza</i>	Alimento
Amora	<i>Rubus sp.</i>	Alimento, Transformação
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>	Alimento, Transformação
Batata	<i>Solanum tuberosa</i>	Alimento, Venda
Ervilha	<i>Pisum sativum</i>	Alimento
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>	Alimento
Cebola	<i>Allium cepa</i>	Alimento
Hortelã	<i>Mentha sp.</i>	Medicinal
Calêndula	<i>Calendula sp.</i>	Medicinal, Transformação, Venda
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Alimento, Transformação
Mamão	<i>Carica papaya</i>	Alimento
Abobora	<i>Cucurbita sp.</i>	Alimento
Cana	<i>Saccharum officinarum</i>	Forragem, Transformação, Venda
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Maderavel, Sombra
Guama	<i>Inga edulis</i>	Alimento, Sombra, Melhora o solo
Beterraba	<i>Beta vulgaris</i>	Alimento
Lulo	<i>Solanum quitoense</i>	Alimento, Venda
Urtiga	<i>Urtica dioica</i>	Medicinal, Bioles
Alho	<i>Allium sativum</i>	Alimento, Medicinal, Bioles
Nogal cafeiteiro	<i>Juglans regia</i>	Maderavel, Sombra
Guayacan	<i>Tabebuia sp.</i>	Maderavel, Estetica
Cardamomo	<i>Amouon sp.</i>	Transformação, Venda

Fonte: trabalho de campo (2014)

A diversificação agroecológica e a monocultura são duas lógicas que se contrapõem. Por um lado há reivindicação camponesa que procura independência da monocultura visando aumentar a autonomia a partir da agrobiodiversidade. Por outro lado existe a lógica empresarial que tem por finalidade aumentar os rendimentos e a produtividade baseados na especialização em um cultivo de interesse comercial.

Em concordância com Santilli (2009), a perda de agrobiodiversidade gerada pelos modelos padronizados de agricultura ameaça fortemente a diversidade biológica. Além disso, compromete as agriculturas camponesas e ainda o agronegócio, já que são os recursos vegetais necessários para o melhoramento genético que estão sendo perdidos. Dal Soglio (2009), argumenta que os impactos da perda da agrobiodiversidade perpassam as relações socioeconômicas ao ir na contramão da evolução e do desenvolvimento.

A perda da agrobiodiversidade esta relacionada com a diminuição da de soberania alimentar e com o aumento da dependência dos povos aos mercados de sementes e raças controlados pelas indústrias. Essas indústrias têm usurpado o direito tradicional das comunidades para o uso das sementes e seu material de propagação vegetal e animal adaptadas aos agroecossistemas locais, assim como seus conhecimentos associados, que resulta em graves consequências para os processos de produção autóctone e desenvolvimento endógeno (DAL SOGLIO, 2009)

Neste sentido, as resistências camponesas baseadas nos processo locais de agricultura, a coprodução e a agrobiodiversidade cumprem um papel fundamental ao sistema produtivo e alimentar de países como a Colômbia. Neste país grande parte dos alimentos que chegam às cidades são produzidos por pequenos agricultores. A produção camponesa é variada e heterogenia, portanto cada família necessita controlar suas sementes, conservá-las e multiplicá-las, para poder continuar assegurando a reprodução da vida. A preservação da agrobiodiversidade nos sistemas camponeses tem sido referida e estudada nos últimos anos como parte das estratégias orientadas à conservação *in situ* da diversidade agrícola e à luta camponesa pela autonomia.

5.3.4 A arte do saber-fazer (artesanal) e o conhecimento local

O fazer artesanal é a unidade orgânica de trabalho mental e manual que possibilita um controle direto sobre o processo de produção e sua melhora (PLOEG, 2008). A atividade artesanal é precisamente uma das formas mais acessíveis aos camponeses para resistir aos modelos industrializados de produção. Além disso é uma das principais estratégias para complementar a economia agrícola familiar, já que para seu estabelecimento não são necessários de altos investimentos e, devido à tradição familiar, o camponês não encontra maiores dificuldades no que se refere ao conhecimento de técnicas artesanais. A manutenção do trabalho artesanal está relacionada com a geração contínua de novidades orientadas a reprodução material e simbólica das famílias

A complementaridade entre a agricultura camponesa e a arte de “saber fazer” é evidente. No caso das famílias da ASAP esta arte está representada nas múltiplas ações como a transformação do café, a produção de rapadura de cana, os sistemas agroflorestais, a produção de bioenergia, a geração de valor agregado aos produtos, práticas para o manejo dos solos e águas e a elaboração de tecidos. Com isto o conhecimento local é reconhecido e desenvolvido para estimular melhorias tanto no rendimento da unidade produtiva como na autonomia.

O conhecimento camponês é um conhecimento essencialmente prático através do qual os produtores camponeses e suas famílias são atores sociais com capacidades para gerar e transmitir conhecimentos. Sobretudo com capacidade de acumular experiências, inovar, experimentar e, por fim, configurar identidades culturais a partir de seu trabalho cotidiano e interação com a natureza (TOLEDO, 1995).

Dentre as percepções das famílias estudadas, o trabalho é uma atividade obrigatória com diferentes finalidades como a alimentação, aquisição de bens pessoais e a subsistência geral das famílias. Ainda, o trabalho outorga sentido ao cotidiano destes camponeses e assegura o futuro para a família. O saber fazer representa o esquema cognitivo utilizado pelos agricultores camponeses no seu trabalho diário, que contrasta com os modelos e pacotes impostos pela agricultura moderna.

Assim os camponeses da ASAP configuram e organizam o trabalho partindo do reconhecimento de suas possibilidades e da procura por respostas às limitações

técnicas a partir da retroalimentação com o trabalho prático (prova - erro). Nesta pesquisa foi possível evidenciar como os camponeses estão constantemente buscando soluções aos problemas que se apresentam nos plantios, na criação dos animais e na comercialização. Por exemplo, em relação à produção de café eles optaram por diversificar seus sistemas agindo de uma forma diferente à imposta pelas instituições agrícolas oficiais. Além disso, os próprios camponeses transformam o produto colhido em café tostado que distribuem em circuitos diferentes de comercialização evitando intermediários. Este processo acontece graças à capacidade de inovação e aos saberes acumulados pela experiência e o fazer cotidiano.

De acordo com Martinez-Castillo (2008), a agricultura camponesa, com sua economia de subsistência é uma combinação de práticas agrícolas (extração florestal, caça, pesca, cria de animais, artesanatos), que protegem a sua comunidade rural contra as flutuações do mercado e eventualidades naturais. Isto explica o porquê dos camponeses não serem somente agricultores, mas também artesãos dos processos de coevolução e coprodução que permitem sua reprodução como sociedade. A arte de saber-fazer é a força motriz que materializa a resistência e relaciona-se com a construção e a prática do local.

5.3.5 O trabalho em redes

O trabalho em redes (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007; HIGGINS, 2005), constitui uma potente prática para dinamizar os processos de desenvolvimento. Especialmente devida à contribuição do trabalho ao fortalecimento do tecido social, a diferenciação da economia local, a abertura de novos mercados e a obtenção de objetivos comuns.

O fortalecimento das redes e os sistemas de produção sustentados em estruturas comunitárias (relações de solidariedade, reciprocidade, parentesco e cooperativas), são extremamente importantes para as comunidades no momento em que elas exploram alternativas que lhes permitam fortalecer suas economias e melhorar suas condições de vida a partir de seus valores, estruturas sociais e culturais (LONDOÑO, 2008).

Estes tipos de resultados são observados no trabalho cotidiano da organização camponesa através da participação em encontros, negociações, capacitações, feiras e do processo de gestão do território. Ainda, esses resultados decorrem da articulação com outras organizações que defendem a agricultura camponesa como o Cinto Oeste Ambiental – COA. Esta organização funciona como uma proposta regional que avança na construção de políticas públicas em benefício da economia camponesa no território do sudoeste.

No COA se trabalha para fortalecer os modos de produção camponês que vai da agroecologia e o saber local à formação civil e política das comunidades como elemento chave na luta pela permanência no território. Os avanços estão relacionados com a integração e articulação regional dos diferentes atores envolvidos com as economias camponesas.

ASAP tem incentivado um trabalho articulado com outras organizações de incidência regional, nacional e internacional, com as quais tem fortalecido o processo e gerado alianças estratégicas para o desenvolvimento da proposta. Entre as organizações mais influentes na experiência da ASAP, estão: a Rede Colombiana de Agricultura Biológica (RECAB), MAELA, SWISSAID. O trabalho em rede é uma prática muito importante na associação por possibilitar, entre outras coisas, a formação de promotores camponeses agroecológicos e a gestão de recursos através de cooperação financeira para projetos comunitários da associação.

A participação em encontros, os intercâmbios, os mercados justos e o trabalho coletivo, favorecem o compartilhamento de diversos saberes sobre os sistemas produtivos, agrobiodiversidade, alternativas de mercado, culinária e organização social. Essas práticas resultam em reconhecimento dos saberes camponeses, visibilidade dos processos locais e motivação a favor de pelas alternativas agroecológicas e de agricultura tradicional. Estas formas comunitárias de agregação são mecanismos fundamentais à consolidação do processo de desenvolvimento autônomo camponês da ASAP frente ao empreendedorismo e controle do mercado imposto pelo modelo hegemônico de agricultura industrial como política de desenvolvimento rural.

As feiras de produtos camponeses, os circuitos curtos de distribuição e vendas diretas, são alternativas para evitar intermediários e injustiças próprias dos mercados. Além, estas estratégias permitem melhores margens de lucros e contribuem ao fortalecimento das relações de confiança entre produtores e

consumidores, uma questão necessária e ainda pouco tratada pelo desenvolvimento rural.

5.4 PROPOSTAS E PERSPECTIVAS DA LUTA CAMPONESA

É clara a necessidade de modos de agricultura que superem a insustentabilidade do modelo industrial e capitalista. Atualmente, perante crises globais, são necessárias formas de produção mais harmônicas e de reciprocidade com os recursos não renováveis. Ainda, são necessárias práticas que contribuam à preservação do solo, da água e da biodiversidade, que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e produzam alimentos saudáveis em quantidades suficientes para a população (DAL SOGLIO, 2009; MARTINEZ-ALIER, 1994). Nesse sentido, este estudo tem demonstrado como os sistemas de produção dos camponeses da ASAP possuem características que podem servir de base para a redução da pobreza, da fome, da poluição e proporcionem o avanço dos modos de desenvolvimento rural sustentável.

Assim como a ASAP existem muitas outras experiências e movimentos de camponeses ao redor do mundo que confirmam a importância social, econômica e ambiental das agriculturas camponesas. Por exemplo, a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores em Cuba (ANPAC), as organizações que conformam a La Via Campesina, o Movimento Agroecológico da América Latina e o Caribe (MAELA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST).

Alguns elementos comuns a estas experiências são as organizações sociais e cooperativas, bem como a adoção de formas alternativas de produção e uma ampla participação de todos, especialmente a promoção da igualdade de direitos às mulheres e aos jovens. Desta forma, o progresso e apoio na implantação deste tipo de medida podem beneficiar e estimular o desenvolvimento sustentável. Porém, ainda são insuficientes os esforços das políticas públicas e os direitos dos camponeses sobre uso da terra, água e outros recursos naturais; gestão conjunta desses recursos de forma sustentável e com igualdade de direitos. Também não é suficiente o estabelecimento de estruturas que favoreçam a situação econômica, educação e capacitação, controle de qualidade, aumento da produtividade, acesso ao crédito e comercialização.

Alguns países como o Brasil e recentemente a Argentina, têm incluído em suas políticas agrícolas o papel da agricultura familiar como um elemento importante na produção nacional. Mesmo que haja o avanço em termos do reconhecimento diferencial de outros modos de agricultura estes projetos ainda têm uma inclusão parcial e são dependentes de resultados eleitorais.

Na Colômbia, por exemplo, não existem garantias reais e abrangentes para a agricultura camponesa. Pelo contrário, cada vez mais se incrementam processos de concentração de terras, privatização da água, proibições no uso de sementes, monopolização dos mercados, pouco acesso a crédito, mineração, baixa renda, importação de alimentos, etc. (MOLANO, 2015).

Apesar de tudo isto, as iniciativas camponesas constantemente estão construindo, partindo das práticas cotidianas, mecanismos de resistência que visam à melhora das condições para o seu desenvolvimento e suporte. O estudo da experiência da ASAP permitiu compreender como os camponeses organizam seus modos de vida conforme as práticas de produção para o autoconsumo de alimentos, a agroecologia como modo de vida e de desenvolvimento, a diversificação dos sistemas de produção, o trabalho em redes de cooperação e o fazer local, que foram descritos na seção anterior deste capítulo como formas de resistência importantes para o desenvolvimento local.

A luta do campesinato colombiano por reconhecimento se dá por meio da inserção popular na construção de políticas e nas demandas pelo direito de participação no processo produtivo nacional com acesso a terras, créditos, tecnologias apropriadas e direitos cidadãos. Logo, as reivindicações procuram reverter as condições de vulnerabilidade que sustentam a exclusão (SALGADO; PRADA, 2000). Não obstante, a luta camponesa na Colômbia também reclama pela autonomia, a defesa dos territórios com suas identidades, pela soberania alimentar e o direito fundamental à vida. Hernandez (2008), com base nas resistências civis, salienta os processos das comunidades populares (camponeses indígenas, afrodescendentes) em todo país a favor da construção de territórios de paz e bem estar.

Para Fajardo (2006), uma expressão destes processos de resistência está materializada na construção de Zonas de Reservas Camponesa (ZRC) em diferentes regiões do país como a figura mais importante da luta pela autonomia camponesa na Colômbia. As ZRC afirmam a identidade e o modo de vida

camponês, dentro de territórios construídos e conservados pelas comunidades locais. Porém, o autor reconhece que ainda falta muito para a consolidação destes espaços e que o mais necessário é o apoio e reconhecimento por parte do Estado.

A resistência da ASAP se dá no marco destas lutas. As práticas e mecanismos desenvolvidos pelos camponeses da associação são respostas aos contextos de exclusão, mas também é a esperança da construção de formas mais dignas, justas e inclusivas de permanecer no campo. As formas de organização do trabalho e as unidades de produção correspondem com as perspectivas da continuidade camponesa no sudoeste antioquenho e a busca do bem estar coletivo.

Conforme Grueso *et al* (2008) as resistências, como categoria chave da continuidade e permanência das populações tradicionais na Colômbia, estão associadas a uma série de valores fundamentais como a vida, a liberdade, integridade e proteção. Neste sentido, os camponeses reivindicam sua condição de sujeito coletivo e o direito a vida, não como garantia individual da existência da cada pessoa, mas sim dos fundamentos que permitem permanência e preservação das identidades diferenciadas. Consequentemente se declara que para respeitar o direito à vida coletiva e digna o Estado deve garantir e proteger os direitos ao território, a autonomia, a participação e o desenvolvimento próprio.

A proposta camponesa da ASAP a respeito da agroecologia como forma de vida é baseada na busca de relacionamentos mais harmônicos com a base de recursos que sustenta sua reprodução física e simbólica. Portanto a construção de processos de resistência com objetivo de defender o território e a soberania alimentar como elementos fundamentais para autonomia e dignidade camponesa.

Assim os mecanismos de resistência e luta por autonomia presentes na trajetória da ASAP são manifestações de sua capacidade de agência. Sobretudo, representam construção de espaços que reivindicam o desejo camponês por um reconhecimento do Estado representado em políticas públicas que apoiem e protejam seu modo de vida e produção. Uma análise detalhada da luta camponesa na Colômbia evidencia algumas características e perspectivas como;

- a) a reivindicação do campesinato como sujeito político e social;
- b) luta pela permanência no território;
- c) a necessidade de proteger e melhorar a base de recursos;
- d) a resistência como processo de construção das identidades culturais;
- e) identificação do modelo econômico como causa da problemática;

- f) a ressignificação e construção de propostas de desenvolvimento desde as bases;
- g) a articulação em torno de alianças estratégicas.

Os pontos ditos anteriormente representam um leque de medidas e ações que comunidades camponesas na Colômbia demandam para uma inclusão efetiva no projeto nacional. Frente aos grandes desafios atuais de pós-conflitos no país, estas petições devem ser tomadas como instrumentos para a construção de políticas públicas.

Finalmente, e talvez o mais essencial, é o reconhecimento dos camponeses como atores sociais com plenos direitos e com capacidade de representação política e participação na construção de projetos de desenvolvimento local e nacional. Mas esse reconhecimento não se limita à expedição de leis, mas o reconhecimento se dá mediante fatos positivos em termos de políticas públicas e atitudes da sociedade civil frente ao setor rural. Sendo assim, a valorização do campesinato abarca o respeito, justiça social, a equidade e a igualdade de oportunidades (PNUD, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar as práticas desenvolvidas pelos agricultores para o manejo de seus cultivos e terras acabou por demonstrar muito mais sobre o que os camponeses buscam com a atividade agrícola que apenas as palavras e os discursos. Para os camponeses da ASAP, a agricultura é mais que a produção de mercadorias, ela representa um relacionamento diferente com a natureza e com a cultura. É a esperança por uma vida melhor, por ambientes saudáveis e produtivos e pelo reconhecimento dos camponeses como sujeitos importantes para o desenvolvimento do país. O fomento da biodiversidade, o cuidado dos recursos naturais, as formas de cooperação, o amor pelo trabalho e o orgulho pela identidade, são os valores que fortalecem estes processos de autogestão e construção local de alternativas na busca do bem-estar.

Através das percepções dos agricultores se evidenciou que a organização social e o modo de fazer agricultura são claros exemplos da resistência frente ao avanço dos modelos padronizados de desenvolvimento. Os camponeses lutam pela dignidade e a autonomia, entendidas como o direito de participar e decidir sobre seu presente e futuro, na possibilidade de permanecer nos territórios, na criação de oportunidades e na construção da soberania alimentar como condições necessárias para a continuidade de seus modos de vida.

Estar próximo às propriedades camponesas permitiu entender que estas são mais que espaços de produção, elas são o cenário central onde se desenvolve o fazer cotidiano do camponês, são os lugares de trabalho, prazer, ócio, crescimento, orgulho e esperança. As *fincas* representam o primeiro nível no qual é tecida a resistência e se constrói a autonomia. Portanto, por isso a agricultura camponesa difere da lógica capitalista que concebe a terra como um meio de produção a ser explorado. A ruptura do individualismo e a aposta por formas cooperativas de agir é talvez uma das estratégias que mais fortalece e sustenta o trabalho da ASAP. De acordo com os diferentes atores participantes desta experiência, as transformações e avanços alcançados resultam do trabalho coletivo e da organização social.

Com as questões formuladas neste trabalho e a inserção em campo foi possível compreender as problemáticas enfrentadas pelas comunidades camponesas nesta região, bem como as práticas e mecanismos desenvolvidos para confrontá-las. Assim se evidenciaram processos diferenciados de fazer agricultura e

de organização do trabalho que visam à reprodução e continuidade das suas formas de vida. As formas de vida dos camponeses configuram-se a partir de práticas como o autoconsumo, o reconhecimento dos saberes locais, a diversificação, o aproveitamento sustentável dos recursos locais, o trabalho com redes de cooperação e outros aspectos não explorados nesta pesquisa, mas que são igualmente importantes como a participação e inserção política.

Estas práticas constituem um importante acervo de conhecimentos e soluções locais que apontam formas diferentes, justas e sustentáveis para se pensar o desenvolvimento rural. Com base nisto, estas práticas são compreendidas como categorias ou mecanismos da resistência, importantes para a construção de política pública que fortaleçam as formas camponesas de vida e produção.

No entanto, é importante esclarecer os limites desta pesquisa. Tendo em vista a amostra analisada neste trabalho não é possível formular generalizações e, além disso, outras categorias podem surgir em contextos e modelos agrícolas diferentes. Por isso, é oportuno fazer estudos em diferentes realidades e com distintas comunidades de agricultores que expressem formas diferentes de resistir ou não, de modo que se possa chegar a conclusões mais envolventes da realidade do campesinato na Colômbia.

O referencial teórico adotado para o presente estudo permitiu demonstrar que as formas de resistência camponesa também envolvem manifestações e revoltas abertas, fechadas e camufladas de sabotagem. Também podem ser materializadas no cotidiano do trabalho e nas unidades produtivas através de práticas interligadas e coerentemente estruturadas segundo os interesses das famílias e a comunidade.

Metodologicamente foi muito importante construir relações de confiança que permitiram um melhor fluxo e tranquilidade em campo. Realizar mais de uma visita e compartilhar diferentes espaços com os participantes da pesquisa permitiu compreender o cotidiano e formas de trabalho de uma maneira abrangente. Esperar os momentos oportunos e poder acompanhar as rotinas ao longo de um período possibilitou o acesso a informações arraigadas no íntimo de cada pessoa.

As técnicas etnográficas utilizadas, entrevistas e observação, contribuíram de forma satisfatória para atender aos objetivos deste trabalho, principalmente para visualizar as percepções dos camponeses sobre seus contextos e suas formas de agir. Porém, para próximos estudos sobre as resistências do terceiro tipo, seria

interessante complementar com outras ferramentas do diagnóstico rural como os indicadores de sustentabilidade.

Um estudo mais detalhado das práticas para o manejo das propriedades e as resistências poderia ser realizado a partir de um olhar antropológico sobre as práticas e a lógica ecológica contida nelas. Estudos de uma natureza etnoecológica podem ser muito úteis para a construção de processos visados para promover o desenvolvimento local e sustentável a partir da perspectiva agroecológica.

Tendo em vista a capacidade de agência e de transformação inerente aos atores, foi possível observar como os processos de transição agroecológica e fortalecimento da base de recursos é resultado da autonomia e qualidade de vida destas pessoas. A geração de novas capacidades, valorização dos conhecimentos locais, defesa dos direitos coletivos são algumas das reclamações presentes nas ações desenvolvidas pelos agricultores.

As reivindicações dos camponeses pautam-se no reconhecimento de seu papel na sociedade e na demanda de instrumentos para sua proteção e apoio. No trabalho de campo observaram-se como as estratégias dos agricultores buscam preencher os vazios e limitações causadas pelo modelo econômico promovido pelo Estado. Neste sentido as formas de resistência desenvolvidas pelos agricultores se tornam no ponto de partida para a construção qualquer política pública. Assim são necessários estudos que considerem as perspectivas, motivações, necessidades e interesses dos diferentes atores, que possam contribuir para processos de desenvolvimento rural que contemplem a complexidade e diversidade de contextos sociais, ambientais e culturais.

Por fim, tudo isso deveria estar inserido na construção de políticas públicas em torno do reconhecimento social do campesinato. Sobretudo baseadas em leis que definam os papéis do governo nacional, estadual e municipal que garanta e dê continuidade às agriculturas camponesas. Deste modo, há a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento rural sustentável não restrita apenas a declaração de diretrizes e intenções, mas que seja estruturada em eixos como:

- a) garantir o acesso justo a terras para os camponeses (reforma agrária);
- b) criar instituições públicas específicas para a agricultura familiar camponesa que articulem com espaços de participação civil;
- c) fomentar a soberania alimentar através da agroecologia e dos conhecimentos e modos de produção locais;

- d) parar os processos neoliberais de produção e apropriação dos territórios e economias;
- e) promoção da qualidade de vida, através de mais cidadania, ampliando as oportunidades e liberdades das pessoas no meio rural, e melhorando a qualidade dos serviços e infraestrutura;
- f) fortalecer a produção agropecuária sustentável e gerar novas oportunidades de mercados justos.

Só assim será possível reconhecer o importante papel das comunidades camponesas como gestoras da diversidade, detentoras de conhecimentos e identidades culturais, persistentes produtores agrícolas e de alimentos. Estas funções são fundamentais em termos sociais, culturais, econômicos, político e ambientais. Portanto, são indispensáveis à construção de processos que contribuam para a melhora das condições de vida dos colombianos

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, Anpocs, Editora da Unicamp, 1992
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI M. **Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999.
- ALTIERI, M. Linking ecologists and traditional farmers in the search for sustainable agriculture. **Frontiers in Ecology and the Environment**, Washington, v. 2, p. 35–42, 2004.
- ALTIERI, M.; ROSSET, P.; THURPP, L. **The potencial of agroecology to combat hungry in the developing world**. Food Firs Policy Brief II. Oakland: Institute for Food and Development Policy, 1998.
- ALTIERI M.; TOLEDO V. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS C. **Biodiversity and pest management in agroecosystems**. New York: Food Products Press, 2003.
- ALTIERI, M; NICHOLLS, C. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sostenible**. Mexico: ONU-PNUMA, 2000. (Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental).
- ANTIOQUIA. Colaboradores de Wikipedia, La enciclopedia libre. 2014. Disponível em: <<http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Antioquia&oldid=78575434>>. Acesso em: 19 dez. 2014.
- ARANGO, M; LOTERO, J. **La industria cafetera y el desarrollo en Antioquia 1970-1988**. Medellín: C:I:E: Universidad de Antioquia, 1990.
- BALLARA, M.; DAMIANOVIC; N. **Políticas para fortalecer la contribución de las mujeres a la agricultura y la seguridad alimentaria**. [S.I.]: IICA (Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura), 2010.
- BARBETTA, P. **Ecologías de los saberes campesinos: más allá del epistemicidio de la ciencia moderna: reflexiones a partir del caso del movimiento campesino de Santiago del Estero vía campesina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARTRA, A. Fin de fiesta. El fantasma del hambre recorre el mundo. **Argumentos. Estudios críticos de la sociedad**, UAM-Xochimilco, Nueva época, año 21, n. 57, p. 15-31, mayo/agosto 2008.

BERSTEIN, H. Studying development / development studies. **African studies**, London, v. 65, n. 1, p. 44-62, July 2006.

BIODIVERSIDAD. Ecos de la quinta conferencia de La Vía campesina - ¿crisis o soberanía alimentaria?. **Biodiversidad**, [S.I.], oct. 2008. Disponível em: <<http://www.grain.org/es/article/entries/1196-ecos-de-la-quinta-conferencia-de-via-campesina-crisis-o-soberania-alimentaria>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

BAUTISTA, P; VILLALVAZO LÓPEZ, V; GERRITSEN, P. Resistencia y autonomía campesina en tiempos de globalización neoliberal: casos del sur de Jalisco. **El Otro Derecho**, Bogotá, n. 44, p. 269–285, 2013.

CÁCERES D. *et al.* La expansión de la agricultura industrial en las estrategias campesinas. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 7, n. 64, p.91-119, 2010.

CAPORAL, F. R. **Agroecología**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARAMANTA. Wikipedia, La enciclopedia libre. 2015. Disponível em: <<http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Caramanta&oldid=79609886>>. Acesso em: fev. 2015.

CARAMANTA. **Plan de desarrollo municipal**. 2012-2015. Caramanta Nuestro Compromiso. Julián Andrés Granada Restrepo. Colombia. Caramanta, 2011.

CARAMANTA. Sistema Ambiental Territorial. **Documento Técnico de Soporte**. Libro I. Revisión Extraordinaria Esquema de Ordenamiento Territorial. Colombia. Caramanta, 2009.

CARDENAS, S. E RENTING, H. La agricultura de autoconsumo: un pilar de agricultura familiar. **Agricultura familiar en España Anuario 2014**. Madrid: Fundación de Estudios Rurales, 2014. p. 253 – 263

CARDONA, A. **De señores de la Tierra a señores de las Minas**. Minería en Caramanta. Medellín: Corporación Conciudadanía, 2012.

CINTURÓN OCCIDENTAL AMBIENTAL (COA). **Suroeste de Antioquia**: território sagrado para la vida. 2013. Disponível em: <<http://cinturonoccidentalambiental.blogspot.com.br/2013/08/cinturon-occidental-ambiental.html>>. Acesso em: 14 out. 2014.

COLOMBIA. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADS); PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Quinto Informe Nacional de Biodiversidad de Colombia ante el Convenio de Diversidad Biológica**. Bogotá: PNUD, 2014.

CONTRERAS, R. Empoderamiento Campesino y Desarrollo Local. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia, n. 4, p.56-68, enero 2000.

COSTABEBER, J. Transição agroecológica e ação coletiva. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., 2001. Botucatu. **Anais...** Botucatu: ABA, 2001. 1 CD-ROM.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática**: uma metodologia para sistematização de experiências. Brasil: AS-PTA, 2007.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

DAL SOGLIO, F. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 13-32.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUEÑAS, G. Algunas hipótesis para el estudio de la resistencia campesina en la región central de Colombia en el siglo XIX. **Anuario Colombiano de Historia social y de la Cultura**, Bogota, n. 20, p. 90-106, 1992.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual y contextual. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

ESCOBAR, A. **Una minga para el pos-desarrollo**: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Programa Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima: Facultad de Ciencias Sociales, 2010.

FABRINI, J. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, jul./dez. 2006.

FALS BORDA, O. **Historia de la Cuestión Agraria en Colombia**. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1975.

FALS BORDA, O. **Historia doble da la Costa**. Resistencia en el San Jorge. Tomo 3. Bogotá: Carlos Valencia, 1984.

FALS BORDA, O. **Historia doble de la Costa**. El retorno a la tierra. Tomo 4. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Banco de la República; El Áncora, 2002.

FAJARDO, D. **Haciendas, campesinos y políticas agrarias en Colombia, 1920-1980**. Bogotá: Fundación Friedrich Nauman, 1981.

FAJARDO, D. **La reforma agraria en las agendas para la búsqueda de soluciones al conflicto armado**. KO'AGA ROÑE'ETA se.xi, 2000. Disponível em: <<http://www.derechos.org/xi/3/fajardo.html>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

FAJARDO, D. **Para sembrar la paz hay que aflojar la tierra**. Bogotá: Instituto de Estudios Ambientales; Universidad Nacional de Colombia, 2002.

FAJARDO, D. **Zonas de reserva campesina, otra experiencia en la brega por la tierra**. 2006. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/17319863/>. Acesso em: 06 jun. 2014.

FAO. **Agricultura y desarrollo rural sostenible (ADRS)**. La ADRS y la agrobiodiversidad. Roma: FAO, 2007. (Sumario de política, 16).

FORERO J. La economía campesina colombiana. In: PÉREZ, E. (Ed.) **EI campesinado en Colombia hoy**. Bogotá: Universidad Javeriana; ECOE, 1991. p. 121–122.

FORERO, J. **Economía campesina y sistema alimentario en Colombia**: aportes para la discusión sobre seguridad alimentaria. 2003. Disponível em: http://www.javeriana.edu.co/facultades/fear/d_des_rur/documents/campesinadoysis_temaalimentarioencolombia.pdf. Acesso em: 11 jul. 2014.

GALEANO, M. E. **Estrategias de investigación social cualitativa**: el giro de la mirada. Medellín: La Carreta, 2004.

GAMONALISMO. Wikipedia, la enciclopedia libre, 2015. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Gamonalismo&oldid=79779645>. Acesso: 10 fev. 2015.

GARAY L.; BARBERI F.; CARDONA I. **Impactos del TLC con Estados Unidos sobre la economía campesina en Colombia**. Bogotá: Editorial ILSA - Instituto Latinoamericano de Servicios Legales, 2010.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, A.; LASH, S. (Org). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. p. 73-133.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Cambridge: Politypress, 1984.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Embrapa, Brasília, v.14, n. 3, p. 411- 448, set./dez. 1997.

GUZMAN, C. G.; GONZALEZ DE MOLINA, M. E SEVILLA-GUZMAN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2001.

GLIESSMAN, S. **Agroecology**: Ecological process in sustainable agriculture. Michigan: Ann Arbor Press, 1998.

GRANDA UGALDE, E. **La salud y la vida**. v. 3. Quito: Alames; OPS/OMS; Universidad de Cuenca, 2003.

GRUESO, L *et al.* **Territorio y conflicto desde la perspectiva del Proceso de Comunidades Negras (PCN) – Colombia**. Reporte Final del Proyecto PCN-LASA Otros Saberes, “El derecho al territorio y el reconocimiento de la comunidad negra

en el contexto del conflicto social y armado desde la perspectiva del Pensamiento y acción Política, Ecológica y Cultural del Proceso de Comunidades Negras de Colombia". [S.l.]: Lasa Internacional, 2008. Disponible em: <<https://lasa.international.pitt.edu/members/special-projects/documents/colombia.pdf>>. Acceso em: 04 jan. 2015.

GRUPO SEMILLAS. **Biodiversidad, cultura y soberanía alimentaria en Colombia**. Bogotá: Grupo Semillas, 2010.

HERNANDEZ, E. La resistencia civil de los indígenas del Cauca. **Papel político**, Bogotá, v. 11 n.1, p. 177-220, enero/jun. 2006.

HERNANDEZ, E. Resistencias para la paz en Colombia: experiencias indígenas, afrodescendientes y campesinas. **Revista A-MÉRICA**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 3-26, dic. 2008.

HIGGINS, V. Re-figuring the problem of farmer agency in agri-food studies: a translation approach. **Agriculture and Human Values**, [S.l.], v. 23, p. 51–62, 2006.

HOLDRIDGE, L. R. **Ecología Basada en Zonas de Vida**. San José: IICA, 1982.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino** – voces de Latinoamérica, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable. Oakland: SIMAS Managua; Food First Books, 2008.

HOUTART, F.; WEN TIEJUN. **Peasant's agriculture in Asia**. Panamá: Ruth Casa Editorial, 2012

HOWARD, L. **Women and plants, gender relations in biodiversity management and conservation**. London: ZED Books, 2003

INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA HERNAN ECHAVARRIA ORTEGA. Informe Especial: Así es la Colombia rural. **Revista Semana**, Bogotá, 2012.

JARAMILLO, R. **La colonización antioqueña**. Historia de Antioquia. Medellín: Editorial Presencia, 1991.

JOB SCHIMITT, C.; TYGEL, D. Agroecología e economía solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p 105-125.

KALMANOVITZ, S. El régimen agrario durante el Siglo XIX en Colombia. In: **MANUAL de Historia**. v. 2. Bogotá: COLCULTURA, 1979.

KESSLER, G. **Estado del arte de la investigación sobre juventud rural en América Latina**. 2005. Disponible em: <<http://www.minagri.gob.ar>>. Acceso em: 23 nov. 2014.

LA VIA CAMPONESA. **Derechos de las campesinas y campesinos Seul 2009**. 2009. Disponible em: <<http://viacampesina.net/downloads/PDF/SP-3.pdf>>. Acceso em: 01 jun. 2014.

- LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems Practice**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 379–393, 1992.
- LEFF, E. La Geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REG GEN: ALTERNATIVAS À GLOBALIZAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNESCO, 2005.
- LONDOÑO, L. Agricultura campesina y desarrollo rural. **Revista Facultad de Ciencias Agropecuarias Universidad del Cauca**, Popayan, v. 6, n. 1, marzo 2008. p. 78-86.
- LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. **Tiempos de Ciencia**, Universidad de Guadalajara, Jalisco, n. 11, p. 1-10, abr./jul. 1988.
- LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London; New York: Routledge, 2001.
- LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Colección Investigaciones; Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.
- LOSCH, B. Debating the multifunctionality of agriculture: from trade negotiations to development policies by the South. **Journal of Agrarian Change**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 336–360, 2004.
- NARANJO, G. *et al* **Reserva Natural Regional Cuchilla Jardín Támesis Antioquia: una mirada a su biodiversidad**. Medellín: Red de Investigación en Biodiversidad y Conservación “REDBIO”; Corporación Autónoma Regional del Centro de Antioquia “Corantioquia”; Departamento Administrativo del Medio Ambiente “Dama” Gobernación De Antioquia; Corporación Académica Ambiental Universidad de Antioquia; Herbario Universidad de Antioquia, 2007.
- MACHADO, A. **La cuestión agraria en Colombia a fines del milenio**. Bogotá: El Ancora, 1998.
- MACHADO, A. **El despojo y abandono de tierras frente a la política pública**. Conferencia presentada en el foro “Despojo de tierras y subsidios a la agricultura”, Bogotá, 2009.
- MACHÍN SOSA, B et al. **Revolución agroecológica: el Movimiento de Campesino a Campesino de la ANAP en Cuba – Cuando el campesino ve, hace fe**. La Habana: ANAP, La Via Campesina, 2010.
- MANÇAO, B. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO, F. et al. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 19-34

MARCH CERDÁ, J. et al. Técnicas cualitativas para la investigación en salud pública y gestión de servicios de salud: algo más que otro tipo de técnicas. **Gaceta Sanitaria**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 312-319, 1999.

MARTINEZ ALIER, J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Icaria, 1994.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Ecologismo de los pobres**. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria, 2005.

MARTINEZ CASTILLO, R. Agricultura tradicional campesina: características ecológicas. **Tecnología en Marcha**, Cartago, v. 21, n. 3, p. 3-13, jul./set. 2008.

MARX, K. **Capital, a critique of political economic**. v. 1. Harmondworth: Pegin Books, 1976.

MAUSS, M. **Introducción a la etnografía**. Mexico: Istmo, 1967.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. p. 49-65.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo: Hucitec-Abraco, 1998.

MOLANO, A. Caramanta: tierras y minas II. Otra mirada el fenómeno de la minería. **El Espectador**, [S.l.], 16 oct. 2011. Disponible em: <<http://www.elespectador.com/impreso/nacional/articulo-305913-caramanta-tierras-y-minas-ii>>. Acceso em: 26 nov. 2014.

MOLANO, A. **Dignidad campesina: entre la realidad y la esperanza**. Bogota: Icono, 2013.

MOLANO, A. Tierras y posconflicto. **El Espectador**, [S.l.], 28 feb. 2015. Disponible em: <<http://elespectador.com/opinion/tierras-y-posconflicto-columna-546766>>. Acceso em: 28 feb. 2015.

MONDRAGON, H. **La organización campesina en un ambiente de terror**. Bogotá: Consejo Nacional Campesino, 2002.

MONDRAGON, H. **Expresión y propuestas del campesinado**. Bogotá, 2003. Disponible em: <http://www.kus.uu.se/CF/politicas/actor_campesino.pdf>. Acceso em: 23 abr. 2014.

OBSERVATORIO DEL CONFLICTO MINERO EN AMERICA LATINA. **Cambio de vocación agrícola de Caramanta por proyectos de Kedahda y Minera de Caldas**. 2009. Disponible em: <http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db/?page=conflicto&id=77>. Acceso em: 12 jan. 2015.

OSORIO, F. Jóvenes rurales y acción colectiva en Colombia. **Revista Nómadas**, Bogotá, n. 23, p 122-131, oct. 2005.

PETERSEN, P.; KESSLER DAL SOGLIO, F.; CAPORAL, F. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P.; KESSLER DAL SOGLIO, F.; CAPORAL, F. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

PIÑEIRO, M.; LLOVET, I. **Transición tecnológica y diferenciación social**. San José: IICA, 1986. (Serie Investigación y Desarrollo, 14).

PLOEG, J.D. V. et al. Rural development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J.D. V. **Labor, markets and agricultural production**. Boulder: Westview, 1990.

PLOEG, J.D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J.D. V. Sete teses sob a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31

PLOEG; J. **Nuevos campesinos**. Campesinos e imperios alimentarios. Barcelona: Icaria, 2010.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **El campesinado: reconocimiento para la construir país**. Bogotá, 2012. (Colección Cuadernos INDH).

RADOMSKI, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago. 2007.

REGIONES NATURALES DE COLOMBIA. 20 oct. 2014. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_de_Colombia_\(regiones_naturales\).svg#mediaviewer/File:Mapa_de_Colombia_\(regiones_naturales\).svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_de_Colombia_(regiones_naturales).svg#mediaviewer/File:Mapa_de_Colombia_(regiones_naturales).svg)>. Acesso em: 6 jan. 2015

ROBLES, R. Aportes de la sociedad civil al desarrollo local en México. **Futuros**, México, v. 3, n. 11, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://www.revistafuturos.info/futuros_11/soc_des_local1.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.

ROSSET, P. **Soberania alimentaria: reclamo mundial del movimiento campesino**. 2002. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/socla/pdfs/RossetSobAlimFinal-1.doc>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

ROSSET, P. Food sovereignty and alternative paradigms to confront land grabbing and the food and climate crises. **Development**, [S.l.], v. 54, n.1, p. 21-30, 2011.

ROSSET, P. El caso de las pequeñas fincas. **Monitor Internacional**, [S.l.], v. 21, n.7-8, p. 1-9, jul./agosto 2000.

RUBIO, B. La exclusión de los campesinos y las nuevas corrientes teóricas de interpretación. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v.182, p 21–33, 2002.

RUBIO, B. La nueva fase de la crisis alimentaria mundial. **Revista Mundo Siglo XXI**, México, v. 6, n. 24, p. 21-32, 2011.

SALGADO, C; PRADA, E. **Campesinado y protesta social en Colombia 1980-1995**. Bogotá: Cinep, 2000.

SALGADO, C. Los conflictos rurales y los escenarios del futuro. In: CUESTIÓN agraria en Colombia: tierra, desarrollo y paz. Bogotá: Planeta Paz, 2012. p. 11-19.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petropolis, 2009.

SEVILLA-GUZMAN, E. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. 2004. Disponible em: <http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la_agroecologia_como.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluralidade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SCOTT, J. **Dominations and arts of resistance**. New Haven: Yale Univeristy, 1990

SHANIN, T. **La clase incómoda**. Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1025). Madrid: Alianza, 1983.

TITTONELL, P. Ecología de sistemas agrarios: hacia una intensificación ecológica de la agricultura para la seguridad y la soberanía alimentaria mundial. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGÍA, 4., 2013, Lima. **Anais...** Lima: SOCLA, 2013.

TOLEDO, V. **Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad**: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural. México: Grupo Interandino para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, 1995. (Cuadernos de Trabajo, 3).

TOLEDO, V. Saberes indígenas e modernización en América Latina: historia de una ignominia tropical. **Etnoecologica**, México, v. 3, n. 4-5, p. 135-147, 1996.

TOLEDO, V. Ethnecology: a conceptual framework for study of indigenous knowledge of nature. In: STEPP, J. R. et al. (Ed.). **Etnobiology biocultural diversity**. Georgia: International Society of Etnobiology, 2002. p. 511-522.

TOLEDO, V. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **LEISA Revista de Agroecología**, Lima, v. 20, n. 4, p. 16-19, 2005.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria, 2008.

TROIAN, A. **Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre – RS**. 214 f. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

URIBE, M.; ÁLVAREZ, J. El parentesco y la formación de las élites en la Provincia de Antioquia. **Estudios sociales**, Medellín, n. 3, p. 49-94, sept.1988.

WOLF, E. **Los campesinos**. Barcelona: Barcelona Editores, 1971.

VELEZ, L. **Adaptabilidad y persistencia de las formas de producción campesinas**. Medellín: Univeridad Nacional de Colombia, 2015. No prelo.

VALDERRAMA, M.; MONDRAGÓN, H. **Desarrollo y equidad con campesinos**. Bogotá: IICA; TM Editores, 1998. (Misión Rural, 2).

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-33.

APÉNDICE A - TERMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E INFORMADO

Investigación: Resistencia campesina en el Sur-oeste antioqueño

Investigador

Juan Esteban Uribe Cardona

e-mail: suyusama00@gmail.com

Teléfono: 313 679 86 51

Investigador orientador

Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Soglio

e-mail: fabiods@ufrs.br

Institución de Origen

Universidad Federal de Rio Grande del Sur (Porto Alegre-Brasil)

Programa de Pos-gradación en Desarrollo Rural PGDR

Por medio de este documento lo estamos invitando a participar a usted y su familia, como voluntarios en la investigación sobre los mecanismos y formas de persistencias campesinas en el sur oeste del departamento de Antioquia. El objetivo de este estudio es visibilizar procesos e formas de producción campesinas como alternativas locales para mejorar sus condiciones de vida, así como discutir sus aportes en términos del desarrollo rural.

La investigación será realizada con diferentes familias socias de la organización campesina del municipio de Caramanta. Para esto, se realizarán entrevistas que serán grabadas en audio o en video, además de registros fotográficos después del consentimiento del participante.

Para la investigación es necesario visitar e oír a los agricultores en sus unidades productivas. Su identidad será mantenida en carácter de confidencial. De igual manera, queda asegurada la libertad de optar por ingresar o mantenerse en el estudio, así como opción de desistir de participar en cualquier momento.

Los resultados del trabajo serán mencionados en publicaciones científicas, vinculadas al área de conocimiento a la que pertenece el trabajo y/o en otras modalidades de comunicación como pueden ser congresos e eventos en los que se pueda socializar la información.

Tanto yo como el profesor orientador, agradecemos la atención y nos colocamos a disposición para aclarar cualquier inquietud o duda, antes o después de las entrevistas. Los contactos aparecen en la parte superior de este texto.

Fecha:

Lugar:

Prof. Fabio kessler Dal Soglio

Juan Esteban Uribe Cardona

Nombre del participante

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Localização (caso): _____ Data: dia/mês/ano

1. DADOS DO ENTREVISTADO

- 1.1. Nome do entrevistado:
- 1.2. Idade: 1.3. Sexo:
- 1.4. Naturalidade:
- 1.5. Grau de escolaridade?
- 1.5. Tempo de morar na região?
- 1.6. Tem filhos: 1.7. Quantos

2. EIXO CONTEXTUAL

ASPETOS SOCIAIS

- 2.1. Quantas pessoas moram em sua casa?
- 2.2. Idades respectivas?
- 2.3. Escolaridade de vocês?
- 2.4. Naturalidade e trajetória da família?
- 2.5. Tempo de morar no lugar atual?
- 2.6. Gostam de morar aqui? Por quê?
- 2.7. Trajetória na agricultura – como se iniciou nesta atividade?
- 2.8. Quando começa sua participação como associado da ASAP?
- 2.9. O que o motivo a fazer parte da associação?
- 2.10. O que mudanças tiveram depois de que ingressaram na associação? Tem contribuído à qualidade vida de vocês?
- 2.11. O que aspirações têm os membros da família? Com o sistema produtivo, com a associação, etc.?
- 2.12. Quais são as principais limitantes para seu bem estar e permanência do modo de vida?
- 2.13. Conhece algumas políticas do desenvolvimento do setor rural na região? Sim _____, Não _____, Pode mencionar quais? Você se beneficia de alguma?
- 2.14. Tem algum comentário sob estas políticas?

ASPETOS ECONOMICOS

- 2.15. A terra é de vocês?
- 2.16. O que área tem?
- 2.17. O que produzem aqui?
- 2.18. Quais são as culturas principais?
- 2.19. De onde vêm os insumos que utiliza no cultivo?
- 2.20. Contrata mão de obra?
- 2.21. O que cada um da família faz?
- 2.22. Todo o que produz é feito de forma ecológica? Por quê?
- 2.30. O que é para a venda? Para quem, onde e como faz a comercialização?
- 2.31.. O que é para o autoconsumo?
- 2.32.. Você acha que sua parcela permite a subsistência da família?

3. EIXO DAS PRÁTICAS, SABERES E RESISTENCIAS CAMPONESAS

- 3.1. Como planeja sua parcela?
- 3.2. Quais são as principais atividades de manejo que executa em sua parcela?
- 3.3. Quais são os cuidados que tem com os cultivos?
- 3.4. Como fazem para diminuir a dependência de insumos externos?
- 3.5. Como contribui você à conservação ambiental? Água, solo, diversidade, mato, etc.
- 3.6. De onde vêm estes conhecimentos?
- 3.7. Que estratégias utilizam para garantir sua permanência no território e seu modo de produção?
- 3.8. Como é a tomada de decisões na parcela e na associação?
- 3.9. Considera que o que vocês propõem é uma forma de resistência camponês frente ao modelo predominante de exploração imposto no país? Por quê?

4. EIXO DAS PERCEPÇÕES SOB O MODO DE VIDA E PERSPECTIVAS DE FUTURO

- 4.1. O que é o que os define a vocês como camponeses? O que os faz diferentes?
- 4.2. O que você entende por:
 - a. Soberania alimentaria
 - b. Desenvolvimento camponês sustentável
- 4.3. Como vocês podem lograr estas duas coisas?

- 4.4. Quais são as motivações para lutar pela soberania alimentaria e um desenvolvimento camponês sustentável?
- 4.5. Em que cenários se materializa ou constrói esta luta? Isto contribui à autonomia?
- 4.6. Conte-nos sob o significado tem para você o território?
- 4.7. Fale sobre o representa para você sua parcela?
- 4.8. Inlui o modo de produção para ter um modo camponês de desenvolvimento e soberania alimentaria?
- 4.9. O que papel joga a agroecologia em isto? E a associação?
4. 10. Como se vem daqui a uns 15 anos?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NAS VISITAS ÀS FAMILIAS E SUAS PARCELAS

- Características biogeográficas da localização da parcela (paisagem)
- Condições da casa, a infraestrutura.
- Integração da diversidade (nativa, cultivada, flora, fauna) no manejo da parcela.
- Desenho da parcela, localização dos cultivos, áreas de rotação, áreas de proteção, localização da casa.
- Processos e interações entre os componentes que conformam o agroecossistema ou parcela.
- Atividades que estão sendo realizadas no momento da visita
- Participação da família nas atividades